

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE UMA PARCELA DO SUDOESTE PAULISTA: O EXEMPLO DE PRESIDENTE VENCESLAU (*)

Maria Antonieta de Toledo Ribeiro Bastos (**)

INTRODUÇÃO

O nível de conhecimentos, da questão agrária brasileira, a partir da década de oitenta sofreu uma grande evolução, que se fez sentir acentuadamente até nossos dias. Porém, não se pode rejeitar as observações do passado, em função do que adquirimos posteriormente. Certamente, as observações contidas nesta pesquisa e que aparecem nesta edição, de forma superada, deverão auxiliar nas pesquisas futuras, alicerçando inúmeras constatações e reflexões críticas, propostas pela moderna metodologia geográfica, no estudo das formas de organização do espaço da área estudada.

Analizamos o espaço agrário do Município de Presidente Venceslau e sua região, visando retratar as principais fases de ocupação, bem como as características que fundamentaram o povoamento e o uso do solo propriamente dito.

Trata-se de um espaço rural localizado numa porção do Sudoeste Paulista, pouco conhecido até finais do século passado como parte do assim denominado "sertão desconhecido habitado por indígenas".

Quando nos referimos a essa parcela do Planalto Ocidental Paulista, evidenciamos a área compreendida pelo Município de Presidente Venceslau e sua atuação sobre os de Caiuá, Piquerobi, Santo Anastácio, Presidente Epitácio, Teodoro Sampaio, Marabá Paulista e Mirante do Paranapanema. Estes compõem a sub-região 02 de Presidente Venceslau, de acordo com a Divisão Administrativa do Estado de São Paulo, adotada pela Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo e que durante o trabalho nos referimos como região (vide Prancha I).

O Município de Presidente Venceslau, visto num contexto mais amplo, exemplifica um panorama do quadro regional. Limita-se com Caiuá

(*) O presente trabalho corresponde a grande parte da dissertação de mestrado apresentada e aprovada em 1979, junto ao Departamento de Geografia da FFLCHUSP. Dedico-o à memória de meus pais Manoel e Antonieta. Ao Mauro e nossos filhos Paulo, Iara e Marco, com afeição.

(**) Geógrafa do Museu Paulista da USP.

a oeste, Piqueroibi a leste, Marabá Paulista ao sul, possuindo ao norte divisas com os Municípios de Panorama, Ouro Verde e Dracena (integrantes da microrregião da Nova Alta Paulista).

A área em estudo é servida pelas rodovias estaduais Raposo Tavares (SP-270) e Integração (SP-563), além da Fepasa (antiga Estrada de Ferro Sorocabana), esta responsável pela fixação dos primeiros núcleos de povoamento ao longo de seu percurso. Essa rede viária facilita a ligação de Presidente Venceslau com centros consumidores, além da capital e sub-centros regionais do Estado de São Paulo. Destacam-se também, nesse caso, as ligações com outros Estados vizinhos, como Mato Grosso do Sul e Paraná, contribuindo ainda para a integração econômica com outras regiões do Brasil.

Do ponto de vista fisiográfico, o município e a região integram os vastos chapadões areníticos do Sudoeste Paulista, no Planalto Ocidental. Representados por suaves inclinações, ligeiramente abauladas de extensas colinas, em direção à calha do Paraná, denotam certa monotonia no relevo regional. Salvo a oeste e sudoeste do Município de Marabá Paulista, onde constata-se a presença de escarpas, devido à diferente litologia.

Ao analisarmos as características gerais da paisagem, dos principais tipos de solo no município, bem como sua formação geológica, composição e capacidade de uso, sempre que possível procuramos correlacioná-los com o quadro regional. Entremeadas nessas observações, foram estudadas as condições climáticas e pluviométricas, bem como evidenciadas propostas para introdução de novas culturas que se adaptassem às condições termopluiométricas da área.

Valemo-nos dos trabalhos de Suárez (1975/76), Leite (1972), Fairbanks (1936), dentre outros. Monteiro (1973) e Tarifa (1970), que forneceram contribuições de valor inestimável para o conhecimento do comportamento termopluiométrico da região.

A área estudada notabiliza-se pela individualidade climática, se comparada com a região vizinha, a do norte do Estado do Paraná.

Com o intuito de retratar a vegetação original, extinta pela avassaladora exploração de matas, localizamos as áreas ocupadas por matas secundárias e capoeiras, testemunhos da cobertura primitiva.

A busca dos fatores que condicionaram uma certa homogeneidade de ocupação e exploração do solo agrário no município e região, traduz o principal objetivo do nosso trabalho. Acreditamos que a identificação desses processos de uso do solo justifiquem a escolha do Município de Presidente Venceslau como exemplo de organização do espaço dessa porção do Sudoeste Paulista e sirva para se propor novas formas de uso que visem uma integração regional.

O tema constitui um exemplo de estudo de organização de espaço, e permite comparações com outras regiões do Estado de São Paulo portadoras de características semelhantes de ocupação.

Não o individualiza portanto, visto o conjunto da problemática de organização do espaço de uma grande parte do Brasil de Sudeste. Constitui-se, entretanto, numa contribuição ao conhecimento da evolução do processo de posse da terra e de organização do espaço em zonas "pioneiras".

Detivemo-nos por mais tempo nessa análise, a fim de procurar buscar as causas e conseqüências das constantes mudanças introduzidas na área, em tão curto espaço de tempo e que foram capazes de alterar o panorama regional e do Município.

Tivemos como preocupação constante a análise das relações entre a paisagem agrária e o meio fisiográfico, que condicionaram as diferentes formas de organização do espaço, determinando a morfologia agrária composta por um conjunto relativamente homogêneo de ocupação e uso do solo.

Apesar de fixarmos nosso estudo sobre o espaço agrário do Município de Presidente Venceslau, sempre que possível e oportuno, cuidamos de estabelecer correlações com situações semelhantes ocorridas na região.

A análise pelos métodos clássicos de estudo, preconizados pela Geografia Regional, permitiu-nos observar e analisar os fenômenos geográficos que compõem a área analisada de forma a descrever a evolução da ocupação do espaço agrário do Município e da região. Desta forma, partindo do estudo do meio natural procuramos evidenciar uma identidade física, e a seguir caracterizar as formas de ocupação que, juntamente com as condições naturais, contribuíram para a definição de uma paisagem agrária uniforme (a qual reflete as formas de organização do espaço regional).

A partir desse método geral da geografia é que desenvolvemos a nossa metodologia de trabalho.

Procuramos dar um caráter geográfico aos dados estatísticos e censitários fornecidos por órgãos especializados, institutos de pesquisa e outros, agregando àqueles levantamentos complementares e observações cuidadosas de campo.

Com o intuito, ainda, de cumprir as tarefas essenciais da pesquisa geográfica, detivemo-nos na interpretação dos fenômenos geográficos dentro do binômio *espaço e tempo*. Desta forma, recorremos também ao método comparativo na busca da análise do comportamento da população no município e região, em função dos movimentos migratórios. O mesmo fizemos para avaliar o significado das atividades agrícolas e da pecuária. Em ambos os casos, e sempre que necessário, apoiamo-nos em técnicas cartográficas, que favoreceram a análise de forma representativa da orga-

nização do espaço agrário. Insistindo ainda no caráter metodológico e técnico da pesquisa, fundamentado na investigação científica, procuramos avaliar e interpretar a importância e o significado do processo de organização do espaço rural, baseados no conjunto bastante significativo dos pequenos, médios e grandes estabelecimentos agrícolas do Município.

Quando nos referimos ao espaço agrário, propriamente dito, fica implícito, logicamente, o papel do homem rural, na sua vida de relações com o seu próprio meio.

Em geral, a quase totalidade dos elementos que retratam a paisagem agrária do Município de Presidente Venceslau foi obtida na pesquisa de campo. Esta, aplicada aleatoriamente em número de 70 (setenta) amostras, abrangeu 14.4% do total dos 486 estabelecimentos rurais distribuídos nos 594 quilômetros quadrados do município, em 1972.

Esse material coletado no campo, associado aos dados fornecidos pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), de 1966, constituíram fonte de primeira ordem. Serviram para que tomássemos conhecimento da vida rural de Presidente Venceslau permitindo-nos traçar interpretações sobre a evolução das formas de uso da terra, contidas no capítulo II.

Dividimos as 486 propriedades rurais em quatro classes de área, apoiando-nos no critério adotado pelo INCRA, ou seja: Classe I — de zero a menos de 30 ha. Classe II — de 30 a menos de 100 ha. Classe III — de 100 a menos de 500 ha. Classe IV — acima de 500 ha.

Os questionários aplicados pelo INCRA serviram-nos apenas como subsídios no complemento de nossas investigações, uma vez que esses dados não eram de inteira confiança por não estarem isentos de erros. Nesse caso, dados referentes ao valor do imóvel, da produção agrícola e pecuária só puderam ser obtidos nos cadastros hipotecários de Bancos do Brasil e do Estado de São Paulo. Outros Órgãos Públicos foram consultados com o mesmo objetivo. Entre eles o Departamento de Estatística do Estado de São Paulo e Instituto de Economia Agrícola, onde obtivemos dados de produção agrícola, área cultivada e valor de produção no período de 1968 a 1973. Porém, nesses também constatamos situações quase sempre distantes da realidade. Contudo, através de tais dados, pudemos fazer uma análise retrospectiva, quantificando a intensidade das atividades agrícolas, em relação à produção, preço médio e área total ocupada por cultura.

Sempre que possível, observamos o comportamento da economia agrícola do município em relação com a região. Alguns enfoques foram dados às culturas tradicionais, como no caso do algodão e amendoim, responsáveis por grande parte do escoamento da economia agrícola regional.

As formas de exploração por sistemas de arrendamento, além de vínculos contratuais ou empregatícios, nem sequer eram mencionados nos

informes fornecidos pelos Órgãos Públicos. Procuramos averiguá-los no material obtido através da pesquisa de campo, porém, mesmo assim, nem sempre confiáveis em sua maioria. Receosos, certamente, de que as investigações pudessem ter vínculos com declarações de renda oficiais, os entrevistados omitiam fatos bastante valiosos para nosso trabalho.

Elementos de interesse para nossa pesquisa, anteriores a 1970, puderam ser obtidos através de consultas em arquivos do Cartório de Registro de Imóveis.

Valemo-nos também de um trabalho preliminar de localização de imóveis rurais, coordenado por iniciativa do Eng. Agr. Reozo Yi, junto à Casa da Lavoura de Presidente Venceslau em 1962. Estes, aliados aos dados obtidos em inventários e transados de compra e venda, nos referidos Cartórios, permitiram-nos uma melhor localização das propriedades rurais, em 1972. Cabe lembrar, ainda, que os desmembramentos ocorridos em determinadas épocas, anteriores a 1972, foram provenientes de heranças ou vendas parceladas. Os agrupamentos por sua vez favoreceram o aparecimento de novas formas de exploração, com renovação de técnicas acanhadas e, ainda, latifúndios de pouca exploração.

Buscamos ainda informações complementares fornecidas por antigos moradores, sempre interessados em relatar acontecimentos que contribuíram para enriquecer nossa pesquisa.

A documentação aerofotogramétrica, fornecida pela USAF (Companhia Americana de Aerofotogrametria), na escala aproximada de 1:50.000, datada de 1966, permitiu-nos a elaboração da carta de uso do solo, precedida da confecção de "overlays". Essa mesma cobertura aerofotogramétrica foi utilizada pelo IGG (Instituto Geográfico e Geológico), na elaboração das Cartas Planimétricas do Pontal do Paranapanema. De posse dessa documentação partimos para a montagem da carta-base utilizada posteriormente na cartografia dos dados no decorrer do trabalho.

As referidas Folhas do Pontal do Paranapanema fornecidas pelo mencionado Órgão sofreram algumas correções, no tocante à rede de drenagem. Acreditamos que as dificuldades oriundas de uma escala fotográfica, não muito favorável à uma boa interpretação aerofotogramétrica, fizeram com que os ravinamentos, muito comuns nos solos do município e da região, fossem mapeados como pequenos cursos d'água. Observou-se então, no mapeamento do referido instituto, uma área extremamente drenada, em oposição à realidade local, composta em sua maioria por pequenos cursos d'água intermitentes que fluem para alguns córregos e ribeirões localizados principalmente a leste e oeste do município.

Os dados censitários de 1940 e 1970 foram diretamente consultados e os intermediários utilizados quando necessários, com o intuito de se fazer correlações. Compõem parte do Capítulo I, as interpretações daí oriundas,

complementadas por valiosos trabalhos específicos de Monbeig (1952), Abreu (1965), Vieira (1973) e Leite (1972). Cabe lembrar, que estes encaixam a pequena lista dos poucos estudiosos do Sudoeste Paulista. Porém, juntamente com outros trabalhos subsidiários, permitiram-nos a análise do processo de povoamento resultante do desmatamento ocorrido a partir do início deste século. Aliados a fatores político-econômicos determinantes, impostos à região, como a exploração de matas, que ocasionou inúmeras outras formas de exploração do solo e atraiu a chegada de numerosos contingentes populacionais. Estes originários das migrações, procedentes principalmente de áreas cafeeiras mais antigas do leste e nordeste do Estado, que se encontravam em crise econômica, à medida que chegavam iam se fixando, dando origem a inúmeros povoados ao longo da ferrovia.

Desta maneira, procuramos entender e melhor explicar as vinculações que caracterizam o binômio homem-espaco, no importante papel desempenhado pelo primeiro, na organização de um território, justificando mais uma vez que ele não pode ser considerado individualmente mas como parte integrante de um conjunto de fatos.

I. O MUNICÍPIO E SUA REGIÃO

1. *Localização e integração geográfica*

O Município de Presidente Venceslau está situado a sudoeste do Planalto Ocidental Paulista, nos confins do Estado, próximo ao rio Paraná, onde “os vastos chapadões areníticos do Oeste Paulista perdem gradualmente sua movimentação, transformando-se em suavíssimas colinas e chapadões rasos, que mal atingem 275-300 metros nas barrancas do grande rio” (Ab’Saber, 1954:9).

O município abrange, no sentido norte-sul, todo o espigão divisor dos tributários do rio Paraná — rio do Peixe ao norte e Santo Anastácio ao sul. Estes drenam os chapadões da cobertura suprabasáltica e buscam a calha do Paraná, principal canal de drenagem de toda a hidrografia regional.

Nessa área, as camadas de arenito se entremeiam com os derrames basálticos, em direção quase horizontal ao eixo da referida bacia.

De acordo com Ab’Saber (idem p. 09) os “espigões do Planalto Ocidental aí não passam de extensas plataformas interfluviais, extremamente rebaixadas, conformando uma sucessão interminável de colinas tabuliformes, amplas e ligeiramente onduladas”.

Contava o Município de Presidente Venceslau e distrito com uma área de 592 km², onde se distribuíam 25.976 habitantes, sendo 26.724 da zona urbana e 7.486 da zona rural, segundo o Censo de 1980. Pela Divisão Administrativa do Estado de São Paulo, integra a sub-região 02 (Presidente Venceslau), da qual participam os Municípios de Caiuá, Piquero-
robi ⁽¹⁾, Santo Anastácio, Presidente Epitácio, Teodoro Sampaio, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema e Presidente Venceslau.

Segundo a Divisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em microrregiões homogêneas, Presidente Venceslau compõe com esses oito municípios a sub-região e, com mais dezenove, a microrregião da Alta Sorocabana de Presidente Prudente (Prancha I).

Quando nos referimos à região de Presidente Venceslau, no decorrer do trabalho, estamos tratando da assim denominada sub-região 02 de Presidente Venceslau. Por outro lado, quando nos referimos à região de Presidente Prudente, elucidamos a microrregião da Alta Sorocabana de Presidente Prudente. Esta envolve mais que o dobro da área da sub-região de Presidente Venceslau (cerca de 20.000 quilômetros quadrados), contendo também maior número de municípios, incluídos, logicamente, os que compõem a sub-região de Presidente Venceslau.

Ao norte, o Município de Presidente Venceslau limita-se através do rio do Peixe com Dracena, Ouro Verde e Panorama. Ao sul, através do rio Santo Anastácio, com Marabá Paulista. À leste com Piquero-
robi, através dos divisores d'água secundários, Ribeirão Saltinho à sudeste e Ribeirão Claro à nordeste. O primeiro, pertencente à bacia do rio Santo Anastácio e, o segundo, à do Peixe. A oeste e a noroeste, limita-se com o Município de Caiuá, através do divisor d'água Ribeirão das Pederneiras, pertencente à bacia do rio do Peixe.

A cidade de Presidente Venceslau dista 565 km em linha reta da capital do Estado, sendo servida por duas rodovias estaduais, SP-270 e SP-563, respectivamente conhecidas como Raposo Tavares e Integração, além da ferrovia da Fepasa, anteriormente denominada de Estrada de Ferro Sorocabana (Prancha I). De norte a sul e de leste a oeste essas vias de comunicação servem de escoadouro à economia agropecuária regional.

Ao analisarmos essa parcela mais conhecida como "Alta Sorocabana", dentro da porção do Planalto Ocidental Paulista, notamos que se

(1) Os nomes Caiuá e Piquero-
robi testemunham a ocupação indígena da área. Deffontaines (1945:25) demarca o início da colonização da "Alta Sorocabana" por ocasião do extermínio desses indígenas, que até então tinham sido *empechillo à pen-
tração branca*. (grifo da autora)

trata de uma área de ocupação recente, ⁽²⁾ que teve início nos primórdios da década de 1920, mais precisamente em 1926, data de criação do Município de Presidente Venceslau. O processo de ocupação deixou características marcantes na região, num período relativamente curto, respondendo, portanto, pela atual organização do espaço agrário do Município de Presidente Venceslau, no momento objeto de estudo.

Tais aspectos puderam ser observados quanto à composição da vegetação na área, designada por Lopes (1957:169) de “zona do sertão da Alta Sorocabana”, a qual, em 1950, em mais da metade dos estabelecimentos rurais (55%), era composta por matas naturais. ⁽³⁾ Isso, sem dúvida, reflete o estado recente da colonização na área.

O espaço rural em questão integra a porção “Alta Sorocabana” não só como parte componente dela mas também pelas características seme-

- (2) De acordo com o Mapa do Estado de São Paulo, editado em 1928 pela Comissão Geográfica e Geológica, escala 1:1.000.000, onde consta aproximadamente 212 municípios, criados até 31.12.1922 temos o seguinte: Para a região da “Alta Sorocabana” em particular, observa-se o Município de Presidente Prudente ocupando grande extensão territorial (quase todo o sudoeste paulista). Ou seja, desde o Pontal do Paranapanema até o espigão divisor das águas do rio do Peixe e Aguapehy, tendo como limite a oeste as localidades de Rancharia, Bartira e Nantes cuja divisa é representada pelos rios Laranja Doce (afluente do Paranapanema ao sul) e Ribeirão da Confusão (afluente do rio do Peixe ao norte). Integram de um modo geral o Município de Presidente Prudente as seguintes localidades: Presidente Epitácio, Caiuá, Presidente Venceslau, Piqueroibi, Santo Anatólio, Presidente Bernardes, Álvares Machado, Regente Feijó, Indiana, Laranja Doce e José Teodoro, todas localizadas ao longo da ferrovia. Com exceção das duas últimas, as demais são municípios atualmente pertencentes à microrregião de Presidente Prudente. Incluem-se ainda, os localizados na estrada boiadeira (que liga Porto Tibiriçá à Conceição do Monte Alegre e a Campos Novos). Os limites norte e sul em direção à bacia do Peixe e Paranapanema apresentam verdadeiros vazios demográficos, contrastando com os núcleos acima citados que se desenvolveram ao longo da ferrovia.

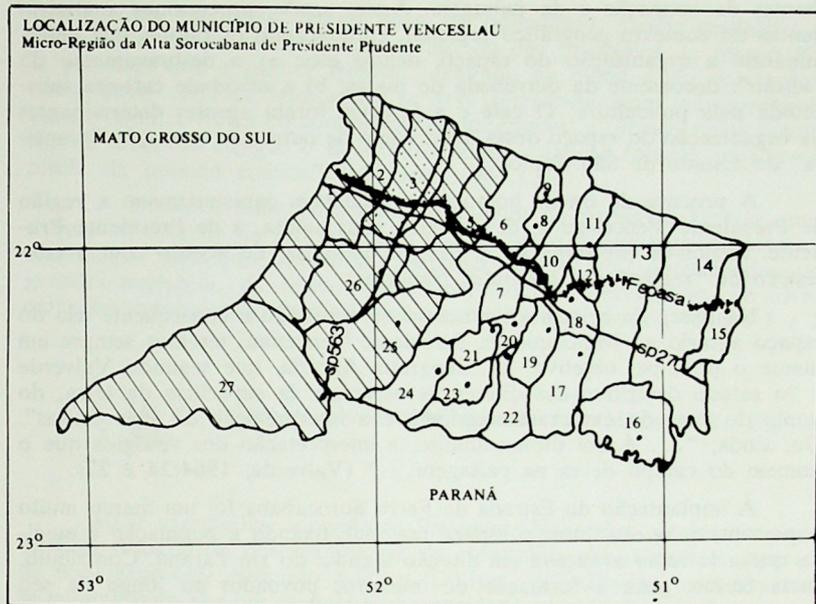
Algumas denominações de povoados documentam de certa forma a ocupação indígena. Entre elas: Ribeirão Taquarussu, Mandaguary, Bugre ou Caingang, Apiahy, Pacaambu, Coroados, Guachos, Anhumas, Chavantes, Guaranis, Cayapós, Guayanases, Pajahu e outras. Sendo Coroados a antiga denominação do Município de Presidente Venceslau.

- (3) A Carta Geral do Estado de São Paulo, organizada pela Comissão Geográfica e Geológica, publicada em 1910, traz de um modo geral indicações sobre a Agricultura, Comércio, Instrução Pública, Indústria e Colonização. Representa ainda as áreas ocupadas por matas, campos e culturas do café, cana, arroz, algodão e diversas. Nessa época, início do século XX, o café não tinha ainda dirigido sua marcha para oeste, ocupando o noroeste do Estado, nas localidades abrangidas pela Estrada de Ferro Paulista.

A área da “Alta Sorocabana”, na sua maioria, era ocupada por matas e pequena extensão de campos (nas proximidades de Presidente Prudente, entre o rio do Peixe e nascentes do Capivara, afluente do Paranapanema). A cobertura vegetal das matas compreendia, de um modo geral, quase todo o Planalto Ocidental do Estado de São Paulo.

Em 1947, Monbeig demarca o limite oriental da floresta no Sudoeste Paulista, bem como as áreas de campos e cerrados que eram expressivos (Monbeig, 1952:73).

PRANCHA I



Sub-região de Presidente Venceslau

Org. desenho: M.A.T.R. Bastos

FONTES – IBGE

Divisão Municipal em Micro-Regiões Homogêneas – ano 1980

Divisão Territorial e Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
Secretaria de Economia e Planejamento
Departamento de Estatística – 1971

0 50 100 km

- 1 – Presidente Epitácio
- 2 – Caiuá
- 3 – Presidente Venceslau
- 4 – Piqueroibi
- 5 – Santo Anastácio
- 6 – Presidente Bernardes
- 7 – Álvares Machado
- 8 – Alfredo Marcondes
- 9 – Santo Expedito
- 10 – Presidente Prudente
- 11 – Caiabu
- 12 – Indiana
- 13 – Martinópolis
- 14 – Rancheira

- 15 – João Ramalho
- 16 – Iepê
- 17 – Taciba
- 18 – Regente Feijó
- 19 – Anhumas
- 20 – Pirapozinho
- 21 – Tarabai
- 22 – Narandiba
- 23 – Estrela do Norte
- 24 – Sandovalina
- 25 – Mirante do Paranapanema
- 26 – Marabá Paulista
- 27 – Teodoro Sampaio

FONTE : BASTOS, 1984, prancha I

lhantes de ocupação e da paisagem. Assim sendo, procuramos analisá-lo dentro do contexto geográfico regional, entrelaçando os fatores que determinaram a organização do espaço, dentre eles: a) o desbravamento do “sertão”, decorrente da derrubada de matas; b) a atividade cafeeira substituída pela policultura. O café e a ferrovia foram agentes determinantes da organização do espaço dessa área, como de outras de ocupação “pioneira” do Estado de São Paulo.

A procura de traços homogêneos que bem caracterizavam a região de Presidente Venceslau e, de maneira mais ampla, a de Presidente Prudente, tornou-se preocupação central da pesquisa, de acordo com a concepção de “região” dos geógrafos franceses.

Na busca da origem do processo de ocupação e conseqüente uso do espaço agrário no Município de Presidente Venceslau, teremos sempre em mente o principal objetivo, da Geografia Agrária, que segundo Valverde é “o estudo descritivo das diferenças espaciais da superfície da terra, do ponto de vista da exploração agrícola e a interpretação de suas causas”. Ou, ainda, “. . . é, em última análise, a interpretação dos vestígios que o homem do campo deixa na paisagem. . .” (Valverde, 1964:24 e 27).

A implantação da Estrada de Ferro Sorocabana foi um marco muito importante para estruturar o espaço regional, fixando a população à medida que a ferrovia avançava em direção à calha do rio Paraná. Contribuiu, desta forma, para a formação de inúmeros povoados ao longo de seu percurso, ocasião em que o nomadismo caracterizava a ocupação da região. A necessidade de mão-de-obra para a construção da ferrovia atraiu trabalhadores de outras áreas do Oeste Paulista. (4)

Deste modo, conforme observamos, o período que antecedeu ao surto cafeeiro na região da Alta Sorocabana, ou seja, a derrubada das matas, foi intercalado pela atividade policultora de subsistência. Monbeig

(4) Segundo Fairbanks: “. . . profundamente nômade, os mesmos camaradas que me acompanharam em 1916, 17, 18, 20 e 24 na construção da Sorocabana e em medições de terras e em derrubadas de mato, agora, em 1929, continuam ‘camaradas de engenheiros’ . . . construindo o prolongamento da Paulista, por Marília, ou a ‘Norte do Paraná’ por Cambará ou medindo terras no Tibagy ou derrubando mata no Rio do Peixe ou no Parapanema e em toda parte exercendo a indústria de abertura de *posses*. . .” Assim, “. . . esses magníficos trabalhadores viram nascer Presidente Prudente, Santo Anastácio, Presidente Venceslau; testemunharam, na primeira, a *data* de terra subir de *trinta mil réis* a talvez *trinta contos, sem adquirir uma só*, eles que numa só noite, dispendiam rios de dinheiro, viram japoneses, lethos, alemães, para não só falar naqueles para os quais mais difícil é a aprendizagem da língua, lutar homericamente para a aquisição de *cinco ou dez alqueires* de terras hoje recheadas de cafezais. . .” (Fairbanks, 1936:14).

“. . . recordo-me, perfeitamente, que as turmas de exploração e locação do traçado da Sorocabana nesta região vinham pedir empregos como foíceiros, machadeiros, baliseiros, etc. . . caipiras de Campos Novos, Conceição de Monte Alegre, Platina, etc.”, municípios vizinhos de Assis. (idem, p. 14)

define zona “pioneira” como zona de policultura, “traço distintivo da colonização atual, da do último século ou dos princípios do século XX. É provável que o caráter tropical atenuado do clima e da vegetação é causa quase certa do fato; a isso se deve acrescentar com mais probabilidade a mistura étnica do contingente de imigrantes: a difusão pelos japoneses do arroz de espigão e de certas plantas asiáticas fornece uma prova nítida da opinião emitida” (Monbeig, 1945:13).

A atividade policultora ainda é comum na paisagem agrária atual, a qual se compõe de um conjunto relativamente homogêneo de lavouras comerciais: algodão, amendoim, mamona, milho etc., entremeadas por grandes pastagens, de relevo suave, onde ambas representam, de forma extensiva e estagnada, duas atividades econômicas regionais. (Fotos 1 e 2)

2. *Os Fundamentos Geo-ecológicos e as Possibilidades de Uso do Solo*

Ao se caracterizar a região de Presidente Venceslau, dentro do ponto de vista fisiográfico, observamos ser ela constituída por relevantes aspectos de *homogeneidade*. Segundo o autor (Dolfuss, 1972:20/21), esses aspectos se caracterizam por um caso de homogeneidade externa, ou seja “. . . aquela que corresponde à área de extensão de uma paisagem; neste caso, a homogeneidade decorrerá quer de alguma formação vegetal dependente do clima. . . quer de um tipo de topografia que se reproduz. . .”.

De acordo com a divisão em zonas ecológicas do Estado de São Paulo (Lopes, 1957:82), referia-se à região homogênea quando “caracterizada pela similaridade de determinados atributos em toda sua extensão”.

Principalmente ao se levar em consideração e analisarmos cuidadosamente os elementos imprescindíveis à configuração geográfica da área, como vegetação, geologia, formas de relevo, rede de drenagem e clima poderemos constatar alguns significativos aspectos de similaridade com a região.

Conforme Ab’Saber, o relevo regional dos baixos chapadões do Oeste Paulista se traduzem por “um tipo de relevo estrutural sob o controle de camadas praticamente horizontais e sub-horizontais” (Ab’Saber, 1969:11). Abrangendo “uma vasta extensão de chapadões areníticos de vertentes convexas suaves, constitui uma das áreas de relevos tabuliformes de Centro de Bacia, das mais típicas do país” (Op. cit. p. 1).

Seus espigões são cortados por rios conseqüentes, afluentes do Paraná (Peixe e Santo Anastácio), os quais possuem cursos sensivelmente paralelos, ou ainda por subafluentes, córregos Ribeirão Claro, Saltinho, Afluen-



Foto 1. Cultivo de milho intercalado com áreas pastoris. À esquerda uma capoeira já degradada, documentando a antiga cobertura vegetal. Município de Presidente Venceslau, dezembro-1975. Foto M. A. T. R. Bastos.



Foto 2. Paisagem agrária. Em primeiro plano, cultivo de milho. Ao fundo e à direita, colheita de amendoim e cultivo recente do mesmo. Município de Presidente Venceslau, dezembro-1975. Foto M. A. T. R. Bastos.

te Grande e outros. Backer referia-se ao relevo do planalto arenito-basáltico como uma das mais antigas topografias jovens de que se tinha conhecimento (In Müller, 1956:67).

No município, a monotonia do relevo se fazia sentir em toda sua extensão (Prancha II). As áreas de maior movimentação, e que pouco ultrapassavam 400 metros, estavam situadas no espigão principal do interflúvio Peixe-Santo Anastácio, onde as mais significativas estavam concentradas nas proximidades do núcleo urbano, por onde se assentavam os trilhos da Estrada de Ferro (Fepasa). Paralela a esta, tínhamos a rodovia Raposo Tavares (SP-270) e transversalmente a da Integração (SP-563).

Conforme observações de Suárez, do ponto de vista geológico, o extremo Oeste é constituído por 3 formações: a Formação Serra Geral, representada pelos basaltos; a Formação Caiuá (composta de arenitos com estratificação cruzada), sobrejacente à primeira; e a Formação Bauru (composta de arenitos, siltitos conglomerados e argilitos), acima da Caiuá. Em parte, cobertas por sedimentos cenozóicos (Suárez, 1975:130).

A área ocupada pela formação Caiuá (no extremo sudoeste paulista), se caracteriza por relevo mais suave e escassez de drenagem. Apesar de altos índices de pluviosidade, são poucos e pequenos os cursos d'água. Quebrando a monotonia do relevo, temos a presença de morros testemunhos e pequenas escarpas. Além de pequenos morros isolados formados por cascalheiras, portadores de características litológicas e morfológicas idênticas: Morro do Diabo e Morro de Santa Ida. ⁽⁵⁾

Encontra-se ainda, nas bacias dos principais rios da Região de Presidente Prudente (Paraná, Paranapanema, Peixe e Santo Anastácio), um outro tipo de sedimento, de origem cenozóica, composto de areias, argilas, seixos e conglomerados. Devido à posição estratigráfica, ao estado de agregação e à litologia, esses sedimentos não se enquadram dentro das características das formações Caiuá e Bauru; principalmente os encontrados em áreas pertencentes aos Municípios de Marabá Paulista, Presidente Veneslau, Presidente Epitácio e Teodoro Sampaio (idem, p. 147).

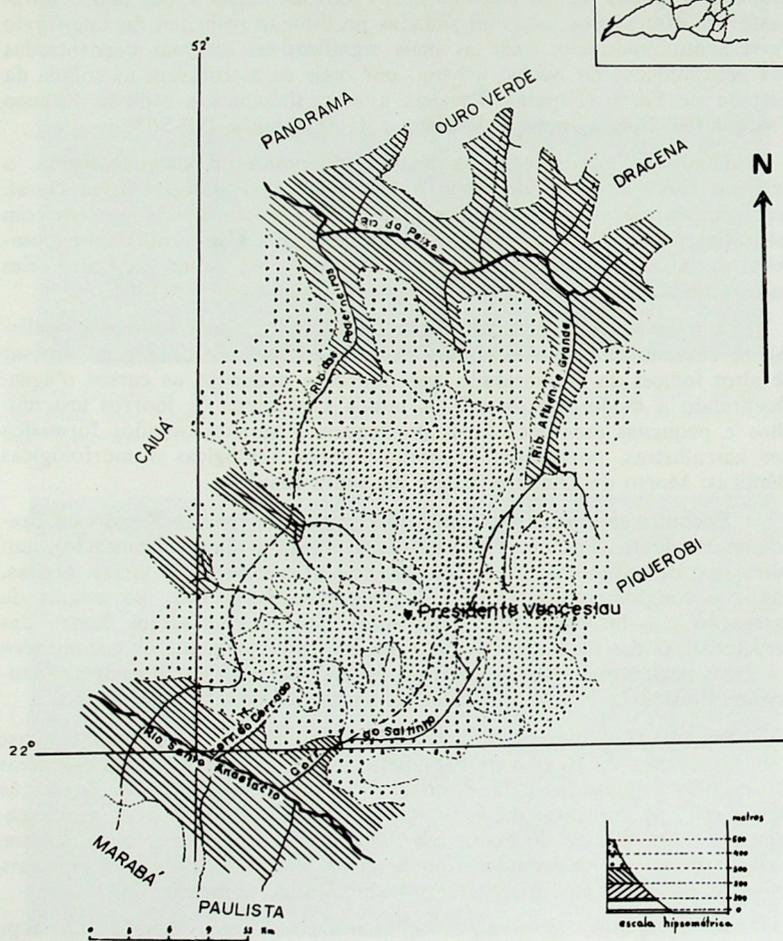
No mapa geológico do Estado de São Paulo, praticamente quase toda a extensão da Região de Presidente Prudente (com exceção das áreas já descritas e ocupadas pela Formação Caiuá) é ocupada pela Formação Bauru que, ao contrário da Formação Caiuá, é de relevo mais movimentado em consequência do maior adensamento da rede hidrográfica. Porém, mesmo assim, não se constata a presença de feições morfológicas especiais, como as descritas nas áreas da Formação Caiuá. (Prancha III)

A topografia, no geral, se apresenta com largos espigões, de topo plano, com suaves inclinações em direção ao eixo da bacia do Paraná e

(5) Morro de Santa Ida, assim denominado por Suárez (1975:130), por se localizar em área da Fazenda Santa Ida (Op. cit. p. 130).

PRANCHA II

Esbôço Topográfico do Município
de Presidente Venceslau



Fonte: Carta do Brasil ao Milionésimo
Folha SF 22 - Paranapanema - C.N.G.-
IBGE - 1ª edição - 1959 -

org. e desenho - M. Antonieta

declividades de um a três metros por quilômetro (a grande distância) para as estruturas areníticas do Cretáceo Superior (Ab'Saber, 1969:01).

Na escala regional (Suárez, 1975:130), o autor observava que "a porção do Planalto Ocidental denominada Sudoeste Paulista sofre desníveis bastante variáveis, entre 10 e 70 metros. Ocorre frequentemente a formação de escarpas, devido à diferente litologia, ao estado de agregação ou cimentação da rocha. Estas feições do relevo são bastante visíveis a Oeste e Sudoeste do Município de Marabá Paulista. Nas folhas topográficas, estas áreas são facilmente identificáveis pelo maior adensamento da rede hidrográfica. A declividade geral, na direção dos rios Paraná e Paranapanema (tomando-se Presidente Prudente como referência), é da ordem de 2 a 2,5 m/km".

No Município de Presidente Venceslau, a variação altimétrica oscila entre 300 e 500 metros (Prancha II e IV).

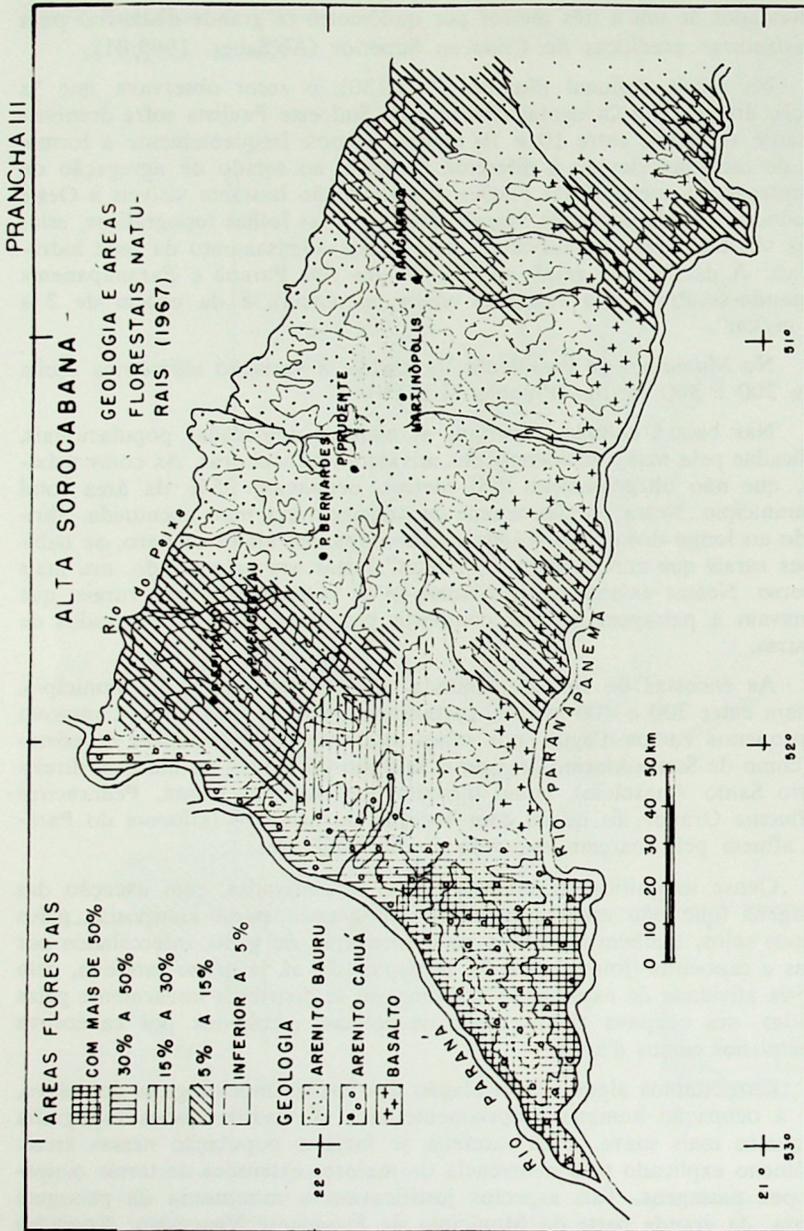
Nas baixas colinas, ocorriam as maiores densidades populacionais, explicadas pela maior incidência das atividades policultoras. As cotas máximas, que não ultrapassavam 500 metros, ocupavam 35% da área total do município. Nessa porção, a rede de drenagem era mais acentuada, abrindo ao longo dos cursos d'água e cabeceiras, em maior número, as habitações rurais que compunham o "habitat" linear ora aglomerado, ora mais disperso. Nessas extensões, distribuíam-se os pequenos bairros rurais, que formavam a paisagem agrária, composta por áreas mais concentradas de lavouras.

As encostas de colinas, segunda unidade do relevo do município, oscilam entre 300 e 400 metros, perfazendo 36% da área total. Composta de pequenos cursos d'água, por vezes intermitentes formadores de córregos como de Santa Maria, Cerrado e Saltinho (afluentes da margem direita do rio Santo Anastácio), como também dos ribeirões Caiuá, Pederneiras e Afluente Grande, os quais, com exceção do primeiro (afluente do Paraná), afluem pela margem esquerda do rio do Peixe.

Quase insignificantes eram as áreas aí cultivadas, com exceção das pastagens (que não eram cultivadas), em grande parte compostas pelos campos sujos, também utilizados na alimentação do gado, intercalados por matas e capoeiras (fotos 3, 4 e 5). A população aí, já quase rarefeita, pela própria atividade de exploração do solo, ora se distribuía linearmente pelas estradas, ora ocupava alguns topos de colinas, esculpidos por cabeceiras de pequenos cursos d'água.

Constatamos alguma interrelação das feições morfológicas do relevo, com a ocupação humana propriamente dita. À medida que a topografia tornava-se mais suave, mais rarefeita se fazia a população nessas áreas. Fenômeno explicado pela ocorrência de maiores extensões de terras ocupadas por pastagens. Tais aspectos justificavam a monotonia da paisagem agrária, de grande parte do Município de Presidente Venceslau. Apoiados

PRANCHA III



FONTES: Mapa Geológico do IGG - 1963 e Instituto de Geografia da USP (Orientação nº 3, 1967 - pg. 60)
LEITE (1972:28)

em outros autores, Leite e Abreu (1972) e Petrone (1957), observamos essa peculiaridade da paisagem, não somente por toda região de Presidente Venceslau, como de Presidente Prudente.

A terceira unidade do relevo do município, representada pelas baixadas e planícies aluviais, cujas altitudes oscilam entre 200 e 300 metros, corresponde a 29% da área global (Prancha II). Em geral, compostas por solos hidromórficos ⁽⁶⁾, favoreciam o cultivo de cereais, algodão e mamona nas várzeas. Nessas áreas não eram comuns os represamentos d'água, freqüentes nas duas outras unidades do relevo. Nas áreas de menor adensamento da rede fluvial, onde ocorria a escassez d'água, significativo número de estabelecimentos rurais optavam pela construção de açudes e represas de abastecimento d'água, principalmente para o rebanho bovino (Fotos 6, 7 e 8).

A declividade mais acentuada (1m/km) pode ser observada no perfil topográfico SO—NO, em direção à várzea do rio do Peixe (situada entre 240 e 270 metros). Em direção à bacia do rio Santo Anastácio, a declividade é mais suave, encontrando, no seu vale, 300 metros de altitude (Prancha IV).

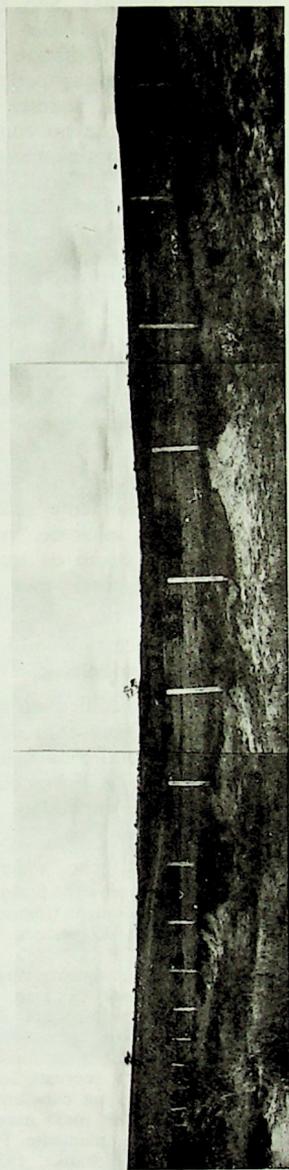
As maiores altitudes (440 metros) encontradas ao longo dos perfis topográficos traçados de SO—NO e de O—L estavam localizadas no sítio Santa Maria, de José Batista, a 7,5 quilômetros do limite sudoeste do Município de Presidente Venceslau com Caiuá, além da observada no limite municipal de Presidente Venceslau com Piquerobi, a leste.

Os solos dessa porção sudoeste do Planalto Ocidental, apesar de apresentarem razoáveis diferenças entre si, são em geral resultantes da decomposição do arenito mesozóico (Leite, 1972:23). Possuem cor brumovermelhado, com porcentagem arenosa alterada por outro lado. Devido à composição pobre em argila, perdem facilmente boa parte de sua ferti-

(6) Por ocasião da demarcação do eixo e construção da ferrovia Sorocabana, Fairbanks em seu relatório de viagem observou interessante evidência geológica vinculada à rede de drenagem da região: "Ao contrário do que acontece em Presidente Prudente, o divisor das águas dos rios Peixe e Santo Anastácio, na cidade deste nome, simultaneamente NÃO separa como ali duas formações geológicas. Satisfaz-se no secundário mistér topográfico de dividir águas, sem pretender o mais glorioso de demarcar idades geológicas e testemunhar etapas geogênicas...". (Fairbanks, 1936: 25/26).

O solo de grés triássico de formação vulcânica, assim denominado pelo geólogo Guilherme Milward de "grés de Bauru Gonzaga de Campos" e, em homenagem ao citado cientista mais tarde designado de "grés triássico Guilherme Milward", subgênero do grés saliferiano era encontrado além dos limites naturais do rio do Peixe, invadindo a vertente do rio Santo Anastácio, cuja característica geológica era o aluvião (Op. cit. p. 32).

Constatou ainda o autor que como elemento característico das bacias divergentes da Serra do Mirante, das quais o rio do Peixe é componente, encontrou-se o calcário (ver nota 7), também em grandes profundidades do subsolo da cidade de Santo Anastácio "... no poço que aqui fiz abrir em terra extraída a 186 palmos de profundidade...". (Op. cit. p. 31).



Fotos 3, 4, 5. Vista parcial de uma propriedade rural que desenvolve a pecuária. Presença de pastagem de campo sujo à esquerda, ao centro, sede da propriedade e curral. Capoeira residual à direita. No topo da colina cultivo de cana para alimentar o gado. Município de Presidente Venceslau, dezembro-1975. Foto M. A. T. R. Bastos.

lidade, após a retirada da vegetação original. São em geral conhecidos por "terra mista", com exceção das variações do Pontal (Caiuá) e das proximidades dos Municípios de Iepê, Narendiba e Taciba (terra roxa). Outro tipo de solo encontrado na região, e que pode ser observado também em áreas vizinhas do norte do Paraná, sudeste do Estado de Mato Grosso do Sul e na Alta Paulista, corresponde ao conhecido como podzolizado de Lins e Marília, com grande predominância da variação Marília. (Op. cit. p. 23). Tais solos, devido ao grau de fertilidade, respondiam pelo maior adensamento da área agrícola, notadamente ao centro e oeste do município e conseqüentemente às maiores densidades populacionais, apesar de infelizmente serem ocupadas por extensas pastagens com grandes parcelas de campos sujos.

Baseado nas amostras extraídas e analisadas numa extensão de mais ou menos oitenta quilômetros, ou seja, de Presidente Prudente à Presidente Epitácio, Leite constatou maior incidência de cálcio ⁽⁷⁾ e pouco fósforo (fosfatos). Além dessas constatações, os solos hidromórficos das várzeas do Peixe, Paranapanema e margens matogrossenses do Paraná são bem mais ricos em humus. (Idem, p. 23).

Setzer, justificava que a pobreza desses solos em cálcio e potássio — referindo-se aos arenosos — era proveniente das queimadas e altos índices de pluviosidade. Conhecidos como solos de "pastagens" no Estado de São Paulo, e de forma mais genérica como os que antigamente eram ocupados por "cerrados", de padrão de terra não agricultável (Setzer, 1951:80/83).

Porém, atualmente esses solos de cerrado são reconhecidos como solos bons e recomendados para o uso agrícola.

Ao se procurar uma análise mais específica do solo da Alta Sorocabana, devemos ressaltar a grande relação deste com determinadas variáveis como estrutura, relevo, clima e demais condições físico-químicas e biológicas. Devido à predominância dos solos de Formação Bauru, em quase toda extensão do Município de Presidente Venceslau, os quais se caracte-

(7) Fairbanks resalta a colocação de Milward, sobre a fertilidade do solo:

"Por ocasião da abertura dos Cortes para o prolongamento da Ferrovia Sorocabana, em 1917, o citado geólogo encontrou fósseis, classificados por ele como sendo de dinossauros e da formação do período triássico para o jurássico, de época mesozóica".

... "a rocha desse período é o grés, geralmente vermelho-amarelado, denotando a presença de ferro. Contém bastante calcáreo. Nada mais é preciso acrescentar para afirmar a fertilidade do solo e até do subsolo". Fairbanks constatou, ainda, calcáreo na bacia do Peixe, da seguinte maneira: "da forma curiosa de mexilhões de água doce, em número de duas espécies, que provam de sobejo, com o esverdeado da concha e a incrustação furta-cor de sua madrepora, a existência do calcáreo-domolítico na cabeceira, cujo transporte por dissolução dá, em conseqüência, a condição de meio necessária à existência das duas espécies do mencionado molusco". Complementa Fairbanks que a citada cabeceira corresponde à do rio do Peixe (Fairbanks, 1936:31/32).

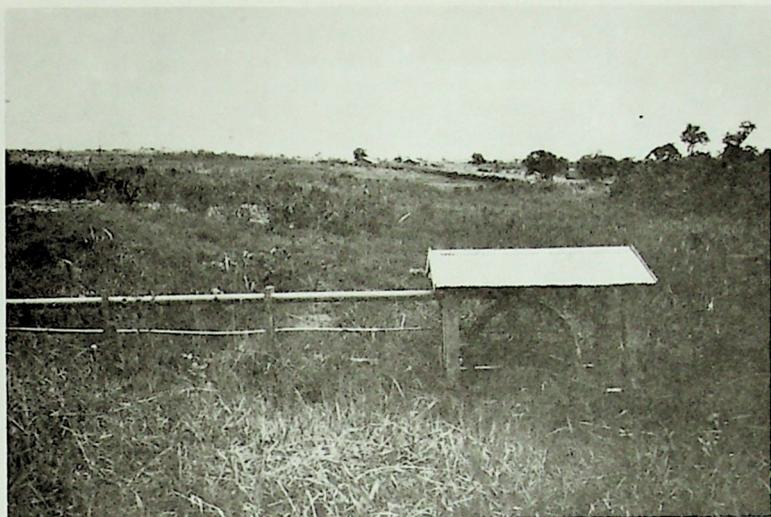


Foto 6 e 7. Abastecimento d'água. Reservatório Australiano. 230.000 litros. Fazenda Dovagi, Município de Presidente Venceslau, dezembro-1975. Foto M. A. T. R. Bastos.

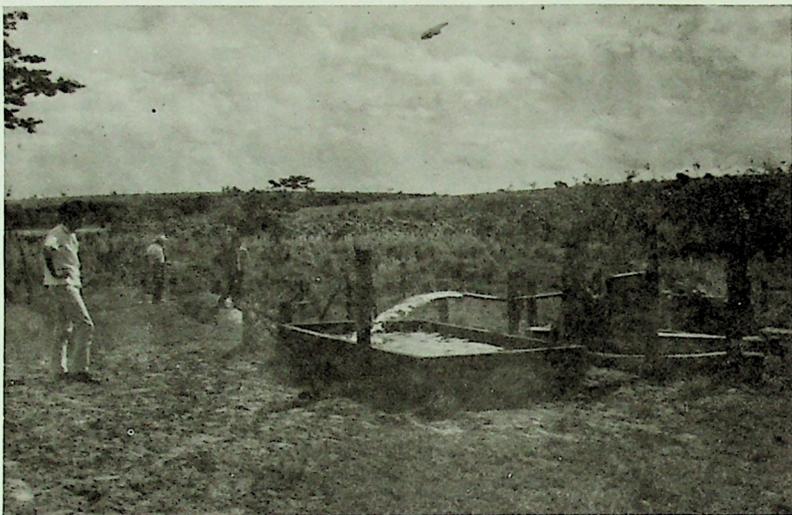


Foto 8. Abastecimento d'água para o gado. Município de Presidente Venceslau, fevereiro-1972. Foto M. A. T. R. Bastos.

rizam por baixo teor de argila e matéria orgânica, esses solos de arenito possuíam baixíssima capacidade de retenção de fertilizantes, conforme observaram Catani e Grohmann. Estes recomendavam o uso desse tipo de solo de forma muito bem conduzida, principalmente no período de grande queda pluviométrica (outubro a março), devido à dificuldade que possuíam em reter as águas pluviais. Como consequência de natureza friável desses solos, a ação do escoamento das águas superficiais originavam voçorocas e ravinamentos (fotos 9 e 10), feições morfológicas especiais que requerem constantes cuidados no uso, principalmente quando explorados por processos rotineiros. Desta forma, necessitavam de práticas conservacionistas (Caçani e Grohmann, 1949:129).

A erosão se constitui na principal responsável pelo empobrecimento do solo e, segundo Catani e Grohmann, o cultivo do algodão nesses solos de arenito Bauru também provocou sérios problemas, ocorrendo perdas dos elementos nutritivos do solo, carecendo reposição (Idem, p. 128).

Outra questão de importância relevante eram as grandes chuvas que causavam o aparecimento de enormes sulcos de erosões, comuns na paisagem rural do município. Neste período chuvoso a rede viária se tornava bastante precária.

Com predominância, o Latossol Vermelho-Escuro Fase Arenosa ocupa mais da metade da área da sub-região de Presidente Venceslau e 55% da área total do município (prancha V) oriundo da Formação Bauru do período cretáceo. Na sub-região estende-se ao longo do rio do Peixe acompanhando, a grosso modo, a confluência deste com o Paraná, em direção ao sul, abrangendo praticamente toda a área do Pontal do Paranapanema e grande parte do interflúvio que separa as águas deste rio com o Santo Anastácio.

No município em particular, o Latossol Vermelho-Escuro Fase Arenosa, composto por arenitos, siltitos conglomerados e argilitos, alonga-se por todo setor norte, e porção oeste-sudoeste. Presente, portanto, nas áreas de relevo mais suave e de escassa rede de drenagem formadas pelos córregos Santo Antonio e Ribeirão das Pederneiras, além de outros pequenos cursos formadores do rio do Peixe. Em direção sudoeste, também é encontrado nas áreas percorridas pelos formadores do Ribeirão do Veado (Água da Colônia e Água da Lagoa), além do Ribeirão Caiuá e seu afluente Água da Represa. Neste tipo de solo predominavam parcelas isoladas de coberturas vegetais, notadamente de capoeiras e matas.

Em quase toda sua extensão, o município era ocupado por pastagens, com predomínio também dos campos sujos aproveitados e escassa densidade demográfica, com exceção das áreas próximas aos citados cursos d'água (Prancha V e XII).

Os solos podzolizados de Lins e Marília, tanto variação Lins como Marília, ambos também originários da Formação Bauru do período cretáceo, são compostos por arenitos, siltitos conglomerados e argilitos, conforme já foi visto anteriormente. Presentes também nas proximidades do núcleo urbano de Presidente Venceslau, ao centro e ao sul, acompanhando a bacia do Santo Anastácio, são portadores em geral de cotas altimétricas mais elevadas, excedendo às vezes 400 metros, sem considerar a porção sul do município (bacia Sto. Anastácio). A variação Lins, na região de Presidente Prudente, ocupa 19,9% da área total, quase se equiparando à distribuição da variação Marília, que atinge 18,4%. Esta, predomina nas áreas interfluviais do Peixe e Santo Anastácio, de maior movimentação do relevo.

Esses tipos de solo desenvolvem-se a partir de arenitos com cimento calcáreo, sendo normalmente férteis, apesar de necessitarem de conservação; sofrem restrições à mecanização, exigindo calagem.

Na sub-região de Presidente Venceslau, os solos Podzolizados de Lins e Marília, variação Lins, estendem-se por quase toda a bacia do rio Santo Anastácio (prancha V), em direção às encostas dos espigões divisores desse rio e também numa expressiva mancha localizada mais ao centro-norte, no interflúvio do Peixe e Santo Anastácio, quase paralela ao leito dos referidos rios.

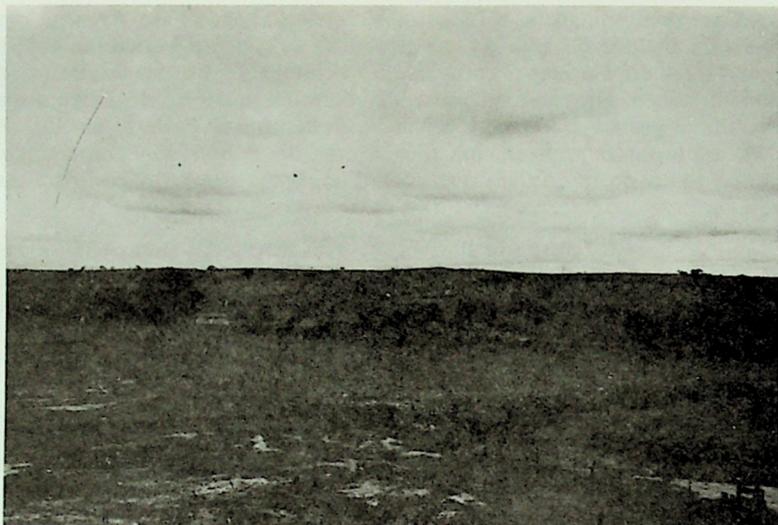


Foto 9. Sede de uma pequena propriedade a três quilômetros da cidade de Presidente Venceslau. 1.º plano uma voçoroca. Topo da colina — à direita — traçado da Rodovia Raposo Tavares (SP-270), Presidente Venceslau, dezembro-1975. Foto M. A. T. R. Bastos.

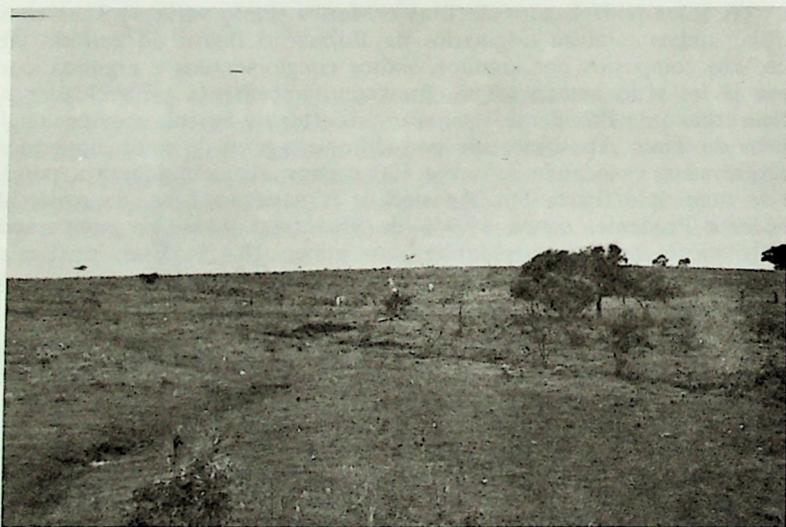


Foto 10. Pastagem de campo sujo. Exemplo de erosão. Município de Presidente Venceslau, dezembro de 1975. Foto M. A. T. R. Bastos.

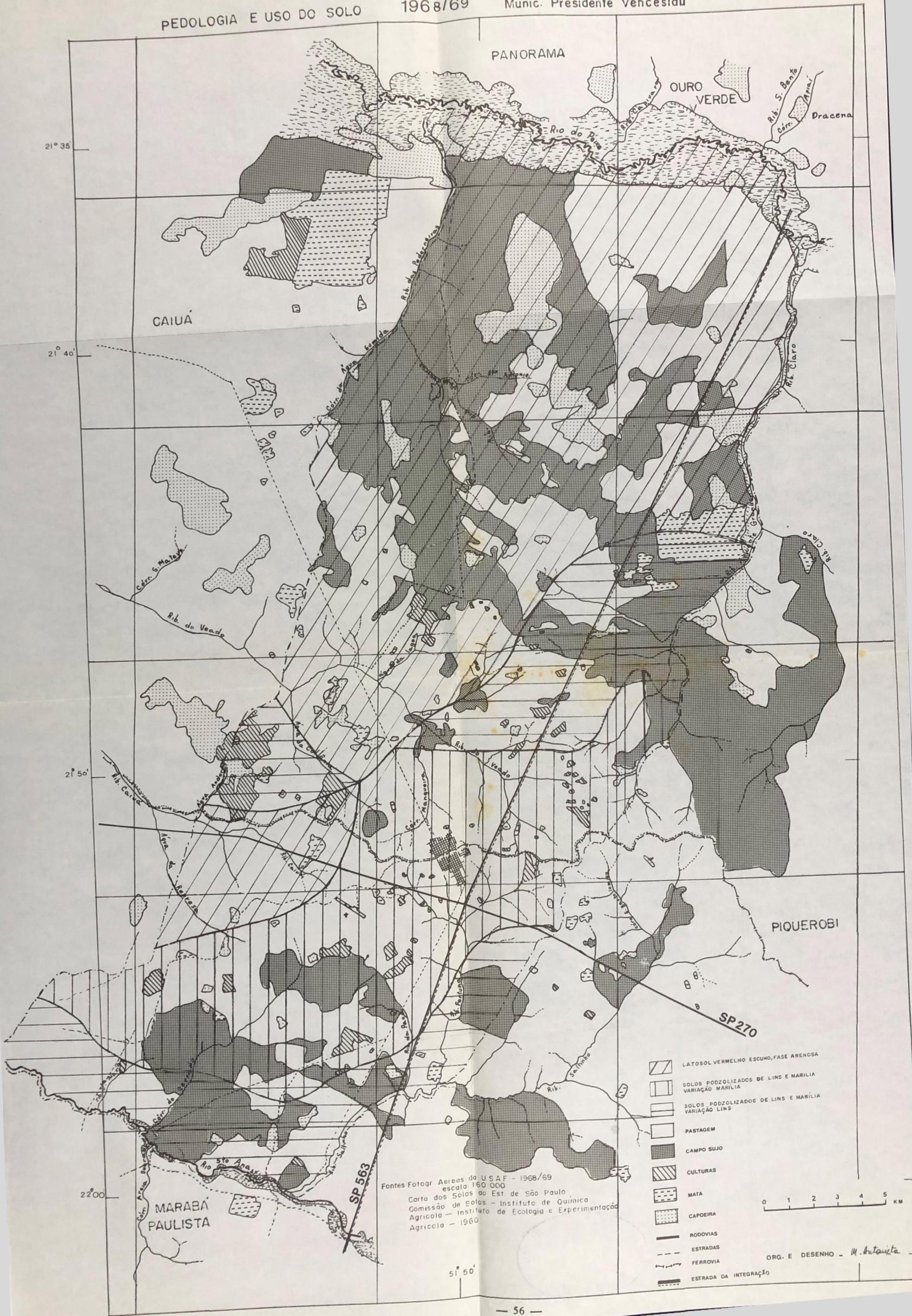
No Município de Presidente Venceslau, ocupam área bem menor, atingindo 18,0% do total, acompanhando, desta forma, a distribuição proporcional à da região de Presidente Prudente. Sua presença se faz sentir no extremo sul, ao longo da bacia do Santo Anastácio, e na direção leste-oeste da porção central, ao longo de todo o curso do Ribeirão Saltinho e grande parte de seus tributários (Ribeirão da Paca e da Fortuna). Outros cursos d'água formadores do rio Santo Anastácio se localizam nessa porção sul (Córrego do Cerrado e Ribeirão Santa Maria).

Pequena mancha triangular se estende a oeste do município, seguindo quase paralelamente o eixo da ferrovia Fepasa, na altura das cabeceiras dos córregos Água da Colônia e Andorinha. Mais para o centro, sua presença se faz sentir também rumo às cabeceiras do Córrego Afluente Grande a leste, formador do Ribeirão Claro (divisor municipal de Presidente Venceslau e Piquerobi). Nessas áreas, era comum a ocupação da terra com pastagens e significativa presença de campos sujos e, em menor escala, matas secundárias, capoeiras e parcelas de culturas. Estas localizadas, principalmente, na porção oeste do município (Prancha V).

Outro tipo de solo presente na região de Presidente Prudente é representado pelos solos Podzolizados de Lins e Marília, variação Marília, os quais são originários também da Formação Bauru. Compostos na sua litologia pelos já citados arenitos, compõem na região de Presidente Prudente 18,4% (Diagnóstico, 1971:16) da área, ocorrendo conforme já se verificou anteriormente nas proximidades das áreas ocupadas pela variação Lins. Ou seja, num dos principais interflúvios da região (entre o rio do Peixe e o Santo Anastácio), estendendo-se pelos topos de relevo mais acentuado da região.

No município, a variação Marília atinge a área de 24% do total, distribuindo-se numa faixa contínua de sudoeste a leste, ocupando toda a extensão do núcleo urbano de Presidente Venceslau e áreas circunvizinhas. Apresentam, em geral, relativo grau de fertilidade, sendo enquadrados na categoria de solos bons, com menor profundidade que os da variação Lins, presentes nas posições topográficas superiores. Ocupam as áreas de maior movimentação do relevo, nas cabeceiras de vários córregos e ribeirões (Ribeirão Santa Maria, Córrego do Cerrado, Ribeirão da Paca e da Fortuna) afluentes ou subafluentes do rio Santo Anastácio e, em outras, como as dos Córregos Água da Colônia, Mangueira, Ribeirão do Veado e alguns formadores do Ribeirão Afluente Grande (Prancha V).

Nesse solo da variação Marília, ao contrário do Latossol Vermelho-Escuro Fase Arenosa, dominavam áreas agrícolas, prevalecendo as culturas anuais dispersas em pequenas e médias parcelas, intercaladas por extensas áreas de pastagens e campos sujos, apesar destes aparecerem em menor porcentagem em relação a outras áreas do município. Conseqüentemente eram mais aproveitados e favoreciam maior adensamento populacional pois as atividades da lavoura requerem maior número de mão-de-obra.



Fontes Fotograf. Aereas da USAF - 1968/69
 escala 1:60 000
 Carta dos Solos do Est. de São Paulo
 Comissão de Solos - Instituto de Química
 Agrícola - Instituto de Ecologia e Experimentação
 Agrícola - 1960

- LATOSOL VERMELHO ESCURO, FASE ARENOSA
- SOLOS PODZOLIZADOS DE LINS E MARÍLIA VARIÇÃO MARÍLIA
- SOLOS PODZOLIZADOS DE LINS E MARÍLIA VARIÇÃO LINS
- PASTAGEM
- CAMPO SUJO
- CULTURAS
- MATA
- CAPOEIRA
- RODOVIAS
- ESTRADAS
- FERROVIA
- ESTRADA DA INTEGRAÇÃO

0 1 2 3 4 5 KM

ORG. E DESENHO - M. Antunes



Foto 11. Várzea do Rio do Peixe. Presença de igarapés. Divisa do Município de Presidente Venceslau com Dracena, junto à Estrada da Integração (SP-563). Solos hidromorfos. Dezembro-1975. Foto M. A. T. R. Bastos.

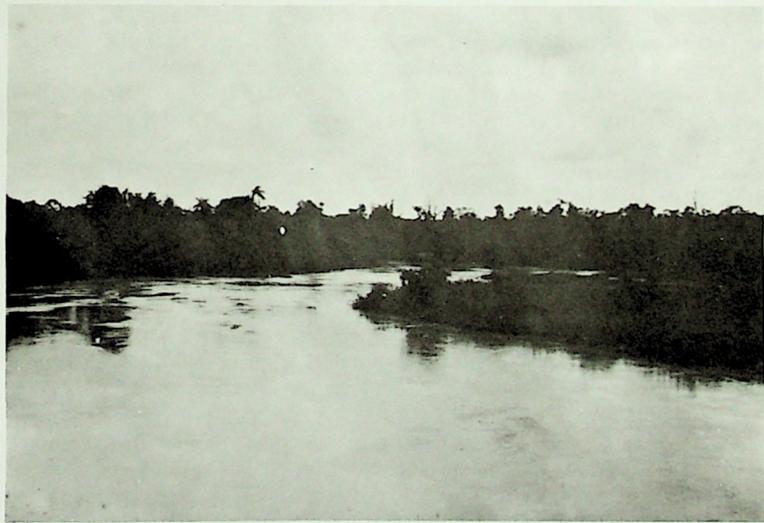


Foto 12. Várzea do Rio do Peixe, planície aluvial e mata ciliar em solos hidromorfos. Município de Presidente Venceslau, dezembro-1975. Foto M. A. T. R. Bastos.



Foto 13. Meandro e mata ciliar no Rio do Peixe. Município de Presidente Venceslau, dezembro-1975. Foto M. A. T. R. Bastos.

Um outro tipo de solo comum na região de Presidente Venceslau é o hidromórfico, já citado por Leite (op. cit. p. 23), que se notabiliza pelo problema de excesso d'água, necessitando de drenagem para que possa ser aproveitado satisfatoriamente. Mas apresenta restrições quanto à fertilidade e mecanização. Ocorre no Município de Presidente Venceslau, nas planícies aluviais da várzea do rio do Peixe (fotos 11, 12 e 13) e áreas adjacentes, em menor escala, no baixo curso do Ribeirão Claro e em alguns pontos da alta e média bacia do Santo Anastácio. Foram encontrados, ainda, na margem do rio Paranapanema (na sub-região de Presidente Venceslau) e além das margens matogrossenses do rio Paraná também ricas em humus.

Destacavam-se nessas áreas a cultura do arroz de várzea, café, milho, feijão, batata, mamona e, principalmente, algodão e amendoim. Sensíveis na sua maioria às oscilações térmicas e principalmente pluviométricas tais produtos requeriam, na maioria das vezes, adubações anuais (Op. cit. p. 23).

Na execução do levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado de São Paulo, efetuado pelo Ministério da Agricultura, considerou-se a fertilidade natural, grau de erosão, maior ou menor capacidade de retenção das águas e problemas ligados à mecanização. Assim, observou-se que para a região de Presidente Prudente 43,92% dos solos são portadores de boas condições de uso; 52,80% regulares para não adequa-

dos; 2,18% regulares; 0,99% bons para regulares e 0,09% para não adequados. Na região de Presidente Venceslau o panorama não difere muito, sendo: 58,70% bons; 40,33% regulares para não adequados; 0,77% regulares; 0,10% bons para regulares e 0,10% não adequados. Sugeriam que, para o uso racional desses solos, várias orientações deveriam ser tomadas, ou seja, o emprego de práticas conservacionistas de caráter edáfico, mecânico e vegetativo, com o intuito de se obter melhor produtividade.

Do ponto de vista climático, o conjunto da Alta Sorocabana é bem individualizado, principalmente se comparado à região do norte do Paraná que, apesar de lhe ser vizinha, é de transição, sofrendo a ação mais acentuada de massas de ar frio e contando com temperaturas mais baixas (principalmente no inverno). Portanto, de maneira diferente, a região de Presidente Prudente se notabiliza por clima quente, inverno seco, pluviosidade anual entre 1.100 a 1.300 mm e temperaturas máximas de 34° e mínimas de 17°, portanto de transição do Tropical Aw para o Cwa.

A presença de temperaturas máximas elevadas contribui para a classificação de clima tropical úmido com estação chuvosa no verão e seca no inverno, diferindo do Cwa, pelo fato de a temperatura média do mês mais frio ser superior a 18°C.

Para Presidente Prudente, encontramos estimativas, às quais se aproximam bastante das temperaturas médias mensais obtidas durante o período de 1948/68 descritas por Tarifa (1970:37).

janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho
24,1	24,0	23,6	21,9	19,4	17,9
julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
17,8	19,2	21,1	22,3	23,3	23,7

ANUAL: 21,5°C

De acordo com o cálculo de temperaturas médias observadas durante um período de 21 anos, para Presidente Prudente, temos o seguinte (Idem, p. 37):

janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho
24,6	24,6	24,0	22,1	19,7	18,4
julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
18,9	20,7	22,1	23,1	23,9	24,5

ANUAL: 22,2°C

A precariedade de dados climáticos na área em estudo não nos permitiu uma melhor análise do ponto de vista climático, principalmente no que se refere à temperatura.

Desta forma, procuramos maiores constatações sobre as temperaturas médias anuais, através do cálculo de estimativas térmicas para o Município de Presidente Venceslau, em função da altitude e latitude (Pinto, 1972: 32):

janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho
24,7	24,6	24,3	22,7	20,3	18,9
julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
18,9	20,4	22,6	23,6	24,3	24,4

ANUAL: 22,4°C

Como podemos observar, as temperaturas estimadas para o Município de Presidente Venceslau e Presidente Prudente distribuam-se obedecendo a fenômenos climáticos semelhantes. As diferenças mensais eram as seguintes para ambas as localidades:

janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho
0,5	0,6	0,4	0,2	0,3	0,5
julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
1,1	0,5	1,0	0,8	0,6	0,8

ANUAL: 0,7°C

As precipitações médias mensais no município, calculadas para um período de 16 anos (1958 a 1973) (Prancha XIV) oscilavam de maneira mais acentuada em relação à da região nos meses menos chuvosos (principalmente de julho a setembro), não ultrapassando, no entanto, a 10 mm, realçando a nítida presença do período seco. Esse período, caracterizado pela carência de chuvas, notadamente durante o inverno, determinaria deficiências hídricas acentuadas, trazendo sérios problemas para as pastagens e algumas culturas permanentes.

Na seqüência de balanços hídricos de 1958 a 1968, analisada por Tarifa, poderemos constatar situações extremamente prejudiciais a determinadas culturas anuais, pela falta d'água devido ao "deficit" de verão, iniciado em setembro-outubro e, em alguns casos, estendendo-se até janeiro (1959-1961) (Tarifa, 1970:47). Para sanar os impactos dessa situação, as atividades agrícolas seguiam um calendário que permitia ajustamento aos regimes termo-pluviométricos regionais.

Para as plantas de meia-estação na região, o autor afirmava que estas estavam sujeitas ao "deficit" vegetacional no verão; eram plantadas na época das secas, o que ocasionava baixa produtividade. Desta forma, propunha duas medidas para solucionar problemas dessa natureza: projetos de irrigação visando a precipitação ideal; e a diversificação do setor agrícola, introduzindo-se novas culturas, mesmo em caráter experimental, e que melhor se adaptariam a essa problemática e às variações sazonais do clima.

Sugeria ainda a viabilidade de introduzir-se na área uma série de culturas. Acrescentava, porém, as possíveis restrições ao sucesso do empreendimento, que serão tratadas no Capítulo II deste trabalho.

A evapo-transpiração potencial mensal para o Município de Presidente Venceslau constava do seguinte quadro (Camargo, apud, Tarifa, 1970:39):

janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho
34,5	30,0	31,5	29,1	28,6	27,3
julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
28,2	29,7	30,0	32,4	32,7	34,5mm

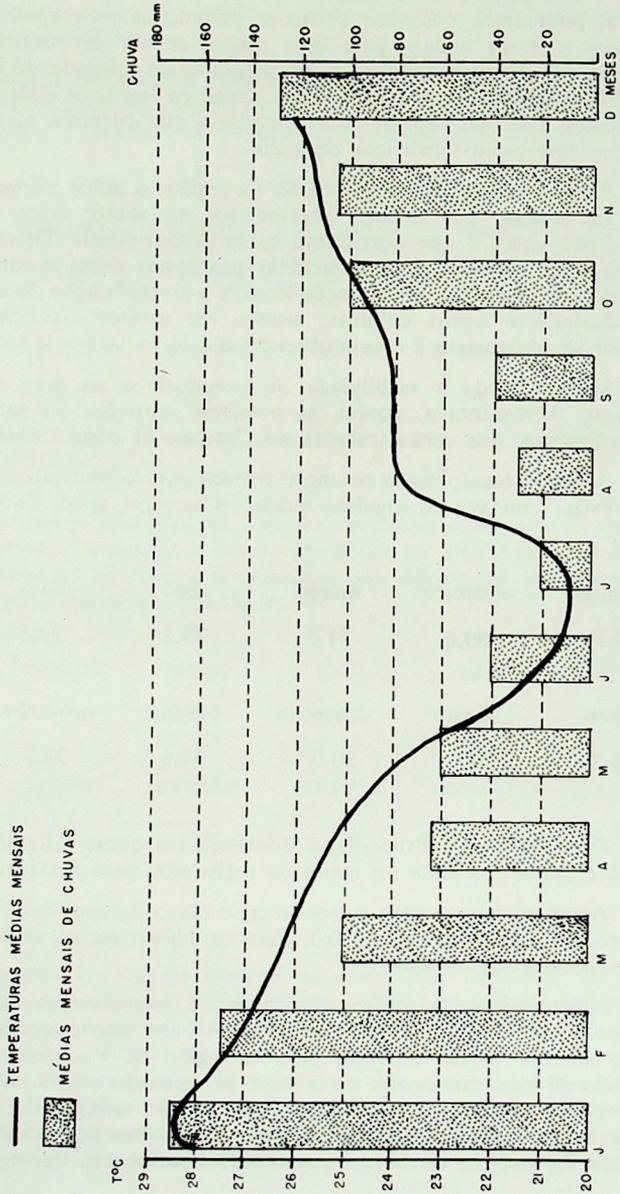
Para Presidente Prudente, a diferença era quase insignificante, apesar de na maioria dos casos ser menor às registradas para Presidente Venceslau.

Assim, tínhamos para o mês de maio uma diferença de 0.1; para junho, agosto, outubro e novembro, 0.3. Para os demais meses, os índices obtidos permaneciam inalterados.

Analisando-se o gráfico de chuvas e temperaturas médias mensais (Prancha VI) notamos os mais altos índices pluviométricos nos meses mais quentes (verão austral), para a região de Presidente Prudente. O período de seca, que ocorre no inverno era acusado com a média de 20 mm de precipitações, correspondendo à temperatura máxima de 21°C. Predominavam as chuvas de verão, originárias da Planície Amazônica, provenientes da atuação da Massa Equatorial Continental, quente e de elevada

PRANCHA VI

Chuvas e Temperaturas - médias mensais
Região de Presidente Prudente



Adaptado de Diagnóstico (1971, fig. 2.1.)

Fontes: Temperaturas médias mensais - período 1963-1967 - DIRA
 Chuva: observações médias, variáveis de 10 a 76 anos
 Instituto Agrônomo de Campinas - 1967

umidade específica. Durante esse período, a região sofria atuação da Massa Tropical Continental, originária da Depressão do Chaco, trazendo ar quente e seco da Planície Central do Continente, amparada pela circulação atmosférica superior. "A Massa Tropical Atlântica se apresenta com instabilidade basal, ao se dirigir para o Oeste Paulista, provocada pelo contato com o continente; porém, se apresenta mais seca devido às precipitações orográficas ocorridas no encontro com a Serra do Mar" (Diagnóstico, 1971:13). Os avanços da Frente Polar ocorriam no inverno, podendo alcançar até o norte de Mato Grosso, ocasionando quedas de temperatura e baixos índices pluviométricos na região. A ocorrência de seca no inverno era advinda da penetração da Massa Tropical Atlântica.

Monteiro, em seu Atlas sobre "A dinâmica climática e as chuvas no Estado de São Paulo", justifica que, devido à pouca densidade dos postos pluviométricos na região, as diferenças entre os espigões e vales não eram percebidas de forma satisfatória. Esse problema era comprovado ao observar-se que existiam na área da Alta Sorocabana 20 postos pluviométricos, onde apenas dois ofereciam dados mensais no período de 1941 a 1957. Somente um, localizado no núcleo urbano de Presidente Prudente, trazia dados pluviométricos diários no período de 1942 a 1957. Os demais, num total de 17, eram portadores apenas de dados pluviométricos mensais no período de 1953 a 1957, utilizados no trabalho de Monteiro a título precário auxiliar (Monteiro, 1973:29 e 76).

Pela natureza do mapa, as variações no interior do Planalto Ocidental eram mais delicadas de precisar.

Constatava-se para a região da Alta Sorocabana pluviosidade representativa no período de 1941 a 1957, observada através de cálculo de tendência quantitativa média. Através do traçado de isoietas de verão, observava-se uma variação entre 400 e 500 mm; no outono, de 200 a 300 mm; no inverno, de 100 a 200 mm; e na primavera, de 200 a 300 mm, equiparando-se, portanto, às observadas no outono, acusando um total anual que oscilava entre 1.100 e 1.400 mm (Idem, p. 77).

O período chuvoso (outubro a março) caracterizava-se com tendência quantitativa média de pluviosidade da ordem de 1.100 mm em toda a área, ao passo que o período seco (abril-setembro), fazia-se sentir de forma diferente, com uma tendência quantitativa média entre 200 e 300 mm, tornando-se mais chuvosa à medida que se caminhava em direção ao Vale do Paranapanema, no Estado de São Paulo.

Foram traçadas isoietas representativas no ritmo habitual para anos de pluviosidade média de 1952 e 1945, que nos permitiram obter os seguintes dados:

TABELA 1

Pluviosidade Média para o Sudoeste do Estado de São Paulo
Zona de Presidente Prudente

anos de 1945 e 1952 (em mm)	primavera	verão	outono	inverno	anual
1952	200 a 400	400 a 500	200 a 300	50 a 100	1.100
	período chuvoso		período seco		—
	1.100		100 a 200		—
1945	200	500 a 600	100 a 200	200	1.100
	período chuvoso		período seco		—
	800 a 1.100		300 a 400		—

Fonte: (Monteiro, 1973:82)

Desta forma, Monteiro constatava, em 1952, para o “Sudoeste do Estado — zona de Presidente Prudente — pluviosidade inferior ao padrão médio”. Apesar de achar que o “habitual” poderia expressar-se mais próximo ao ano de 1952 que ao padrão médio, justificava que o período analisado para o padrão médio “alta pluviosidade dos anos de 1956, 1957 e 1958, sobretudo significativa naquela zona, deixara sua marca na média aritmética” (Idem, p. 82).

Os mapas de isoietas relativos a 1945 acusam ritmo de distribuição anual das chuvas, também representativo do padrão médio. Apesar de, na região, primavera e verão revelarem índices inferiores àqueles do padrão médio do ano de 1952. “Embora não haja contraste tão violento quanto naquele período seco, o mapa do período chuvoso acusa a diminuição dos índices no oeste, especialmente no sudoeste do Estado” (Idem, p. 86).

Quanto às isoietas traçadas para o ano de 1944 (representativo de pluviosidade reduzida — ritmo excepcional), observamos que o verão no extremo sudoeste apresentava habitualmente 400-500 mm, decrescendo para 200-300 mm, inferior, portanto, ao padrão médio.

Justificava Monteiro esse fenômeno devido a essa parte do Estado “ter recebido atuação mais restrita da T.A. (71%) e especialmente pelo fato dela aí chegar já bastante diminuída de sua umidade, descarregada em chuva ao longo do trajeto”. Explicava ainda que as precipitações frontais nessa porção do Estado “não contribuíram para a pluviosidade, pois que a penetração das massas polares foi mais efetiva pelo setor litorâneo do que pelo interior”, de apenas 13 e 12% nessa área (Op. cit. p. 90).

Para 1956, ano de pluviosidade elevada — ritmo excepcional —, Monteiro assim o classificava pelo fato de ser representativo “sobretudo por ocorrência de chuvas no período seco muito acima do padrão médio” (Idem, p. 94). Esse fato era proveniente da excepcional presença das massas polares, principalmente no outono e durante o inverno, avançando em ondas pouco espaçadas e seqüentes sobre o território paulista.

No verão observava-se a T.A. diminuir em sua participação em direção ao sudoeste. O mapa de isoietas do outono de 1956 apresentava-se bastante alterado em relação ao padrão médio, não só pelas áreas de ocorrência, como pelos índices. No sudoeste do Estado, em 1956, o total de chuvas no outono normalmente se apresentava entre 200 e 300 mm. Passou a ser superior a 500 mm, chegando a ultrapassar valores de 800 mm. Tal fenômeno estava diretamente ligado “à passagem e perturbações frontais relativas às massas polares”, ilustrando a importância destas no ritmo climático (Idem, p. 94).

O mapa das isoietas do inverno desta área apresentava também índices de pluviosidade elevada. Observava ainda o autor que, durante o “período seco”, algumas áreas, notadamente no sudoeste, tiveram quantidades de chuvas mais elevadas que durante o próprio “período chuvoso”. A diminuição geral de pluviosidade na primavera, justifica Monteiro, ocorria devido à ação de atividades frontais que se destacaram na gênese das chuvas, completadas pela ação das massas de ar ligadas à onda de noroeste.

O autor chamava a atenção para a precariedade do valor aos totais anuais, principalmente em relação ao ano de 1956, que sofreu profundas variações, como também para o mapa de isoietas anuais, que não diferia significativamente do padrão médio.

Todos os referidos aspectos, que compunham a região fisiográfica de Presidente Prudente, contribuíram de forma a favorecer o estabelecimento de vasto manto vegetal arbóreo, constituído pela Floresta Pluvial-Tropical (Prancha III). Além da topografia e a umidade do clima propiciarem o surgimento de imensas formações vegetais que serão descritas posteriormente, os solos melhores de terra roxa e os oriundos do Bauru superior favoreceram a cobertura pela mata latifoliada mais exuberante, rica em cipós e epífitas (Leite, 1972:26).

Afora descrições feitas em torno de 1905 pelos membros da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, Helmut Troppmair, servindo-se de documentos históricos, elaborou o mapa da “Cobertura vegetal primitiva do Estado de São Paulo” e, estudando o meio físico, observou que em Presidente Prudente “a região fora ocupada por formação de mata, associada aos solos podzolizados Variação Lins e Latossol Vermelho-Escuro Fase Arenosa do Planalto Ocidental” (Troppmair, 1969:18).

Segundo Suárez, “a vegetação original da região, salvo pequena área de cerrado nas proximidades de Mirante do Paranapanema, todo o

sudoeste do Estado estava revestido pela floresta pluvial tropical (Prancha III), acompanhando as zonas mais férteis, de solos provenientes do basalto decomposto. Essa floresta era composta de árvores de grande porte, enquanto que nas outras áreas, com poucas exceções, abundavam as arbustivas e herbáceas. A vegetação original só existia, em parte, na reserva florestal do Pontal e em alguns capões residuais” (Suárez, 1975:132).

Além da riqueza do solo e do subsolo, descritas também por Fairbanks (1936:32), notamos que a extinção das riquezas vegetais citadas, outrora presentes na paisagem regional, mostra claramente as graves consequências que trouxe a exploração madeireira, (conforme veremos no capítulo seguinte), não somente no tocante ao extermínio da exuberante flora, como pelo empobrecimento causado ao solo pela erosão em decorrência da retirada da cobertura vegetal, e demais fatores, ligados ao fenômeno das “terras cansadas”.

Assim, nos interessantes dizeres de Fairbanks, “a flora vegetal ou vestimenta riquíssima das famílias *Phytolacaceae* (*Páos dalho* — *flor roxa* — *cebolleiros*) e *Urticaceae* (gêneros da *urtiga*, *figueira*, *embaúba*) refletia, no solo, a existência do phosphato e do potássio ao subsolo. Isso para nos adstringirmos às árvores”. Por outro lado, “a *vestimenta* do terreno — páo dalho, ortigões, figueiras, atesta a uberdade do solo. . . Os cafesaes, de três anos, medem-se, em vários casos, pela altura de um homem a cavalo” (Idem, 1936:26). “Quanto à vegetação do *subosque*, de igual ou equivalente exuberancia se expandia ao olhar do pioneiro de Santo Anastácio no aspecto de jaborandis rajados, cambarás, além de variadas bigoneaceas, rubiaceas, etc.” (Idem, p. 26).

O porte avantajadíssimo (altura e grossura) do caule das árvores demonstrava a umidade do subsolo, sabido que a adaptação dos padrões de cultura aos terrenos secos (assim aqueles transformados em vegetais *xerophilos*) faz-se sempre em detrimento do volume do caule. (Idem, p. 26).

“O sub-solo é assim duplamente feliz: sob o aspecto chimico e sob o physico-humidade. Um e outro colaboram na exuberante evidência, constatável por qualquer, e segundo a qual neste ano de 1935, os terrenos clareados em 1929 e plantados em café em 1920 apresentam roças de milho *iguais* as do ano da derrubada e primeiro plantio”. (Idem, p. 25/26).

Conforme Maack, o rio Paranapanema se apresentava antigamente como um acentuado “divisor climático entre o Norte do Paraná e a parte Ocidental do Estado de São Paulo, também claramente expressado nas formas de vegetação”. Reinhard Maack classifica o símbolo Cwa como o da região das savanas secas no inverno, no oeste do Estado de São Paulo. Para o símbolo Cfa, localiza a região norte do Estado do Paraná. Tanto que ao sul do rio se encontrava a mata tropical pluvial e ao norte iniciavam “as matas de cerradão e savanas arbustivas tropicais, respectivamente,

campos cerrados. Como formas de vegetação, as matas pluviais eram a expressão da constante e suficiente umidade em todos os meses do ano, enquanto as matas de cerradão e os campos cerrados são conseqüências de seca periódica nos meses de inverno de abril ou maio até novembro” (Maack, 1964:43).

Atualmente, o Sudoeste Paulista de um modo geral apresenta somente vestígios da antiga vegetação pluvial. Alguns capões-residuais são encontrados nos vales (Fotos 1 e 5).

Um outro tipo de formação vegetal, que ainda existia na região de Presidente Prudente, denominada vegetação de várzea, é encontrada ao longo dos rios Paranapanema, Peixe — nos cinturões meândricos (Fotos 11, 12 e 13) — e nas margens matogrossenses do Paraná. “Recobrem os chamados ‘varjões’, planos e inundáveis, constituídas de vegetação rasteira, rica em gramíneas e plantas higrófilas” (Leite, 1972:29).

Nas áreas geológicas compostas pelo arenito Bauru, eram encontradas apenas 5 a 15% de áreas florestais, mais precisamente localizadas entre as bacias do Peixe, Santo Anastácio e Paraná até os limites aproximados do Município de Presidente Bernardes, na década de 60. Essa porcentagem de área ocupada por florestas tendia a aumentar de 15 a 30% em direção ao Pontal do Paranapanema, onde atingia mais de 50% de sua área ocupada por florestas naturais, em igual situação das matas da Serra do Mar (Prancha III). Essas florestas correspondiam à atual Reserva do Morro do Diabo, Santa Ida e Lagoa São Paulo (Suárez, 1973:88/89). Na Região de Presidente Prudente, num âmbito bem menor, observava-se ser muito pequena a área ocupada por florestas (apenas 5,5%), concentrando-se, em sua maior parte, na sub-região de Presidente Venceslau. Isso, devido ao fato do Pontal do Paranapanema e Presidente Epitácio, onde localiza-se a Lagoa São Paulo, pertencerem à sub-região de Presidente Venceslau.

Uma vez efetuado o devassador processo de desmatamento na região, várias etapas de uso do solo se processaram, conforme estudaremos posteriormente.

A utilização do solo na região obedecia às seguintes categorias de exploração, segundo Diagnóstico (1971:18):

Pastagens: 67,17%

Culturas permanentes: 0,04%

Culturas anuais: 32,79%

Cada cultura anual ou permanente ocupa as seguintes áreas cultivadas:

Culturas anuais:

Algodão: 5,96% — Amendoim: 11,56% — Arroz: 1,06% — Feijão: 1,05% — Batatinha: 0,37% — Mamona: 1,97% — Mandioca: 0,21% — Milho: 4,44%

Culturas permanentes:

Café: 6,11% — Laranja: 0,05% — Banana: 0,01%

Semelhante comportamento observamos em cultivos anuais e áreas de pastagens no Município de Presidente Venceslau (Prancha V).

Como já relatamos no início deste trabalho, as pastagens, em grande escala também compostas pelos campos sujos, apareciam em toda a extensão do espaço agrário do município. A seguir, em bem menor proporção, as capoeiras que, juntamente com os campos sujos, testemunhavam a antiga cobertura vegetal. Aquelas, localizadas próximas aos cursos d'água, eram encontradas também na porção norte do município, em áreas de colinas, entre o córrego Santo Antonio e — mais ao norte — Córrego Dovagi, outrossim formadores do Rio do Peixe.

As áreas ocupadas por culturas de um modo geral, de exploração anual, se encontravam distribuídas nas proximidades das cabeceiras dos cursos d'água, nas áreas de maior adensamento das redes de drenagem. Estabelecia-se nas áreas de predomínio dos solos Podzolizados de Lins e Marília, variação Marília e, em menor proporção, nos de variação Lins. Poucas eram as áreas cultivadas no Latossol Vermelho-Escuro Fase Arenosa.

As matas naturais, em parcelas esparsas, encontravam-se distribuídas também como as culturas, nas áreas próximas às redes de drenagem mais significativas do município, componentes das principais bacias.

A área vem sendo submetida a intensas erosões, ocasionando profundas “voçorocas” (Foto 4) e “ravinamentos”, nos lugares onde a cobertura vegetal é deficiente; e tratos da terra inadequados não lhe trazem proteção (Fotos 9 e 10). Daí a necessidade de reflorestamento. Infelizmente, essa prática conservacionista é difundida em apenas 0,5% da região de Presidente Prudente (Diagnóstico, 1971:18). Composta, no Município, por plantações de pinheiros e eucaliptos, com predomínio das últimas. De acordo com Setzer, é a maneira mais eficiente de aproveitar e conservar os solos que necessitam de recuperação (Setzer, 1951:38).

Setzer cita ainda o problema das “voçorocas” nos solos de “campos cerrados”, explicando que estas são “provocadas pela erosão subterrânea, originada pela confluência de águas do subsolo nas depressões da camada

impermeável subjacente, a qual é formada pelo sedimento argiloso ou laje de rocha eruptiva situada sob a camada de arenito que aflora". Afirma que há no mínimo uma dezena de milhares de km² de "campos cerrados" e outra dezena de "cerradinhos", além de outros tipos de vegetação pobre de terrenos arenosos e secos em terras devolutas. Sugere várias formas de recuperação do solo, através da eliminação adequada das "voçorocas", bem como melhores diretrizes a serem adotadas antes de qualquer tipo de exploração que possa vir a ter os solos em geral.

Observou-se que o desmatamento na região de Presidente Prudente, e em particular no município, trouxe sérias conseqüências que, ligadas ao aspecto climático, (de grandes índices pluviométricos), segundo Setzer, contribuiu para a lixiviação do solo de "campos cerrados", em decorrência da permeabilidade enorme das terras arenosas e secas, onde se instala esse tipo de vegetação (Setzer, 1951:93).

Dentre essas conseqüências, segundo Maack, a pior delas é a erosão provocada pelos efeitos da água e do vento. O escoamento superficial da água, após o desmatamento, é acrescido de 6 a 20%, variando com a intensidade das quedas pluviométricas, podendo aumentar desta forma o desaparecimento das partículas finas superficiais do solo, onde estão presentes as substâncias orgânicas. De acordo com as observações realizadas no Instituto Agrônomo de Campinas, observa o autor, revelou-se que "um terreno arado e plantado com algodão ou milho, que pode absorver rapidamente as chuvas e que tem uma inclinação de 6.3 a 10.8%, ainda permite um escoamento superficial de 6.1 a 6.65% de chuva anual de 1.300 mm, sendo arrastadas 28 a 34 toneladas do solo por hectare" (Maack, 1964:45).

Desta forma, observamos que no espaço agrário do Município de Presidente Venceslau, além dos problemas de ordem pedogênica, o cultivo do solo sem o emprego de técnicas conservacionistas tem provocado intensos "ravinamentos" e "voçorocas", os quais puderam ser constatados em quase toda sua extensão, ocasionando feições especiais na morfologia da área. Ampliando esse quadro de degradação ambiental, a pecuária em moldes extensivos muito tem contribuído para o esgotamento do solo, considerando sua prática sistemática há mais de três décadas. O município e região têm assistido desde a década de cinquenta a intensificação acelerada da formação de pastagens artificiais. Nessa época, as maiores densidades não ultrapassavam a categoria de 50 a 70%, porém eram extensas as áreas inclusas nessa categoria. Acompanhava o município a tendência observada para todo o oeste paulista (entre 30 e 50%) de áreas pastoris artificiais. Já em 1960, com destaque no norte, oeste e sudoeste paulista, sobressaíram os Municípios de Presidente Venceslau e Itaciba (região de Presidente Prudente); Indaiaporã (Alta Araraquarense de Fernandópolis) e Guaraci (Microrregião de São José do Rio Preto), todos com alta densidade de pastagens artificiais, entre 70 e 97% (Lacorte, 1969: 42 e 43).

3. *O Processo de Ocupação Humana no Município e Região: mobilidade e composição da população*

O início da ocupação humana na região da Alta Sorocabana data do segundo decênio deste século, ocasião em que ocorreu o desbravamento do sertão, juntamente com o extermínio dos indígenas.

Segundo Baldus, encontrava-se ainda remanescentes da tribo de índios que ocupava o “sertão desconhecido habitado por indígenas”, conforme consta nos mapas daquela época. Cita o autor que essa tribo de índios “por longo tempo soube impôr aos invasores brancos respeito e temor. São os Kaingáng . . . cujo grupo dominava, até o segundo decênio do nosso século, o sertão dos rios do Peixe e Aguapeí-Feio . . .”

“Nos últimos séculos, os Kaingáng, como diversas outras tribos do Brasil, foram chamados de coroados” (Baldus, 1953:313), antiga denominação da cidade de Presidente Venceslau.

Baldus (1953:317-18) e Melatti (1976:13) citam o contato dos Kaingáng paulistas com os “civilizados”, iniciado no final do século passado, provocando hostilidades, agravadas no começo deste século com o reconhecimento do rio Feio ou Aguapeí pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado. Aquelas recrudesceram-se com a construção da Estrada de Ferro Noroeste; os Kaingáng atacavam violentamente os trabalhadores da estrada, em represália às batidas de bugreiros, por ocasião dos trabalhos realizados por aquela Comissão.

Essa etapa demarca o início do processo de ocupação que ocorreu em fases distintas, por vezes concomitantes, incentivadas por atividades econômicas constantemente mutáveis.

A primeira fase caracterizou-se pelo desmatamento desenfreado, que chegou a deixar marcas inconfundíveis na paisagem agrária atual.

Essa fase, então denominada de exploração madeireira, correspondeu a um fenômeno tão significativo para a região que a indústria madeireira no período de 1925 a 1927 atingiu seu ápice (Lecocq, 1944:702) chegando a provocar crise no transporte da madeira. Fenômeno semelhante viria a ocorrer em 1934, com relação à produção algodoeira, que também ocupou destacado papel no decorrer das fases econômicas por que passou a região, e que veremos mais adiante. Cabe lembrar que, paralela à exploração da madeira, o algodão também ocupava relevante lugar na economia regional, agravando ainda mais o problema do transporte.

Segundo Lecocq, a crise do transporte ferroviário veio favorecer as regiões mais pobres, que quase não tinham o que transportar pelas suas estradas, de forma que seus produtos tiveram significativa aceitação no

mercado consumidor; o mesmo ocorreu com as regiões de ocupação mais antiga, que passaram a embarcar suas últimas reservas a preço bastante compensador, facilitadas pela pequena distância do centro consumidor (Idem, p. 692).

Foi de marcante significado essa fase de exploração, pois aí se instalaram as primeiras indústrias madeireiras (serrarias) cabendo a elas o papel de beneficiamento do produto. A necessidade de mão-de-obra para a indústria madeireira contribuiu fortemente para o aumento do movimento migratório para a região.

Paralelamente à industrialização madeireira, outras indústrias de beneficiamento surgiram, porém em menor escala, em função do café, algodão e arroz (Idem, p. 704).

No Município de Presidente Venceslau, em particular, a produção madeireira no período 1933-1937 atingia grandes índices, justificando, dessa forma, a presença do grande número de "serrarias" (pequenas indústrias de beneficiamento da madeira). Assim, em 1933 o município possuía duas serrarias, as quais ocupavam a mão-de-obra de 100 operários. Em 1937, elevava-se para seis o número de estabelecimentos industriais, com a presença de 94 operários (Idem, pp. 694 e 703).

Com o esgotamento dessas reservas florestais no decorrer dos anos, esse tipo de estabelecimento começou a desaparecer, e só não o foi completamente, devido ao processo de ocupação e uso do solo semelhante que vinha se manifestando em terras contíguas matogrossenses. Assim, o produto regional que se fazia escasso, passou a ser substituído pela madeira vinda de Mato Grosso (fato ainda mais acentuado nos dias atuais) e, em menor escala, do Paraná. Desta forma, no ano de 1969, os estabelecimentos eram em número de treze, ocupando 182 operários (Anônimo, 1969:7). Em 1970, conforme levantamento de campo, observou-se no município seis serrarias que se serviam da mão-de-obra de 107 operários e outros sete estabelecimentos menores, conhecidos na região como "pica-paus" (8), com dezoito operários. Totalizando, desta forma, treze estabelecimentos com 125 operários.

O desaparecimento das reservas de matas na região pode ser comprovado, de certa forma, pela obtenção dos dados relativos ao número de vagões ocupados com o transporte da madeira (9). Esses dados, segundo Leite, foram encontrados nos arquivos da estação ferroviária antiga de Presidente Prudente, atual Fepasa. Acusam movimento quase nulo de vagões para esse fim, por volta do ano de 1960 (Leite, 1972:65).

(8) Utilizadas apenas para serrar a madeira bruta, sem aparelhá-la como nas serrarias.

(9) A única madeira exportada na época era a peroba, para a Argentina, já com tendências a desaparecer (Lecocq, 1944:703).

As reservas de matas atuais, já observadas na região, se restringem notadamente às áreas próximas ao Pontal do Paranapanema. Dentre elas: Reserva Estadual da Lagoa São Paulo ⁽¹⁰⁾, localizada no Município de Presidente Epitácio, com área de 13.343,74 ha e altitude média de 300 m; Reserva Estadual do Morro do Diabo ⁽¹¹⁾, localizada no Município de Teodoro Sampaio, com área de 37.156,68 ha e altitude média de 350 m (Áreas Naturais do Estado de São Paulo, 1985:12). Somente a última em estado razoável de conservação, segundo Leite.

Quanto ao padrão qualitativo dessas antigas matas na região da Alta Sorocabana, podemos acrescentar que era bastante uniforme (Lecocq, 1944: 695/7). Dentre os outros tipos de madeira, como o cedro (*Cidrela* sp), a peroba rosa ou mirim (*Aspidosperena polyneuron*) era a de maior incidência, chegando a ocupar 50 m³ por alqueire, ou mesmo 15 perobas num raio de 100 metros, e de maior produção (atingindo 80% da produção da região) (Idem, p. 703).

Durante o processo de desmatamento que durou mais de três decênios, surge a criação e engorda do gado proveniente de Mato Grosso. Dedicaram-se a essa atividade pastoril os mineiros, facilitada pela abertura da estrada "boiadeira", a mesma Estrada de Rodagem São Paulo-Mato Grosso, construída pela Cia. de Viação São Paulo-Mato Grosso, a primeira a penetrar no sertão da Alta Sorocabana, chegando às barrancas do Paraná, por volta de 1908. Atendeu aos primeiros transportes de gado de Mato Grosso a São Paulo (Fairbanks, 1936:23; Abreu, 1965:453).

A referida estrada ⁽¹²⁾, atingindo os "campos de vacarias" em Mato Grosso, facilitou a passagem do gado criado naquelas paragens para campos novos do Paranapanema, em São Paulo (Abreu, 1965:447). Assim, por volta de 1933, iniciava-se no Município de Presidente Venceslau o processo de engorda do gado vindo de Mato Grosso, chegando a atingir o número de 56.000 cabeças no mesmo ano. Dirigiam-se também para os campos de Botucatu, Conchas, Alambary, etc. A desenfreada destruição das matas na Alta Sorocabana antecede a formação de extensas pastagens (invernadas) relativamente pobres. Semelhante fenômeno ocorreu, tam-

(10) Vegetação: manguesal, floresta latifoliada tropical semidecídua. Fauna: veado, onça parda, paca, cotia, macaco, ouriço, bougio, anta, papagaio, pato-do-mato, marreca, irerê, jaburu, garça, perdiz, codorna, jacaré, sucuri, queixada, lontra, caitetu, capivara e dourado.

(11) Vegetação: Floresta latifoliada tropical e tropical semidecídua. Cerrado. Fauna: onça, quati, anta, capivara, tamanduá, jacaré, macaco, cachorro-do-mato, tuca-no, quero-quero, mico-leão-preto.

(12) Originária dos antigos picadões, os quais exerceram papel relevante na formação de portos fluviais no rio Paraná (Porto de São José a noroeste do Estado do Paraná) e Porto Taboado, a noroeste do Estado de São Paulo. Estes se sobressaíram atuando no transporte do gado entre as áreas matogrossenses (de criação), paulista e paranaense (de engorda) (Petroni, 1957:84).

bém, nas áreas do vale do Paraná, não se tornando, desta forma, a área em estudo uma exceção (Petrone, 1957:94). Aumentando a área de pastagens, aumentou-se conseqüentemente o número de cabeças de gado vindas para a região; no ano de 1943 atingiu 95.000 o número de cabeças dirijidas para a referida área e 53.000 para municípios vizinhos (Ramos, 1944:16).

Além da Cia. de Viação São Paulo-Mato Grosso, as de loteamento desempenharam importante papel na organização do espaço regional, abrindo glebas e contribuindo para estimular o aumento do apossamento de terras que já se verificava intensamente.

Dentre elas, destacou-se a Cia. Imobiliária Agrícola Sul-Americana que, além de atuar no loteamento de áreas próximas aos portos Castilho e Cabral (fundados por ela), atuou mediante posse, na região do Pontal do Paranapanema, numa área de 52.000 alqueires, entre o rio Paranapanema e o Santo Anastácio, limitada a leste pela fazenda Cuyabá e a oeste pelo rio Paraná (Souza, 1936:32).

Essas companhias de colonização favoreceram o processo de especulação, acarretando um diferente aspecto colonizador, através de meios legais ou ilegais, dando maior concentração aos fenômenos de "grilagens" (Abreu, 1972:27).

A fase de exploração madeireira foi acompanhada por atividades de pastoreio, vinculadas à criação e engorda do gado. Essas atividades deram lugar à instalação de núcleos de povoamento, que iriam se constituir em entrepostos do gado vindo de Mato Grosso através da "estrada boiadeira", que ligava Vacarias com a Alta Sorocabana. As áreas de criação propriamente ditas deram lugar à dispersão do "habitat". No entanto, a fundação de patrimônios, verdadeiros "embriões de cidades", dos quais Presidente Venceslau é exemplo, seguiram de perto a colonização rural, onde o desenvolvimento urbano posterior estaria na dependência da progressiva ocupação da terra (Müller, 1956:81).

Cabe lembrar que essas diversas etapas de povoamento, oriundas das sucessivas atividades econômicas, não foram fruto de um planejamento agrário regional. Ocorreram e tomaram impulsos próprios, aleatoriamente, sem seguir orientações preestabelecidas por Órgãos Públicos ou dirigentes governamentais. De forma que, a colonização rural em "zonas pioneiras" deve certamente ser observada num sentido mais amplo da organização do espaço agrário. Os "embriões de cidades", comuns no norte do Paraná, também o foram na Alta Sorocabana, onde a fundação de núcleos urbanos foram fenômenos distintos, porém inseparáveis, que responderam fundamentalmente pela organização do espaço regional.

Entre outros aspectos, a fundação de patrimônios aliados ao processo especulativo de apropriação de terras, formaram a "franja pioneira" do Estado de São Paulo, ou sertão, ou ainda zona de exploração mais

recente, que se fez ocupar pela “apropriação de imensos domínios, de limites incertos, de origem mais ou menos legal; apropriações especulativas com o fim de revenda e retalhamento...”⁽¹³⁾ (Defffontaines, 1945:25).

Com a implantação da Estrada de Ferro Sorocabana, o fluxo do gado pela estrada boieira diminuiu consideravelmente, tanto que na primeira década do século atual, 75% do gado era transportado pelas ferrovias Sorocabana e Noroeste. O ponto de travessia do gado que escoava pela Sorocabana era o Porto Tibiriçá. Consta ainda do referido relatório de viagem, que o gado originário de Vacarias era do tipo Zebu-Indiano (Souza, 1936:33/4).

Os citados núcleos deram origem ao de Presidente Venceslau e outros, ao longo da ferrovia Sorocabana. Azevedo caracteriza tais povoados “pequenas e solitárias estações de parada dos trens de ferro, *pontas de trilhos* ou paradas intermediárias, destinadas a receber produção agrícola das fazendas próximas” (Azevedo, 1957:62). Segundo Fairbanks, “encetaram daí as cidades da Alta Sorocabana a aberrar e a conter algo de original das demais, brasileiras e paulistas. Ao invés da adjacência ao rio, ao curso d’água, o assento na linha da cordilheira”. Para o autor, garantir-se-ia, desse modo, maior padrão de salubridade (Fairbanks, 1936: 23/24).

Afirma ainda que esse movimento expansionista teve como ponto de apoio a calha do rio Paraná e talvez este tenha sido o elemento de ligação para com os centros absorventes de matéria-prima.

Nessas condições, não seria possível esquecer o papel desempenhado pela Estrada de Ferro Sorocabana, como fator de organização do espaço regional. Ela introduziu, em sua marcha rumo às barrancas do rio Paraná, sensíveis alterações nas formas de ocupação do espaço do espigão divisor dos rios Paranapanema e Peixe, transformando profundamente o outrora denominado “sertão desconhecido” (ocupado por indígenas). Neste particular, esta região não constitui exceção, pois, beneficiada pela situação favorável do pós-guerra, o povoamento contou com as vantagens oferecidas pelo transporte ferroviário. Semelhante aspecto foi comum também em outras áreas de ocupação pioneira do Estado de São Paulo, como da Noroeste e Paulista.

Deve-se lembrar que o processo de crescimento populacional se fez sentir por ocasião da fixação dos primeiros núcleos de povoamento e se

(13) A título de exemplo, é interessante relatar o episódio descrito por Fairbanks (1936:29) em abril de 1917: “... regressando eu do *acampamento do Veado* (hoje cidade de Presidente Prudente), onde estudava o abastecimento d’água à futura estação, e chegando a Indiana, lá encontrei meus amigos Dr. Luís Ramos e Silva e Coronel Fabiano Porto, o primeiro também meu ilustre colega, vendendo terras no *Vae-Vem*, (hoje estação, município e comarca de Santo Anastácio) e na base de 50\$000 por alqueire”.

intensificou com os fluxos migratórios, o que provocou, conseqüentemente, grande acréscimo na criação de municípios durante o período de 1923 a 1930. Em 1926 é criado o de Presidente Venceslau, o qual havia sido fundado em 1921, e que estamos destacando por se constituir no objeto de estudo de nosso trabalho.

Nessa fase em que se intensifica o povoamento, observamos que a maioria dos povoadores, aí chegada, vinha com o intuito de se tornar proprietários de terras e, em menor proporção, colonos, arrendatários etc. Dentre estes colonos, oriundos também de antigas fazendas cafeicultoras da Mogiana e de outras áreas mais antigas do Estado, destacavam-se os mineiros que, com o intuito de enriquecer, tornaram-se proprietários de imóveis rurais. Em conseqüência, surgiam em grande número as pequenas propriedades cafeicultoras, diferente do ocorrido nas áreas de ocupação mais antigas, com predomínio dos grandes estabelecimentos monocultores de café.

O ingresso desses contingentes demográficos provenientes de outras áreas do país, de regiões mais antigas do Estado e do Exterior, foi facilitado pela construção da ferrovia, que em 1921/22 atingia com seus trilhos as barrancas do Paraná, no Porto Epiácio. Desta forma, esta contribuiu também para a fixação da população ao longo de seu percurso, adensando os núcleos que então iam se formando, servindo de via de escoamento na exportação do café, justificando dessa forma sua construção.

Por ocasião da abertura da estrada, a região acolheu trabalhadores de outras áreas próximas que, no entanto, aí não se fixaram. Estes se dirigiam para outras áreas do Estado e norte do Paraná, atuando novamente no desmatamento e abertura de posses.

Na primeira fase do povoamento da região, em que predominava a atividade pastoril até fins da Primeira Guerra Mundial, o desmatamento tornou-se um processo contínuo, que chegou a prolongar-se pela fase inicial da policultura, quando esta se instalou na região. Foram essas atividades que sucederam à criação de gado e realmente trouxeram uma transformação no espaço agrário regional, que mais tarde iria se definir com a monocultura cafeeira.

Posteriormente, para atender às necessidades decorrentes da II Guerra, cultivou-se a menta, o rami, a amoreira, a laranja, a mandioca, a mamona etc., que substituíram os últimos cafezais então em baixa produção.

Assim, o fluxo migratório dirigido para a Alta Sorocabana se torna cada vez mais significativo. À medida que a lavoura cafeeira se expandia pela área, necessitava gradativamente de maior número de braços para o trabalho da terra. Desta forma, o "habitat rural" acentuava suas formas de aglutinação, graças à implantação de pequenas, médias e grandes propriedades cafeicultoras.

Não somente a ferrovia, como a monocultura cafeeira e as atividades policultoras, constituíram-se em fatores responsáveis pela fixação do homem na região. No tocante à última, convém observar que a produtividade agrícola se prende ao número de braços disponíveis na época. A título de exemplo, no caso do algodão, que se instalou mais tarde na região, este provocou o “deslocamento da produção da antiga zona central do Estado para os setores de Marília, Presidente Prudente, Araçatuba e Rio Preto, por haver decrescido a população daquela e aumentado a destes últimos”. (Souza, 1951:137).

Essas frentes migratórias que se dirigiam para a região da Alta Sorocabana, durante as diferentes fases de ocupação, se constituíam em verdadeiras “frentes pioneiras”. Segundo Petrone estas se caracterizavam por “população heterogênea, originária de várias partes do país, com uma certa porcentagem de estrangeiros; população caracterizada pela mobilidade e, conseqüentemente, pela falta de enraizamento, fatos comprovados pelas diferentes regiões em que já estiveram os povoadores; verdadeira obsessão pelo café; especulações imobiliárias; atividades extrativas (madeira) como o principal estágio econômico inicial”. (Petrone, 1957: 81.) A procedência diversificada, e os vários grupos étnicos vindos para a região, se devem ao fato de se tratar de uma área em que não ocorreu uma colonização dirigida, comum em outras áreas do Estado e do país, conforme já vimos anteriormente.

Tais correntes migratórias eram em grande parte decorrentes do deslocamento populacional de áreas em crise econômica: São Paulo, Minas e outros Estados brasileiros. Entre eles os do Nordeste, que contribuíram de modo significativo para o efetivo humano regional. Semelhante fenômeno foi comum também em áreas vizinhas da região, como no caso do Estado do Paraná, ou nas áreas mais específicas do vale do Paraná (idem, p. 92). Vieira, ao estudar o movimento migratório japonês, refere-se à introdução da empresa agrícola cafeeira como a grande transformadora do sistema de trabalho rural paulista, inserindo a mão-de-obra japonesa nesse contexto, uma vez que a agricultura comercial do café esteve diretamente condicionada ao avanço da frente de expansão, no oeste do Estado de São Paulo (Op. cit. 1973:57).

Em Marília, a autora verificou que quase a totalidade dos imigrantes japoneses trabalharam essencialmente como colonos, em fazendas de café. Ressalve-se que o mesmo ocorreu na Alta Sorocabana.

Evidencia que a necessidade de mão-de-obra para a cultura cafeeira fez com que os fazendeiros recorressem ao imigrante europeu, datando esse primeiro esforço, da época de 1842 (Idem, p. 58). Depois da crise do café, no início deste século, Vieira situa uma nova aceleração na frente de expansão, após a Primeira Guerra Mundial.

Nessa época, novas plantações foram abertas na região da Noroeste, Alta Sorocabana e Alta Paulista. Com a nova crise (1929) provocada pela superprodução, em concomitância com a crise mundial, sérias medidas foram tomadas pelo Governo Federal, entre elas a da proibição de novas plantações (1932).

Essa concomitância das fases econômicas são comprovadas por Vieira, ao explicar que o avanço da “frente de expansão” foi associado não só ao café, mas também à criação. Realça a estreita relação do desenvolvimento da empresa cafeicultora no Estado, baseada no trabalho livre de imigrante, com as oscilações dos mercados consumidores. Sugere que esses fatos imprimiram à “frente de expansão” do planalto ocidental em geral, aspectos especiais, diferentes das outras áreas cafeicultoras paulistas ou fluminenses (antigas, onde se evidenciava o trabalho escravo). Entre elas:

- a) O desenvolvimento das vias férreas “do café”, escoadouro da produção, seguindo, acompanhando ou precedendo a exploração agrícola;
- b) A presença do imigrante europeu e asiático que forneceu a mão-de-obra;
- c) O aparecimento e multiplicação da pequena propriedade (Vieira, 1973:60).

A crise cafeeira de 1929 contribuiu para o desmembramento de grandes propriedades, solicitando a busca de novas culturas, com o intento de manter-se a estabilidade econômica. Desta forma, a monocultura cafeeira ainda coexistiu com a policultura que se introduzia na região. Porém, o sistema de exploração da terra não evoluiu; caracterizando-se como de exploração tradicional, ou seja, de exploração extensiva, comum ainda até os dias atuais. Daí a conotação de explorações estagnadas, a que Petrone se refere para a região.

As pequenas propriedades proliferaram-se, bem como os arrendamentos, por ocasião da crise de 1929. E na Alta Sorocabana e Alta Paulista os loteamentos também se multiplicaram. No caso particular dos arrendamentos, observava-se que “estes eram especialmente procurados pelos imigrantes japoneses”. É com eles que a cultura do algodão se evidencia (Idem, p. 66).

Os loteamentos iniciavam-se com as grandes propriedades. As “glebas” cobertas por florestas, que ocupavam grandes extensões, eram divididas em propriedades menores (fazendas) ou em pequenos lotes (sítios). Ao fragmentar suas terras, os próprios fazendeiros reservavam os espigões para o plantio do café e vendiam as áreas impróprias, fundos de vales, para os sitiantes (Idem, p. 65).

Nesse contexto (França, 1960:172), o elemento estrangeiro que veio para a Região, a fim de se estabelecer (entre 1926 e 1930), formou

núcleos agrícolas, de nacionalidades diversas. A exemplo da Colônia Arpad e Aymoré⁽¹⁴⁾, já mencionadas, e as de Pedrinhas, composta por imigrantes de origem italiana e Bastos, de origem japonesa, ambas localizadas no sudoeste paulista (microrregião de Assis). Na região de Presidente Venceslau, a extinta Arpad (foto 14), localizava-se no Município de Presidente Venceslau, hoje área pertencente ao Município de Caiuá. Composta por elementos húngaros, que se dedicavam à cultura de árvores frutíferas (laranjais e mangueirais), além da criação do gado bovino de produção leiteira, dedicava-se ainda, a outras atividades, como criação de porcos, patos e gansos em menor escala. (Monbeig, 1952:287). Juntamente com outras, a colônia Arpad perdeu aos poucos sua peculiaridade de comunidade agrícola, até sua extinção. Encontram-se no Município de Presidente Venceslau e adjacências alguns fazendeiros e sitiantes originários desse núcleo.

Difere da Colônia Aymoré, não somente quanto à formação étnica, atividade de exploração e localização de seu sítio, disposto num espigão, com marcantes características de linearidade, semelhante aos demais núcleos, também formados ao longo da ferrovia. A colônia Aymoré (Fotos 15, 16 e 17), antiga "Serraria Aymoré", um dos marcos históricos da exploração madeireira, localizada no Município de Presidente Venceslau era composta por imigrantes de origem alemã. Suas residências, como quase todas as habitações rurais do município e região, são construídas de madeira, formando um "habitat" aglomerado, junto a estrada municipal que liga o núcleo urbano de Presidente Venceslau com o de Dracena. Atualmente dedica-se à criação de gado, com vistas à produção leiteira, contribuindo para o abastecimento da cidade de Presidente Venceslau. A criação do gado leiteiro veio substituir a criação bovina para corte, cuja produção era diretamente colocada no Frigorífico Aymoré, instalado na referida colônia, e que também contribuía para o abastecimento da cidade de Presidente Venceslau.

Nesse período, foi de destaque o papel do japonês após a crise de 1929, coincidindo com o período de maior entrada de imigrantes japoneses (1930/39) no Estado de São Paulo, recebendo um total de 101.666 pessoas, que correspondem a 51,3% do total de imigrantes entrados no Estado nesse período, de acordo com as principais nacionalidades. (Estado de São Paulo, 1954:282). Em 1970, no entanto, segundo censo demográfico, na região de Presidente Venceslau, os japoneses compõem o

(14) Segundo (França, 1960:174), esses núcleos produziam café e algodão. O algodão com predomínio entre o rio do Peixe e Paranapanema, notadamente na Alta Paulista, região mais oriental do Planalto. Complementa que atualmente a cultura do café e as pastagens coexistem bem delimitadas e o cultivador procura manter uma certa estabilidade econômica através da policultura. Os produtos mais cultivados na região são: arroz, feijão e milho além de outros produtos de menor importância.

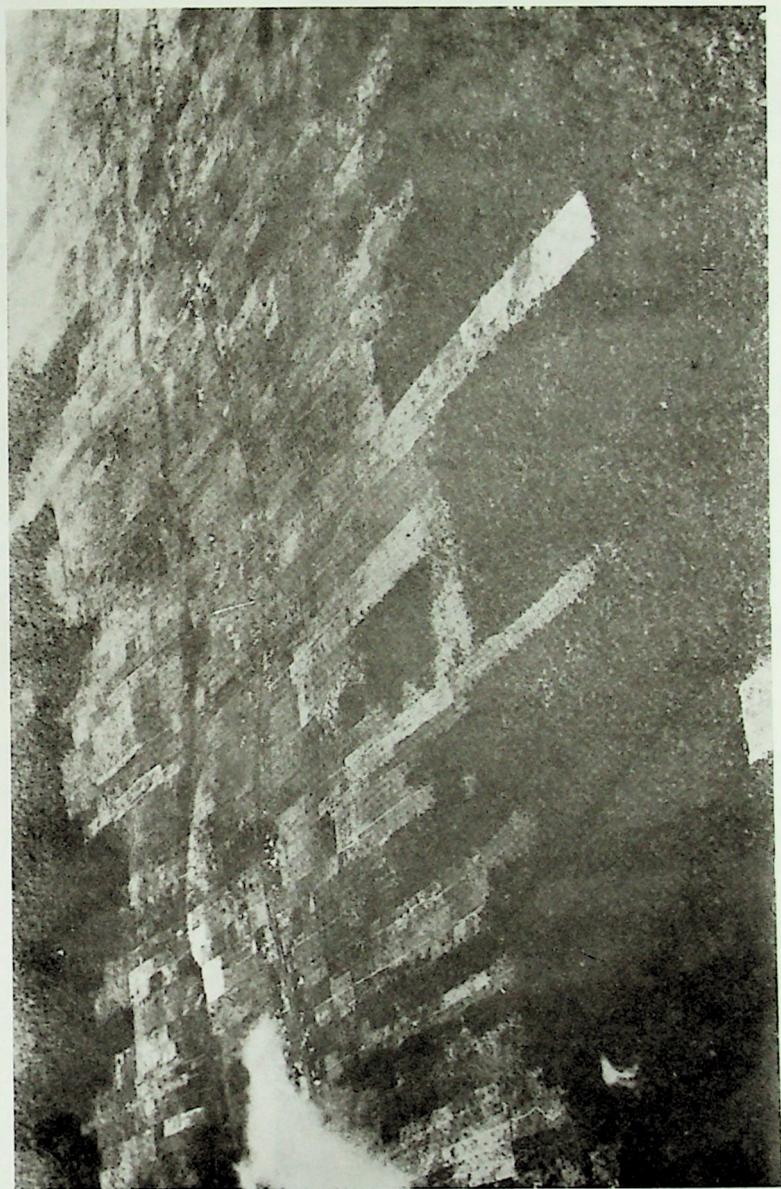
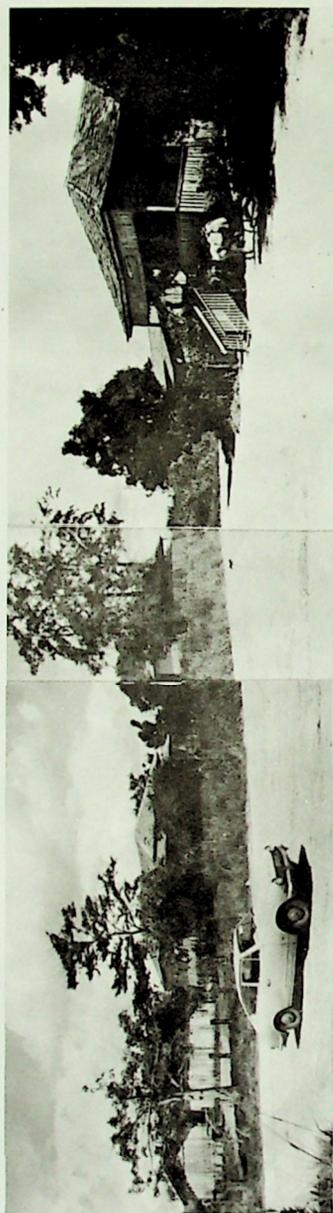


Foto 14. Colônia Arpad. Distribuição linear do habitat ao longo da ferrovia (antiga E. F. Sorocabana) e curso do Ribeirão Caiuá. Composta por elementos húngaros; Município de Caiuá, 1935. Foto Pierre Monbeig, prancha IV, 1952.



Fotos 15, 16 e 17. Vistas parciais da Colônia Aymoré. Bairro de mesmo nome, a oito quilômetros da cidade de Presidente Venceslau. Descendentes de alemães. Foto 15. "Armazém do Aymoré". Dezembro-1975. Foto M. A. T. R. Bastos.

quadro da população com uma taxa de 45,7%. Já no município, apesar de significativa, à colônia japonesa cabe apenas 25,8% do total da população, porém, mesmo assim, bastante significativa.

A mão-de-obra era em 50% dos casos destinada ao cultivo do algodão, que se expandia pelo Estado, em decorrência da crise do café, 1931-1934, quer nas regiões da Sorocabana, Araraquarense, Douradense, Paulista, quer em outras (Musso, 1968:83). Nessas áreas, no período de 1933/34, produziu-se 8.648.361 arrobas de algodão em caroço, contra 18.600.000 no Estado (Mello, 1935:37/8). Ou seja, quase a metade da produção do Estado.

Informa ainda o autor que a imigração japonesa era toda ela destinada à lavoura (91,2%), por ser o japonês essencialmente agricultor e com grande aptidão à policultura. Repartidos em 20.780 famílias no Estado, sendo 5.829 proprietários, 4.163 arrendatários, 5.267 empreiteiros (dividindo o lucro com o proprietário) e 5.521 colonos, muito contribuíram para a introdução da agricultura nos moldes intensivos, no aperfeiçoamento da técnica de adubação (idem, p. 37/38).

Navarra descreve que, na década de 1930/40, as zonas pioneiras do Estado, favorecidas pelas condições ecológicas muito superiores às das velhas zonas de café, expandiam-se de forma assustadora através da cultura algodoeira, atraindo, portanto, as populações rurais das áreas decadentes do café (Navarra, 1977:60). Monbeig realça esse fato da seguinte maneira: "La fièvre de 'l'Ouro Branco' que sévissait dans les années 1935-39, se confondait avec la marche par l'Oeste..." (Monbeig, 1952:256).

Assim, o algodão, nas exportações brasileiras, passava a ocupar o segundo lugar (durante o período 1935-40), sendo a maior parte exportada para o Japão e, em menor escala, para a Alemanha e outros países. "O Japão, em 1935, ocupa o 5º lugar entre os compradores de algodão paulista; em 1940, o 1º lugar" (Vieira, 1973:52). Baseado em Saito, Vieira refere-se ao sensível aumento da produção do algodão no Estado efetuada por lavradores japoneses no período de 1932-38. Nessa época, as áreas de maior produção concentravam-se na Alta Paulista, com 8.899.500 arrobas e na Sorocabana, com 7.288.350 respectivamente, seguidas em escala bem menor pela Noroeste, com 3.124.000 arrobas (Saito, 1961:142).

Além da BRATAC⁽¹⁵⁾, outras firmas começaram a interessar-se pelo algodão; entre elas a BRASCOT, Anderson-Clayton, Sanbra e outras. Porém, a maior parte (50%) das compras eram efetuadas pela BRATAC (Vieira, 1973:55).

(15) BRATAC — empresa de economia mista, com capital japonês.

A safra de algodão atingiu índices tão elevados conforme Deffontaines, que a Estrada de Ferro Sorocabana chegou a ultrapassar sua capacidade de absorção (Deffontaines, 1945:21). Até 1945, a produção algodoeira era bastante significativa na região e, em menor escala, no Município de Presidente Venceslau (Monbeig, 1952:257).

Grandes foram os reflexos da cotonicultura na região, em torno da década de 1950. Um determinado trem da Estrada de Ferro Sorocabana passou a se chamar "Ouro Branco", por ocasião do ápice da cotonicultura na região. Era assim conhecido e chamado por todos ao longo da Estrada de Ferro Sorocabana. Semelhante fato havia ocorrido anteriormente com o surto cafeeiro, onde o trem da referida ferrovia era conhecido como "Ouro Verde". Nesse período, em que predominava a monocultura cafeeira, o Município de Presidente Venceslau contribuía com a produção do café, especialmente para o mercado consumidor externo, conforme já observamos.

Mais tarde, o financiamento de empreendimentos agrícolas e aplicação de capitais no comércio, exportação e indústria, sob a responsabilidade da BRATAC, trouxeram grande estímulo ao cultivo do algodão, especialmente no Estado de São Paulo (Alta Paulista e Alta Sorocabana), justificando o quadro de pequenos arrendatários japoneses (Vieira, 1973: 46/7).

Como se observou, a região da Sorocabana e o Município de Presidente Venceslau receberam durante todas essas fases econômicas população das mais diversas áreas do Estado e do país, além do contingente europeu, que engrossava as correntes migratórias.

O censo de 1940 acusava para a Região de Presidente Venceslau ⁽¹⁶⁾, 51.455 habitantes, onde 83,5% deles eram compostos por brasileiros natos, 16,2% por estrangeiros e 0,1% por brasileiros naturalizados. Os restantes não declararam suas nacionalidades. Dos 8.348 estrangeiros que compunham o quadro regional, grande parte ou seja 26,8% era formado por japoneses, seguindo-se os espanhóis com 21,6% e, em menor escala, os italianos (11,1%), portugueses (10,0%) e alemães (6,6%).

Os brasileiros natos eram os nascidos na própria região ou deslocados de outras áreas do Estado, sul de Mato Grosso do Sul e norte do Paraná.

(16) Quando falamos em região de Presidente Venceslau, nos referimos à sub-região propriamente dita, conforme já esclarecemos no início do trabalho. Assim, em 1940 a referida região era formada pelo Município de Presidente Venceslau e pelo de Santo Anastácio, comportando 9.960 km², onde 6.424 km² pertenciam ao Município de Presidente Venceslau e 3.536 ao de Santo Anastácio. O Município de Presidente Venceslau, por sua vez, incluía os atuais Municípios de Presidente Epitácio, Caiuá, Piqueroibi, Marabá Paulista e Teodoro Sampaio, que mais tarde se desmembraram.

No Município de Presidente Venceslau, no entanto, nesse período, a composição da população acompanhava a grosso modo o comportamento do quadro regional, ou seja, somente no tocante a porcentagem de brasileiros natos, cabendo a essa classe 81,7% do total de 23.168 habitantes. Já para os estrangeiros temos 18,2% e brasileiros naturalizados apenas 0,05%. Para os de nacionalidade não declarada não há dados.

No entanto, na composição do elemento estrangeiro observa-se divergências em relação ao quadro regional. Sendo, 18,2% correspondente ao grupo dos estrangeiros, acumulados principalmente na taxa de imigrantes japoneses, que compõem os 32,7% do total de estrangeiros. Segue-se o português com 14,1%, ao contrário da região, onde o espanhol parece ser o mais dominante ⁽¹⁷⁾. No município, os demais que compunham o quadro de estrangeiros eram formados por espanhóis (9,9%), alemães (9,6%) e italianos (7,7%).

Acredita-se que, na maioria das vezes, esses imigrantes não tenham vindo diretamente das áreas ou países de origem para a região, mas que estiveram em outras áreas agrícolas mais antigas do Estado.

Nessa época, como já se observou, instalara-se na região a cultura algodoeira. Daí o censo de 1940 acusar taxa tão elevada para o imigrante japonês na região e Município de Presidente Venceslau.

Nesse período, dos 23.168 habitantes do Município (Tabela 2), 53,9% eram compostos de elementos do sexo masculino e 46,0% do feminino. Da mesma forma, para a região, nota-se o equilíbrio entre os sexos, onde do total de 51.458 habitantes, 53,6% pertenciam ao sexo masculino e 46,3% ao feminino. Nota-se que na faixa etária de 20 a 49 anos, principalmente o elemento masculino predominava sobre o feminino, cabendo 1.307 homens a mais em relação às mulheres. Lopes explica que esse fato é de grande significado em relação a outras regiões do Estado. Afirma que o alto contingente numérico masculino rural na região, que é de 119,3 homens para 100 mulheres, refere-se ao fato da região, por ele denominada "região do sertão da Alta Sorocabana", ser indicada como a que recebeu maior população de outras áreas de 1940 a 1950; e sendo de ocupação "pioneira", acredita-se que tenha recebido maior número de homens solteiros ou mesmo casados, em busca de trabalho (Lopes, 1957:170). Deve-se lembrar ainda que os relativos aumentos das densidades populacionais elevaram-se gradativamente com o processo migratório, para atender à necessidade não somente da mão-de-obra da lavoura cafeeira. Esse fato se torna bastante compreensível, por se tratar de uma área de ocupação "pioneira" com elevada porcentagem de jovens (Monbeig, 1945:13). (Tabela 3)

(17) Compunham nessa época grande parte da população do Município de Santo Anastácio.

TABELA 2

COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE VENCESLAU E
SUB-REGIÃO POR FAIXAS ETÁRIAS E SEXO

Ano 1940

IDADE	PRESIDENTE VENCESLAU				SUB-REGIÃO					
	Homens	%	Mulheres	%	H + M	Homens	%	Mulheres	%	H + M
	0 a 9 anos	3.873	31,0	3.665	34,3	7.538	8.650	31,3	8.212	34,4
10 a 19 anos	2.570	20,5	2.538	23,7	5.108	5.958	21,5	5.775	24,2	11.733
20 a 29 anos	2.346	18,7	1.930	18,0	4.276	5.143	18,6	4.160	17,4	9.303
30 a 39 anos	1.665	13,3	1.151	10,7	2.816	3.484	12,6	2.577	10,8	6.061
40 a 49 anos	1.091	8,7	714	6,7	1.805	2.338	8,4	1.557	6,5	3.895
50 a 59 anos	575	4,6	422	3,9	997	124	4,4	919	3,8	1.043
60 a 69 anos	265	2,1	175	1,6	440	578	2,0	454	1,9	1.032
70 e mais anos	94	0,7	71	0,6	165	228	0,8	172	0,7	400
Idade ignorada	16	0,1	7	0,0	23	21	0,0	11	0,0	32
TOTAL	12.495	53,9	10.673	46,0	23.168	26.524	52,6	23.837	47,3	50.361

FONTE: CENSOS DEMOGRÁFICOS — FUNDAÇÃO IBGE

Waibel (1955:391) caracterizava essa área da seguinte forma: “Uma faixa de terra, relativamente ampla, que se intercala entre a selva origem e a zona civilizada, onde a agricultura e o povoamento têm provocado um verdadeiro ‘rush’ ou ‘bom’”. E acrescenta que nessa situação, onde é comum a presença do criador de gado, do extrativista, do caçador e do agricultor, somente este pode ser considerado “pioneiro”, pois “somente ele é capaz de transformar a mata origem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena”.

Nesse período Lopes classificava a cidade de Presidente Venceslau, de certa forma, como “o centro de vida da área”, ou seja, da “zona do sertão da Alta Sorocabana”, conforme ele assim a denominou. Cabia a ela 4.816 habitantes na zona urbana e 780 na suburbana, em 1940. 6.559 em 1950, ocasião em que era uma das áreas menos densamente povoadas do Estado, com 12,5 hab./km², pouco superior à da Zona da Serra de Paranapiacaba, dos Campos Gerais e da maior parte da Zona Litorânea (Lopes, 1957:170). Duplica sua população em 1960, com 13.140 habitantes, coincidindo com os grandes movimentos campo-cidade já observados. Em 1970 possuía 18.505 habitantes e em 1980, 26.724 habitantes (Prancha VII).

Descreve ainda o autor que o acentuado aumento do contingente migratório no Estado de São Paulo, recebendo as áreas rurais, trabalhadores nacionais e estrangeiros, se fazia sentir na denominada região, pois enquanto para o interior do Estado a porcentagem de estrangeiros era de 5,7%, na região era de 5,9%, cabendo grande parte aos amarelos, que no interior do Estado representavam 3,4% dos estrangeiros e, na região, 7,9% destes (Idem, p. 170).

TABELA 3

COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXAS ETARIAS

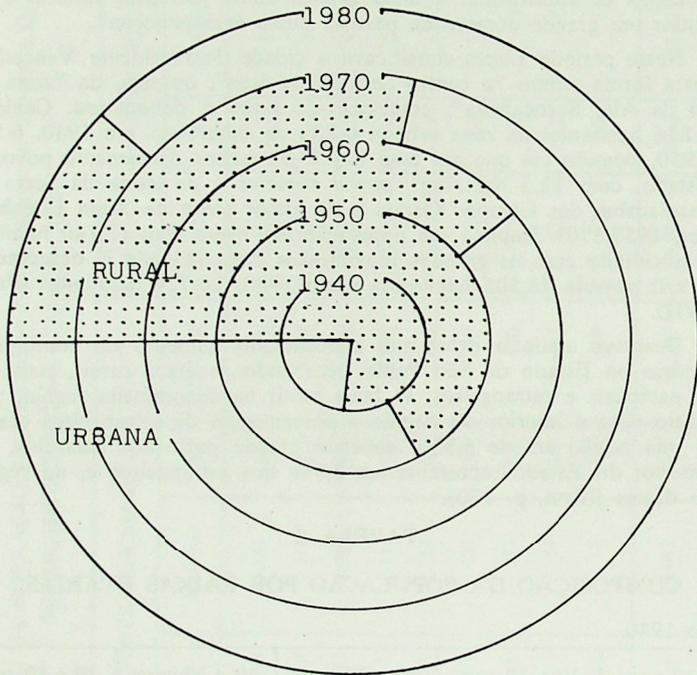
Ano 1940

— 10 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos
26,66%	18,06%	15,12%	9,96%	6,38%
50 a 59 anos	60 a 69 anos	mais de 70 anos	idade ignorada	
3,52%	1,55%	0,58%	0,08%	

(Monbeig, 1945:13)

PRANCHA VII

POPULAÇÃO RURAL E URBANA
PRESIDENTE VENCESLAU
SÃO PAULO



ORGANIZAÇÃO E DESENHO
M. Antonieta T. R. Bastos

FONTE: Censos Demográficos
Fundação IBGE

Contrastando com a primeira fase do povoamento, ocasionada pelo desmatamento que se fez presente até o início da década de 30 na região, as atividades agrícolas deixaram um saldo positivo, pois muito contribuíram para a fixação do homem ao solo. Nessa nova fase policultora, caracterizada pela entrada de novos elementos, modificou-se a origem dos fluxos migratórios, bem como o sistema de relacionamento "terra e homem". Esse fato não impediu que continuassem a chegar povoadores de outras áreas do Estado e de Minas Gerais, aumentando consideravelmente as migrações nordestinas, como veremos mais adiante.

Nessa fase de predomínio da policultura, o regime de trabalho tendia a ser assalariado, para mais tarde o trabalhador rural transformar-se em meiro, arrendatário e, em menores proporções, em pequenos proprietários rurais, conhecidos como "sitiantes".

Assim, as fases econômicas sucessivas por que passou a região, responderam e atuaram preponderantemente na definição do espaço agrário atual, compondo uma paisagem agrária típica da Alta Sorocabana, que evidencia traços marcantes e que testemunharam as diferentes formas de ocupação e uso do solo experimentados.

Em âmbito regional, o comportamento da população sofreu oscilações também em relação ao Estado. De forma que, em 1940, a referida região comportava 10,1% da área total do Estado, onde concentrava 3,0% do total da população deste (Diagnóstico, 1971:19).

O período de 1940-50 representou o de efetiva ocupação da área, não somente em relação ao espaço rural como ao urbano. Após esse período, o comportamento da população rural é semelhante ao do Estado. Em 1950, a região registrou sensível aumento populacional, ou seja, de 6,1%, em relação à do Estado. Decai em 1960 para 5,6%, tornando-se mais acentuado em 1970, onde acusa um índice de 4,0% (Diagnóstico, 1971: 19), quase se equiparando ao percentual de 1940.

As taxas de urbanização em 1950-60 situavam-se entre 20 e 30% e na década de 1960-70 entre 50 e 80%, de forma a se evidenciar um crescimento maior que o do próprio Estado. Porém, na década de 1970, esse índice passa a ser bem menor, principalmente em relação ao do Estado. A urbanização, de um modo geral, sempre seguiu moldes relativamente homogêneos dentro da região (Diagnóstico, 1971-mapa 3.5.). A cidade de Presidente Prudente, em 1946, se inseria na faixa de 5.000 a 7.500 habitantes. Presidente Venceslau, Santo Anastácio e Presidente Bernardes se encontravam na de 2.500 a 5.000 habitantes (Monbeig, 1952:311).

No tocante às análises efetuadas sobre as taxas de crescimento anual da população urbana e rural da região, obteve-se para o período de 1950-60 um índice de 2,8% e para 1960-70 menos de 0,4% (Diagnóstico, 1951:19).

Compreende-se o crescimento da população até a década de 50, em larga medida, associado à expansão da área agrícola do Estado. Conseqüentemente, após 1946, houve uma tendência geral no Estado para a criação de novos municípios.

O decréscimo acentuado da população rural, que se verifica tanto para o Estado (-25,1%) como para a região (-27,4%), na década de 1960-70 (Diagnóstico, 1971:191), está associado em grande escala ao processo de grande esvaziamento das áreas outrora ocupadas pelas atividades agrícolas policultoras, cedendo lugar à grande ocupação e uso da terra, de forma extensiva, pelas pastagens, conforme teremos oportunidade de analisar posteriormente. Nessa transição, se efetiva o fenômeno "bóia-fria", onde o homem sai do campo para morar na cidade, em sua periferia. Se caracteriza por sua intermitência de mão-de-obra, utilizada apenas por ocasião das colheitas, ficando ociosa no resto do ano. São ocupados, em geral, nas colheitas de algodão e amendoim principalmente e outras como a mamona em menor escala. Aí se intensifica o papel da mão-de-obra feminina e infantil que será tratado oportunamente. Nesse período ocorreu significativo fenômeno, comum também a outras áreas de ocupação antiga do Estado: a busca de trabalho na cidade, sem que a mesma tivesse condições de absorver essa demanda do campo. Intensificam-se os problemas sociais e econômicos regionais, com o homem rural cada vez mais marginalizado. Esse processo de desruralização, comum a todo Estado e a nível nacional, acentua-se gradativamente, ocorrendo verdadeira inversão da população rural e urbana, conforme acusam os censos demográficos que registravam, em 1970, grande movimento campo-cidade (Prancha VII) no Município de Presidente Venceslau que, em 1950, mantinha grande parte de sua população na zona rural.

Na década de 70, o núcleo urbano de Presidente Venceslau coloca-se entre os de maior densidade demográfica da região, ao passo que sua zona rural sobressai entre as de menor densidade entre 4 e 9 Hab/km² (Leite, 1972:38/39).

Os fluxos migratórios são dirigidos de forma mais acentuada para outras áreas de colonização mais recente, sobretudo norte do Paraná, Alta Paulista e, mais recentemente, o sul do Mato Grosso do Sul, onde o processo de desmatamento e povoamento repete-se em moldes semelhantes ao paulista.

A área em questão, conforme vínhamos tratando nos itens anteriores, trata-se de uma área de ocupação recente, da segunda década do século atual, apresentando seu espaço organizado em toda sua extensão, em moldes bastante homogêneos (Dolffus, 1972:20 a 22). Porém não integrada, pois permitiu grandes migrações rurais para zonas mais modernas ou cidades.

Possuiu ainda densidades populacionais comparáveis a certas áreas do Planalto Atlântico do Estado de São Paulo, de ocupação antiga. Tal

fenômeno é explicado pela atuação de correntes migratórias que se dirigiram para a região da Alta Sorocabana durante as diferentes fases de ocupação.

Além de acolher trabalhadores de outros Estados do país, o município e região⁽¹⁸⁾ receberam elementos oriundos da zona urbana e rural. Assim, analisando-se os dados demográficos do censo de 1970, divididos por sexo, observa-se que o município recebeu 39,1% e a região 17,5% do total de homens que compõem a população rural, oriundos de zonas urbanas, e 60,8% (82,4%) de zonas rurais, além de 22,2% (16,9%) composto pelo elemento feminino vindo de áreas urbanas e 77,7% (83,0%) oriundo das rurais.

Para o Estado de São Paulo, de um modo geral, Keller (1954:221) afirma que a análise geográfica da evolução demográfica baseia-se em dois fatores essenciais determinantes do crescimento populacional, que têm sido as mesmas durante todo o período de 1920 a 1950: “— zonas ‘pioneiras’ e industrialização — que determinaram os principais centros de acréscimo da população: a zona da capital e a zona ‘pioneira’ do oeste”.

Segundo o autor, a Alta Sorocabana, dentre as zonas novas, foi a que apresentou maior estabilidade demográfica no período que antecede ao decênio de 1940-50; e que nesse período não se observou também grande diminuição de população como em outras áreas (Noroceste, Araraquarense etc.). Justificava que a Alta Sorocabana, por não ter sido “explorada exclusivamente pelo café em grandes fazendas monocultoras, mas onde dominam, de preferência, os sítios dedicados a culturas variadas ou as invernadas para engorda de gado, tem uma população rural mais estável!”. E acrescenta que, de um modo geral, com exceção do Município de Indiana (que é deficitário), todos os municípios da região apresentaram em 1950 uma taxa de crescimento superior a 25%. Compara ainda a Alta Sorocabana à zona de Barretos, de “boa situação demográfica”, com *crescimento relativo superior a 20%, em 1950*.

Como 1940, ano dos primeiros dados oficiais, e 1950 coincidiram com uma etapa de transição econômica e demográfica, procuraremos com os dados mais recentes esboçar a situação demográfica do município e região, num período novamente transitório caracterizado pela invasão das pastagens sobre as lavouras e a fuga do homem do campo para a cidade e outras áreas agrícolas.

Por volta de 1935, época em que se introduziu as atividades ligadas à policultura no município e região, após o extermínio dos cafezais economicamente improdutivos, demarcou-se nova fase do povoamento regional, conforme foi observado no item anterior.

(18) As cifras e porcentagens que cabem à região encontram-se entre parênteses para diferenciá-las das do Município de Presidente Venceslau.

O ingresso de novos contingentes populacionais, vindos de outras unidades da Federação, do Exterior e do próprio Estado, juntamente com as modificações das formas de uso e ocupação do solo, que se intensificaram por volta de 1960, com as drásticas alterações da paisagem rural, que cediam lugar em grande escala ao domínio das pastagens, trouxeram sérias alterações no efetivo humano, conforme será visto adiante.

Para o município em particular, conforme Censo Demográfico de 1970, observou-se que dos 12.700 habitantes, vindos de outras áreas do Estado, como de outras unidades da Federação e do Exterior, o maior percentual provinha do próprio Estado, atingindo a taxa de 59,9%. A seguir, por ordem de participação, destacaram-se: o Ceará 9,3%, Minas Gerais 6,3%, Bahia 5,2%, o Exterior 4,2%, Mato Grosso (sem a divisão norte/sul) 3,7%, Paraná 2,8% e em menor escala consecutivamente, por predominância do nordeste brasileiro, os Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, seguidos do Rio de Janeiro, Goiás e outras unidades da Federação, atingiram pouco mais de 8,0%.

No que se refere à região, observamos que do total de 37.079 pessoas providas de outras localidades do país ou do Exterior, 19,5% era originária do Paraná, 14,5% do próprio Estado, 9,1% da Bahia, 8,7% do Mato Grosso (sem a atual divisão em MS e MT), 8,1% do Sergipe e em menor escala seguiram-se os estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Piauí, Goiás e outras Unidades da Federação, além do Exterior, perfazendo um total de 19,0%.

TABELA 4
ESTABELECEMENTOS RURAIS — MUNICÍPIO DE
PRESIDENTE VENCESLAU

Ano 1972

classes	classes de área Ha	unidades rurais	nº de estabelecimentos	
			da classe	da amostra
I	0 a —30	muito pequenas	199	27
II	30 a — de 100	pequenas	170	20
III	100 a — de 500	médias	83	12
IV	+ de 500	grandes	34	11
total	—	—	486	70

De acordo com levantamento de campo efetuado em 1972, através de amostragens (Tabela 4) encontramos para a zona rural do Município de Presidente Venceslau a seguinte distribuição quanto à nacionalidade dos proprietários de estabelecimentos rurais: brasileiros em 65% dos casos e estrangeiros, compostos na maioria das vezes por portugueses, em 27%. Estes, antigos madeireiros em geral, eram seguidos pelos japoneses, em menor escala pelos espanhóis, sírios, alemães, russos e etc., perfazendo 8%.

Do total dos brasileiros indagados 36% eram naturais do município; 40,0% de outras áreas do Estado e 17,0% oriundos de outros Estados brasileiros, principalmente do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Pará, Sergipe e Pernambuco; com exceção do primeiro, os demais 7% eram pequenos proprietários, agricultores em sua maioria. Quanto aos trabalhadores rurais em geral, observou-se fato semelhante ao ocorrido na fase áurea da exploração madeireira, onde grande parte deles era composta por nordestinos. Lecocq (1944:701) cita que as famílias de "baianos" vieram suprir a mão-de-obra dedicada à indústria madeireira da Alta Sorocabana.

Outro aspecto de interesse que se evidencia nos Censos de 1970 e 1940 refere-se à maior incidência de brasileiros natos sobre os estrangeiros em ambos os sexos na população do município seguida da região, conforme analisaremos. Em 1970, 96,4% e 98,6% do total de 25.976 e 142.700 habitantes para o município e região respectivamente aos brasileiros natos; na mesma ordem, 0,3% e 0,2% aos brasileiros naturalizados, 3,3% e 1,2% aos estrangeiros. Desses, 40,3% e 34,5% eram portugueses, 25,8% e 45,7% japoneses, 10,1% e 17,7% espanhóis, seguidos em menor percentagem por alemães, romenos, libaneses e outros.

Observamos que a porcentagem de estrangeiros em 1940 era bastante superior à de 1970, decorrente talvez do processo migratório para a lavoura cafeeira paulista.

Outro aspecto que merece ser evidenciado, refere-se à população estrangeira, composta em 1940 predominantemente pelo elemento japonês e, em 1970, este, bem menos expressivo, com predominância do português, que por sua vez ocupava-se da atividade pecuária, em detrimento da agricultura. No município e região, o elemento japonês (essencialmente agricultor) engrossava as correntes migratórias regionais, procurando regiões circunvizinhas paranaenses e matogrossenses, notadamente.

A análise da pirâmide de idades para o município e região (Prancha VIII) revelou no ano de 1940 um certo equilíbrio entre os sexos, com predominância de um modo geral da população jovem.

Observa-se que mais de 70,0% da população do município e da região correspondia à faixa etária de 0 a 29 anos, onde o referido percentual era equilibrado entre ambos os sexos (Tabela 5).

A pirâmide elaborada com dados de 1970, para o município e região, mostrava-se pouco alterada em relação à de 1940, época em que a distribuição da população por idade e sexo obedecia a um padrão mais homogêneo em relação ao ano de 1970. Nesse ano, a população total que em 1940 correspondia a 23.168 habitantes para o Município de Presidente Venceslau vê-se, em 1970, pouco acrescida, representada por 25.976 elementos. No entanto, na região o quadro era bem diferente, devido ao aumento dos municípios oriundos de desmembramentos (segundo dados de 1940) e ao aumento das correntes migratórias que para lá se dirigiam.

Desta forma, notamos para o município uma distribuição equilibrada entre os sexos, até a faixa de 20 anos. Dos 20 aos 30 anos, era sensível a diminuição em ambos os sexos, tanto no município como na região. Isso pode ser explicado pelo fato de que essa população jovem, ao atingir a maioridade ou mesmo contrair matrimônio, se dirigia para outros centros urbanos em busca de melhores salários ou melhores condições de vida. A partir dos 30 anos, observamos uma distribuição mais equilibrada em ambos os sexos no município e região.

No ano de 1970, a população jovem no município não atingia 70% em ambos os sexos, conforme ocorria em 1940. Na região, porém, essa população com idade inferior a 30 anos correspondia a 73% do total encontrado em 1940. Nas faixas de 30 anos e mais, a composição da população, tanto no município como na região, obedecia a um padrão mais equilibrado de distribuição para ambos os sexos.

A amostragem trouxe o seguinte quadro, em relação à faixa etária dos proprietários de estabelecimentos rurais no Município de Presidente Venceslau:

Das 70 propriedades inquiridas, notamos uma maior concentração de habitantes na faixa correspondente à idade de 60 a 70 anos, atingindo 28,5% do total; a seguir, de 50 a 60 anos 20,0%; de 40 a 50 anos e 70 anos e mais, correspondendo a 18,5% para cada uma e em menor escala a faixa de 30 a 40 anos, compreendendo 14,2%. Constatamos que ao contrário do que se obteve na análise da população ocupada no setor primário, secundário e terciário em 1970 (Tabela 5), os quais absorviam grande parte da população jovem, no tocante à idade dos proprietários de estabelecimentos rurais obteve-se o inverso. Ou seja, predominou uma população mais velha com idade entre 60 e 70 anos. Esse fato pode ser explicado devido ser essa população formada pelos antigos moradores do município, que aí se fixaram desde a primeira fase de ocupação da área. No geral, são proprietários de pequenas, médias e grandes propriedades. Os mais jovens, abaixo de 40 anos, correspondiam principalmente aos pequenos proprietários, sitiantes em geral (Tabela 4).

TABELA 5

IDADE DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE
PRESIDENTE VENCESLAU

Ano 1972

faixa etária	número de proprietários	porcentagem
30 a -40	10	14.28
40 a -50	13	18.57
50 a -60	14	20.00
60 a -70	20	28.57
70 anos e mais	13	18.57
TOTAL	70	100.00

Bastos, 1972: Pesquisa de Campo

A população potencialmente ativa observada em 1940 (Tabela 6), tanto para o município como para a região, era mais expressiva em relação a 1970. Talvez deva-se ao fato de as estatísticas não considerarem potencialmente ativa as atividades domésticas exercidas pelas esposas com auxílio de filhos menores, por ocasião do recenseamento de 1970.

Temos portanto para o Município de Presidente Venceslau e região, em 1940, a seguinte distribuição: dos 15.609 e 33.823 respectivamente para o município e região, que compunha o quadro da população ativa na época, ou seja, 67,4% e 67,2% da população total, 8.606 e 18.950 eram homens, 7.003 e 14.873 eram mulheres. Neste particular, observa-se que o contingente populacional tanto no município como na região, no tocante a discriminação por sexo, era relativamente equilibrada, de forma que o município acompanhava o quadro regional. Constatou-se que do total de homens potencialmente ativos, 69,0% e 73,1% dedicavam-se a atividades ligadas ao setor primário (agricultura, pecuária, silvicultura e indústria extrativa). Destes, 53,7% e 55,9% pertenciam à faixa etária de 10 a 29 anos; e 34,4% e 32,4% incluía-se na de 30 a menos de 50 anos. Portanto, notou-se predominância da população masculina jovem, no setor primário, tanto no município como na região. Os demais, compreendiam elementos com idade superior a 50 anos em 11,9% e 11,7%.

Do total de 7.003 e 14.873 mulheres, que compunham o total da população potencialmente ativa, 7,9% e 13,1% se dedicavam às atividades ligadas ao setor primário, notando-se uma atuação pequena das mulheres nesse tipo de atividades. Porém, se formos fazer uma análise por faixas etárias, há de se convir: a participação das mulheres estava quase que exclusivamente incluída na população jovem entre 10 e 29 anos, num total de 93,3% e 88,7%.

Quanto ao setor secundário (indústrias de transformação), notou-se de um modo geral a participação de pequena parcela da população ativa, onde 5,6% e 4,4% apenas dos homens e 0,1% e 0,1% das mulheres eram absorvidas neste campo de trabalho. Destes, 49,6% e 51,0% coube aos homens de 10 a 29 anos onde 41,4% e 39,8% aos de 30 a menos de 50 anos. A população feminina coube 50,0% e 54,5%, correspondendo à faixa etária de 10 a 29 anos; 20,0% e 18,2% à de 30 a menos de 50 anos. Na faixa de mais de 50 anos, sobressaíam-se apenas as mulheres com 30,0% e 27,3%; os homens com 8,9% e 9,2%.

Quanto ao setor terciário, revelou-se um panorama bem diferente no tocante à participação dos homens e das mulheres nas diversas atividades ligadas ao comércio de mercadorias; comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização; transportes e comunicações; administração pública, justiça, ensino público; defesa nacional, segurança pública; profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada; serviços, atividades sociais; atividades domésticas, atividades escolares; condições inativas etc.

Do total da população potencialmente ativa do referido setor, destacou-se a participação feminina que atingiu elevada porcentagem, ou seja, 91,9% e 86,8%. Justifica-se este elevado percentual devido ao fato de no setor terciário estarem incluídas as atividades domésticas e escolares, e no Censo de 1940, a participação da mulher aí estava concentrada. Os homens apresentavam baixo percentual: 25,4% e 22,5%, 68,2% e 68,8% pertenciam à faixa de 10 a 29 anos; 23,5% e 23,4% à de 30 a menos de 50 anos; 8,4% e 7,8% à de mais de 50 anos. A participação feminina diminuiu rapidamente à medida que a população se tornava mais velha (a partir de 30 anos), cabendo 61,3% e 63,5% à faixa de 10 a 29 anos; 28,7% e 24,9% à de 30 a menos de 50 anos, 10,0% e 11,6% à de mais de 50 anos.

Devemos lembrar que de um modo geral a predominância da população masculina sobre a feminina se fazia sentir em todos os setores de atividade no município e região (Tabela 7), com exceção das atividades domésticas e escolares, conforme foi visto anteriormente.

Para 1970 (Tabela 7), a situação diferia, com grande participação do elemento masculino sobre o feminino nos três setores de atividades. Onde tínhamos do total de 9.744 e 51.012 homens; 6.640 e 37.841, ou seja

TABELA 6
POPULAÇÃO POTENCIALMENTE ATIVA EM 1940

SETOR	N.º	TOTAL						30 a 50 anos		+ 50 anos		
		%	10 a 29 anos		30 a 50 anos		H	M	H	M	H	M
			H	M	H	M						
SETOR PRIMÁRIO	PRÉSIDENTE VENCESLAU	5 936	3 185	518	2 043	14	708	23				
	%	68.9	53.6	93.3	34.4	2.5	11.9	4.1				
	REGIÃO	13 849	7 738	1 729	4 493	171	1 618	49				
	%	73.0	55.8	88.7	32.4	8.7	11.6	2.5				
SETOR SECUNDÁRIO	PRÉSIDENTE VENCESLAU	480	238	5	199	2	43	3				
	%	5.5	49.5	50.0	41.4	20.0	8.9	30.0				
	REGIÃO	829	423	6	330	2	76	3				
	%	4.3	51.0	54.5	39.8	18.1	9.1	27.2				
SETOR TERCIÁRIO	PRÉSIDENTE VENCESLAU	2 190	1 493	3 945	514	1 849	183	644				
	%	25.4	68.1	61.2	23.4	28.7	8.3	10.0				
	REGIÃO	4 272	2 940	8 200	999	3 218	333	1 495				
	%	22.5	68.8	63.5	23.3	24.9	7.7	11.5				

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO DE 1940 — Fundação IBGE.

TABELA 7

POPULAÇÃO POTENCIALMENTE ATIVA EM 1970

	TOTAL		SETOR PRIMÁRIO		SETOR SECUNDÁRIO		SETOR TERCIÁRIO		TOTAL POTENCIALMENTE ATIVO	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
PRESIDENTE VENCESLAU	N.º	9 744	2 841	384	944	4	2 855	1 686	6 640	2 074
	%	—	29.1	4.2	9.6	—	29.2	18.4	68.1	22.7
REGIÃO	N.º	51 012	24 409	1 492	3 724	99	9 708	4 975	3 784	6 566
	%	—	64.5	22.7	9.8	1.5	25.6	75.4	74.1	13.9

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO — 1970 — Fundação IBGE.

68,1% e 74,2% que eram considerados ativos. Do total de 9.135 e 46.934 mulheres, apenas 2.074 e 6.566, portanto 22,7% e 14,0% exerciam atividades ligadas aos respectivos setores.

Observamos que os setores primário e terciário são os que mais absorveram mão-de-obra tanto no Município de Presidente Venceslau como na região, enquanto o secundário foi quase inexpressivo.

Dedicavam-se ao setor primário 29,1% e 64,5% do total de homens considerados potencialmente ativos. No setor secundário, foi pequena a participação dos homens, com 9,6% e 9,8%. No terciário, a situação já se mostrou diferente, inclusive em relação ao comportamento regional. Do total dos homens potencialmente ativos, 29,2% e 25,6% exerciam atividades ligadas a esse setor.

A atuação do elemento feminino, no setor primário em 1970, não se mostrava mais significativa do que em 1940. Apenas 4,2% e 22,7% da população feminina ativa se dedicava a esse ramo de atividades. No setor secundário, a participação da mão-de-obra feminina era quase equiparável ao de 1940, com um percentual pouco mais significativo: 0,04% e 1,5%. Quanto ao setor terciário, a participação do elemento feminino foi bem mais expressiva principalmente em termos regionais, correspondendo a 18,4% e 75,4%. Explica-se tal fato devido nessa classe de atividades estarem enquadrados serviços dos quais a população feminina possui maior mercado de trabalho. Entre eles: comércio de mercadorias; prestação de serviços; transportes, comunicações e armazenagens; atividades sociais; administração pública e outras atividades.

4. *A Habitação Rural*

Apenas 2,8% das propriedades rurais no Município de Presidente Venceslau encontravam-se localizadas próximas a povoados e bairros rurais. Correspondiam a 21,4% do total das unidades as localizadas próximo ao núcleo urbano do município, sendo que 15,7% possuíam suas sedes próximas às estradas. Estas, constituídas pelas intermunicipais e outras secundárias, atendiam ao escoamento de toda produção agrícola e pecuária, além de atenderem também ao fluxo interno dos trabalhadores rurais "bóias frias", principalmente por ocasião das colheitas, surgindo nessa época um quadro individualizante na paisagem rural. As vias de comunicação, em geral em estado razoável de conservação, tornavam-se bastante precárias por ocasião das grandes chuvas (de outubro a março), coincidindo com o período das colheitas, prejudicando dessa forma as atividades de transporte dos produtos agrícolas às máquinas de beneficiamento, localizadas nas áreas periféricas do centro urbano de Presidente Venceslau.

Como povoados e bairros rurais, num total de 42, destacavam-se: Afluente Grande, Água da Colônia, Aymoré, Água do Barro Preto, Água da Fortuna, Bela Vista, Boa Vista, Barra Funda, Barreirinho, Chave Tapajós, Chave Madeiral, Colônia Seca, Cerrado, Cabeceira do Veado, Córrego da Fortuna, Córrego Herrera, Cobertor Vermelho, Chapadão, Carmo-
na, Dovagi, Figueira, Itapiru, Industrial, Lagoa Seca, Mangueira, Ninho das Cobras, Perobal, Pedregulho, Porteira Preta, Pederneiras, Peteroli, Re-
benta Rabicho, Ribeirão Claro, Santa Sofia, Santa Clara, Santa Maria, Santo Antonio, Saltinho, Turma 30, Três Pontes, Veado e Volta Grande (Prancha IX).

Destes, apenas os bairros de Aymoré, Pederneiras e Centro Rural, visitados em nossa pesquisa, apresentavam características de bairro rural. O primeiro, formado por aproximadamente cem casas, e os demais em torno de cinquenta moradias, além da escola e capela estava presente uma pequena venda, que no geral não atendia a todas as necessidades básicas da população, obrigando-a a buscar no centro urbano mais próximo (Presidente Venceslau), os demais gêneros necessários à sua sobrevivência.

Embora se tenha a impressão de um povoamento um tanto disperso, devido ao isolamento dos sítios, possuíam características próprias de bairros rurais. Estavam localizados, no geral, nas encostas das colinas, próximos a pequenos cursos d'água (Prancha IX).

O bairro do Aymoré (fotos 15, 16 e 17) em particular, maior que o das Pederneiras, caracterizava-se por moradores descendentes de alemães, onde se verificava a presença de uma capela presbiteriana, diferindo de Pederneiras, de religião católica. Próximo à capela, havia o salão de festas, que congregava todos os moradores por ocasião das festividades de cunho religioso ou não. Possuía, até a década de 70 mais ou menos, um frigorífico que contribuía para o abastecimento do núcleo urbano de Presidente Venceslau, distante 8 quilômetros. Em 1975 existia uma olaria, cuja produção era destinada ao consumo daquele núcleo urbano. Sua origem data da fase de exploração da madeira no município, onde aí se localizava a Serraria Aymoré.

Tal como no bairro das Pederneiras, predominam as casas de madeira (tábuas), comuns em toda a paisagem rural do município e região, como em muitas outras áreas do Planalto Ocidental. O Centro Rural, assim denominado e localizado próximo à cidade de Presidente Venceslau, apresentava-se com dispersão do "habitat" mais acentuada que aqueles. Implantado por iniciativa da Prefeitura Municipal, auxiliada pelo Governo do Estado, congregava moradores rurais de áreas agrícolas distantes, por ter sido construído numa área de predomínio de pastagens, o que contribuiu posteriormente para o insucesso do projeto.

Os estabelecimentos rurais dedicados predominantemente às atividades pecuárias, quando muito, possuíam uma casa onde residia o administrador

com sua família. Este exercia todos os serviços necessários à fazenda. Estava nele representada a figura do “peão”, do “tirador de leite”, além do “capataz”, considerados “braço direito” do fazendeiro.

Os povoados citados anteriormente, em geral de “habitat” disperso, somente apresentavam características agrupadas quando próximos a áreas agrícolas, onde a linearidade estava presente quando localizados próximos a cursos d’água ou estradas.

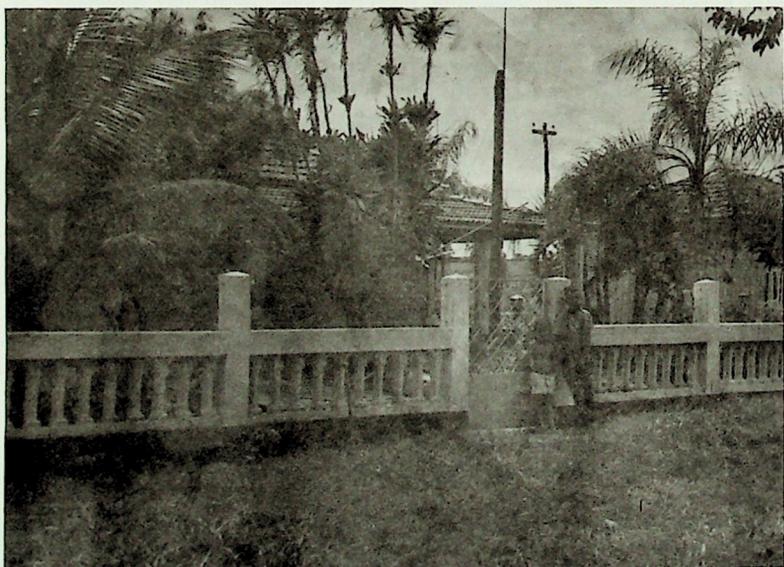
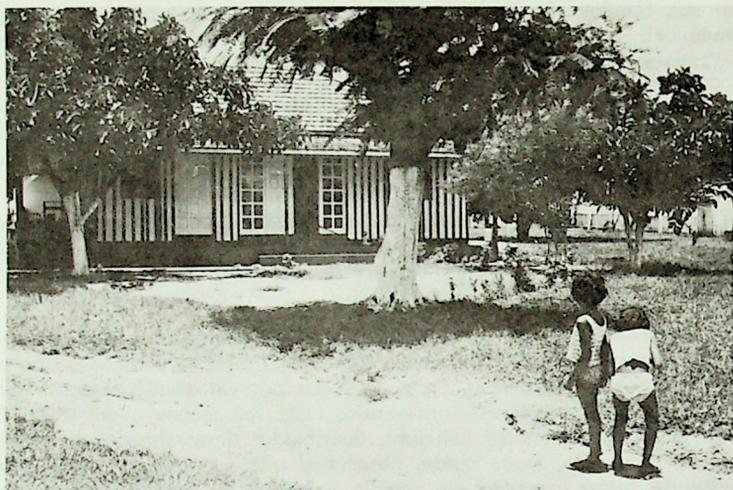
Esses povoados e bairros rurais estavam presentes em todos os setores do município. Recebiam denominações locais, em geral de aspecto pitoresco ligadas ao meio natural, quer fossem dos próprios cursos d’água, do relevo e de formações vegetais.⁽¹⁹⁾

O “habitat” rural apresentava maiores características de dispersão à medida que se afastava do núcleo urbano em direção à bacia do rio do Peixe e do Santo Anastácio, áreas ocupadas por extensas pastagens, onde as densidades demográficas tornavam-se cada vez menos expressivas. De modo geral, atingem a 29 hab/km², distribuídos desigualmente no espaço rural do município. Deste modo, observa-se que a população rural distribuía-se de forma irregular em toda a extensão do espaço agrário, pois ora, apresentava-se agrupada, ora dispersa, em função das atividades de uso da terra (Prancha XII).

A casa rural notabilizava-se em toda a extensão do espaço rural pela grande incidência de construção em madeira. Esse tipo de material de construção justificava-se pela presença da exploração madeireira do início deste século na região. Com o esgotamento das reservas florestais, esse tipo de casa não foi extinto, era ainda comum também nas periferias do centro urbano. A madeira utilizada para esse fim é originária das áreas vizinhas dos Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná. Abastecem todas as indústrias de transformação (serrarias) localizadas no núcleo de Presidente Veneslau.

Nas propriedades rurais pesquisadas onde havia sede de estabelecimento rural, predominava a casa de madeira (83,6%) e, em menor escala, a de alvenaria (16,3%) (Fotos 18 a 23). Conforme (Leite, 1972: 42), na região de Presidente Prudente e no Município de Presidente Veneslau também o aspecto da sede do estabelecimento rural não refletia as posses do proprietário (fazendeiro ou sitiante). Destas casas acima descritas apenas 8,2% eram de chão batido quase que na mesma proporção

(19) Entre eles, temos: Afluente Grande, Água da Colônia, Água do Barro Preto, Água da Fortuna, Lagoa Seca, Cabeceira do Veado, Barra Funda, Chapadão Barreirinho, Cobertor Vermelho, Pedregulho, Cerrado, Figueira, Perobal, Três Pontes e Volta Grande. Além dessas denominações locais, outras, como Chave Tapajós, Chave Madeiral e Turma 30, são assim chamadas por pertencerem e se localizarem ao longo da ferrovia, onde residem os ferroviários da citada estrada, além de moradores rurais.



Fotos 18 e 19. Sedes de grandes propriedades. Foto 18. Fazenda Dovagi. Município de Presidente Venceslau, Dezembro-1975. Foto M.A.T.R. Bastos. Foto 19, Dezembro-1972. Foto M.A.T.R. Bastos.

nas muito pequenas (9,0%), pequenas (10,5%) e médias propriedades (9,0%).

De um modo geral, o material utilizado na construção de moradias era madeira. Tendia a ser substituída pelas de alvenaria, conforme o poder aquisitivo e nível cultural do proprietário rural, principalmente quando era utilizada como residência fixa.

A habitação rural, em seu conjunto mais expressivo se caracterizava por extrema simplicidade em 87,5% dos muito pequenos, 60,8% dos médios e apenas 18,1% dos grandes estabelecimentos rurais (Fotos 24, 25 e 26).

A construção de pau-a-pique só era mais representativa nas médias propriedades, onde exploravam a terra através da agricultura, possuindo maior número de empregados. Nesse quadro estava presente o arrendatário com sua família, que se notabilizava pela grande mobilidade rural, construindo casas extremamente simples como essas, pois fixavam residência apenas por um ou dois anos na propriedade (Fotos 24, 25 e 26).

II. O ESPAÇO AGRÁRIO E SUAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

1. *A distribuição da propriedade rural e estrutura fundiária*

Dentre as diversas fases de ocupação do solo por que passou a área em estudo, as mais marcantes estavam representadas, no início, pelos loteamentos de grandes glebas, transformadas em grandes propriedades e, a seguir, em "fazendas". Motivado pela euforia do desmatamento, esse processo foi sucedido por outros também de grande repercussão na estrutura agrária da região e, em particular, do município.

Assim, se sucederam diversas outras fases que tiveram importante papel na organização do espaço agrário local e regional. Dentre elas, observou-se a exploração da terra pela atividade de pastoreio, de policultura de subsistência, da monocultura cafeeira, da policultura comercial e, mais recentemente, pela pecuária de corte, principalmente.

Todas essas foram muito significativas e justificam o quadro regional da paisagem agrária; porém, as mais expressivas caracterizaram diversos aspectos de fundamental importância, entre eles:

- a) Fragmentação das propriedades, mais intensamente com a monocultura cafeeira, permanecendo durante a fase posterior, da poli-



Fotos 20 a 23. Sede de grande propriedade. Documenta a antiga monocultura cafeeira, através do terreno de café em desuso, tulha ocupada para estocagem do milho e ração para o gado. Fazenda Santa Sofia, à dois quilômetros do núcleo urbano. Notabiliza-se pela avançada tecnologia de criação do gado de "linhagem" (raça Chianini), Dezembro-1975. Foto M.A.T.R. Bastos.

cultura comercial; observou-se o agrupamento das pequenas e médias propriedades que se transformaram com o incremento da pecuária em grandes estabelecimentos, pois essa atividade exigia áreas mais extensas. Assim, com o declínio das culturas temporárias (principalmente algodão e amendoim), a partir da década de 60, as pastagens, que já aumentavam rapidamente na década de 50, passaram a ocupar áreas novas e dominar os diversos setores do Município de Presidente Venceslau. Desta maneira, a pecuária tornou-se a principal atividade no município e também na região, aumentando gradativamente, ano após ano, suas áreas de pastagens, diminuindo as áreas destinadas às culturas temporárias e permanentes, num processo lento e contínuo até os dias de hoje.

- b) Aparecimento de novas categorias de trabalhadores rurais em detrimento da mão-de-obra assalariada, com predomínio de “volantes”, também denominados “bóias-frias”, geralmente ex-colonos e elementos procedentes de centros urbanos.
- c) Significativo fenômeno de desruralização favorecendo o aumento do contingente populacional das áreas urbanas.

O referido fenômeno de agrupamento dos pequenos e médios estabelecimentos rurais foi provocado pelo incremento da pecuária, como pôde ser evidenciado.

A distribuição do número de propriedades rurais por classes de área, no Município de Presidente Venceslau, de 1962 a 1972, mostrava claramente um processo de agrupamento das pequenas propriedades (Prancha X). Desta forma, de 1962 a 1971, houve um aumento acentuado das pequenas propriedades (de 30 a —100 ha) e, em menor escala, de médias unidades (de 100 a —500 ha), em detrimento das muito pequenas e grandes propriedades.

Em 1972, observava-se a diminuição das pequenas propriedades em favor das grandes e um aumento das muito pequenas unidades rurais, em conseqüência de um processo de fragmentação em algumas pequenas propriedades para a formação de pequenas chácaras. Esse processo, apesar de pouco expressivo, pode ser observado próximo à sede do município (área suburbana), do qual é exemplo a propriedade da família Pitombo, que foi dividida em pequenos lotes de 5.000 m² (Chácaras Vila Carmen), fruto de especulação imobiliária.

Nossa classificação de propriedades rurais leva em consideração a área e o tipo de exploração. Temos assim:

propriedade muito pequena:	de 0 a —30 ha
propriedade pequena:	de 30 a —100 ha
propriedade média:	de 100 a —500 ha
propriedade grande:	de 500 ha para mais

Dessa forma, para cada classe de área temos a seguinte distribuição percentual, com a respectiva área média (Prancha X): em 1962 a classe das propriedades de 0 a —30 ha representavam mais da metade, isto é, 51,4% das propriedades rurais do município, com área média de 15,6 ha. Já no ano de 1971 39,2% dos estabelecimentos, pouco aumentando sua área média para 16,0 ha. Em 1972, no entanto, ocupavam pouco mais que no ano anterior, 41,0% com área média comparável à de 1962, ou seja, com 15,5 ha.

Na classe de 30 a —100 ha, ainda representados pelas pequenas propriedades (levando-se em consideração a área ocupada e o tipo de exploração), encontravam-se 27,3% dos estabelecimentos rurais no ano de 1962, com área média de 52,4 ha. Em 1971 evidenciava-se o processo de agrupamento desses estabelecimentos, pois atingiam 37,2% do total das propriedades rurais, com uma área média elevada para 55,7 ha. Em 1972 essa distribuição porcentual caía para 35%, aumentando ainda mais sua área média, que passava a ser de 56,6 ha. A classe correspondente às médias propriedades, ou seja, de 100 a —500 ha, ocupavam 14,4% do total das propriedades rurais em 1962, com área média de 206,3 ha. Em 1971, seu percentual e sua área média aumentaram para 17,6% e 216,9 ha. Já no ano de 1972, permanecia quase o mesmo percentual 17,0%, aumentando a sua área média para 221,9 ha.

A última classe, correspondente a mais de 500 ha, teve pouca variação na sua representação percentual; elas representavam 6,9% dos estabelecimentos no ano de 1962, com área média de 1.661,6 ha. Em 1971 atingiam 6%, caindo sua área média para 1.118,5 ha.

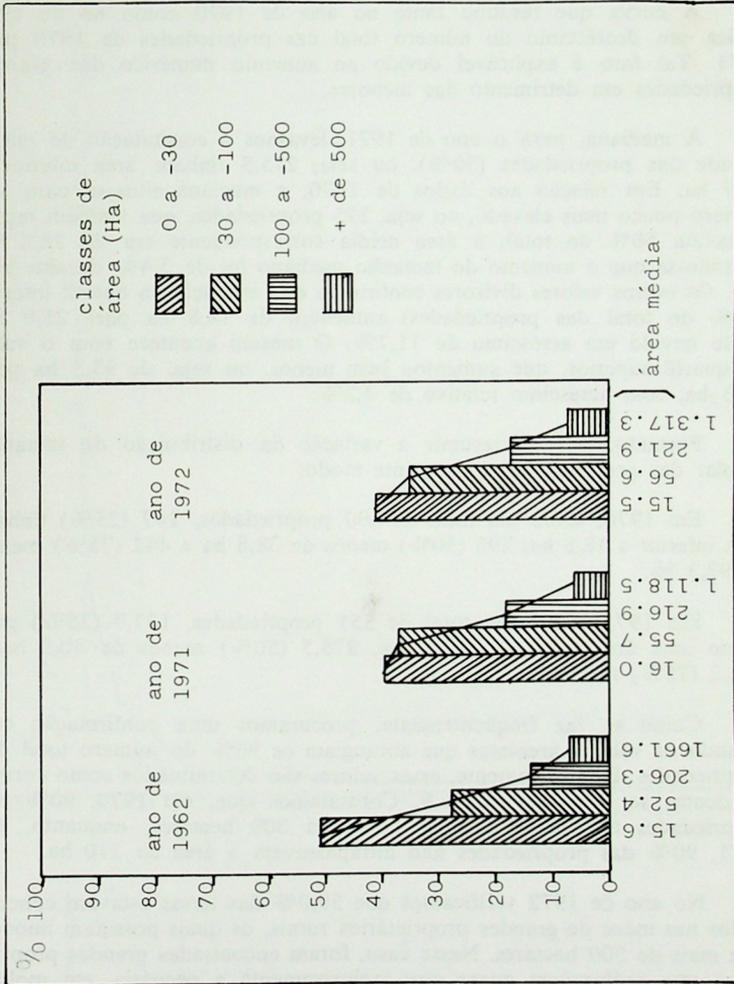
Em 1972, com pequena variação, compunham tais propriedades 7% dos estabelecimentos rurais do município, com área média superior à do ano anterior, ou seja, 1.317,3 ha.

Os histogramas que compõem a análise acima apresentam curvas que obedecem entre si um padrão de variação irregular. A curva resultante do histograma de 1962 aparece com declividade inversa à área das propriedades e às classes de área, conseqüentemente. Isto é, ocorre uma diminuição numérica vertical, progressiva de estabelecimentos em relação às grandes propriedades. Já em 1971 a curva aparece com uma ligeira ruptura de declínio entre as pequenas e médias propriedades, decrescendo progressivamente em direção às grandes propriedades. No ano de 1972, no entanto, o histograma já não se apresenta tão irregular. Obedece a um padrão relativamente homogêneo e decrescente em relação ao tamanho das propriedades.

Para uma melhor compreensão do comportamento da distribuição areolar dos estabelecimentos rurais no Município de Presidente Venceslau, elaboramos um gráfico de freqüências acumuladas (Prancha XI) visando

PRANCHA X

EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DAS PROPRIEDADES RURAIS - PRESIDENTE VENCESLAU



ORG. DESENHO: M.A.T.R.BASTOS

FONTE: INCRA

a análise do número de propriedades rurais em função da área ocupada por elas no espaço agrário do referido município, tomando-se como comparação os anos de 1970 e 1971.

A curva que resultou tanto no ano de 1970 como no de 1971 indica um decréscimo do número total das propriedades de 1970 para 1971. Tal fato é explicável devido ao aumento numérico das grandes propriedades em detrimento das menores.

A mediana, para o ano de 1971, leva-nos à constatação de que a metade das propriedades (50%), ou seja, 275,5 tinham área inferior a 40,9 ha. Em relação aos dados de 1970, a mediana situa-se para um número pouco mais elevado, ou seja, 295 propriedades, que também representavam 50% do total; a área média correspondente era de 38,8 ha, notando-se que o aumento do tamanho mediano foi de 5,4% durante este ano. Os outros valores divisores confirmam esta evolução: o quartil inferior (25% do total das propriedades) aumentou de 18,8 ha para 21,0 ha, tendo havido um acréscimo de 11,7%. O mesmo acontece com o valor do quartil superior, que aumentou bem menos, ou seja, de 93,3 ha para 96,3 ha, com acréscimo relativo de 3,2%.

Portanto, pode-se resumir a variação da distribuição do tamanho areolar das propriedades do seguinte modo:

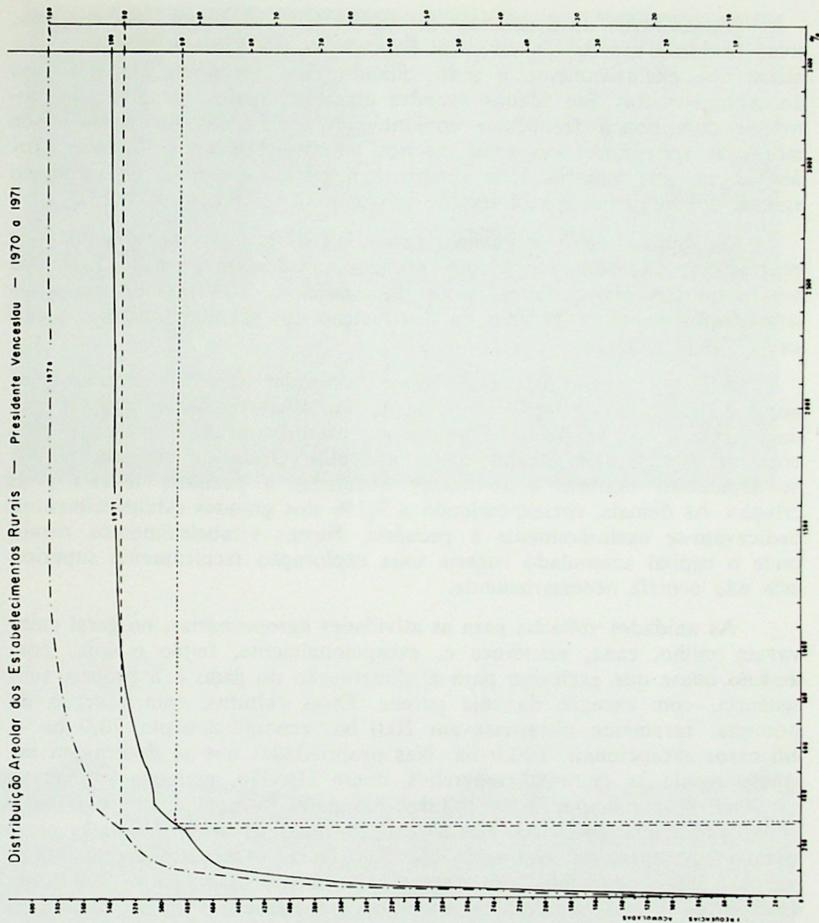
Em 1970, sobre um total de 590 propriedades, 147 (25%) tinham área inferior a 18,8 ha; 295 (50%) menos de 38,8 ha e 442 (75%) menos de 93,3 ha.

Em 1971, sobre um total de 551 propriedades, 137,7 (25%) possuíam uma área inferior a 21,0 ha, 275,5 (50%) menos de 40,9 ha e 413,2 (75%) menos de 96,3 ha.

Como se faz freqüentemente, procuramos uma confirmação calculando os valores areolares que abrangiam os 90% do número total das propriedades. Estatisticamente, esses valores são determinados como correspondentes ao decil de ordem 9. Constatamos que, em 1970, 90% das propriedades tinham uma área inferior a 300 hectares, enquanto, em 1971, 90% das propriedades não ultrapassavam a área de 310 ha.

No ano de 1972 verificamos que 59,0% das terras estavam concentradas nas mãos de grandes proprietários rurais, os quais possuíam imóveis com mais de 500 hectares. Nesse caso, foram encontradas grandes propriedades que exploravam quase que exclusivamente a pecuária, em moldes extensivos, chegando a ultrapassar 4.440 ha no ano de 1972. Esses grandes estabelecimentos rurais eram encontrados tanto no setor norte como no sul do município. Porém, houve maior concentração destes ao norte.

PRANCHA XI



Distribuição Areolar dos Estabelecimentos Rurnis — Presidente Venceslau — 1970 a 1971

GEN. DESENHO - M. ANTONIETTI

1971 - 530

CLASSE DE ÁREA (HA)	%	Nº
0 - 10	100	10
10 - 20	100	10
20 - 30	100	10
30 - 40	100	10
40 - 50	100	10
50 - 60	100	10
60 - 70	100	10
70 - 80	100	10
80 - 90	100	10
90 - 100	100	10
100 - 200	100	10
200 - 300	100	10
300 - 400	100	10
400 - 500	100	10
500 - 600	100	10
600 - 700	100	10
700 - 800	100	10
800 - 900	100	10
900 - 1000	100	10

1970 - 530

CLASSE DE ÁREA (HA)	%	Nº
0 - 10	100	10
10 - 20	100	10
20 - 30	100	10
30 - 40	100	10
40 - 50	100	10
50 - 60	100	10
60 - 70	100	10
70 - 80	100	10
80 - 90	100	10
90 - 100	100	10
100 - 200	100	10
200 - 300	100	10
300 - 400	100	10
400 - 500	100	10
500 - 600	100	10
600 - 700	100	10
700 - 800	100	10
800 - 900	100	10
900 - 1000	100	10

Nessas áreas, as densidades demográficas tornaram-se menos expressivas devido à grande dispersão do habitat. As casas rurais restringiam-se quase que exclusivamente à sede, quando esta existia ou ainda à casa do administrador. Em alguns grandes estabelecimentos visitados, encontrou-se com pouca frequência conjuntos de meia dúzia de casas, onde moravam agricultores em geral meeiros ou arrendatários de origem nordestina, em sua maioria. Esse quadro demográfico é comum na paisagem agrária do município e será tratado posteriormente (Fotos 24 a 26).

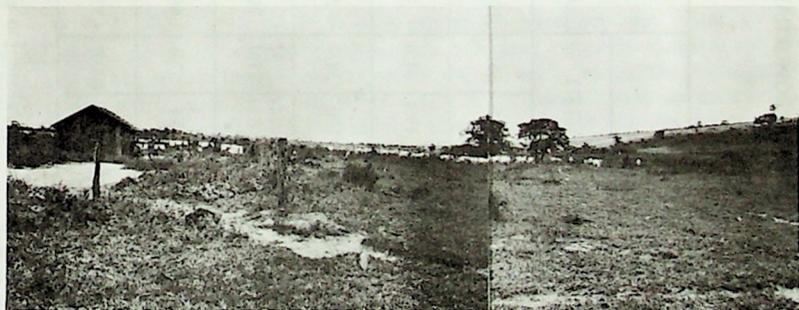
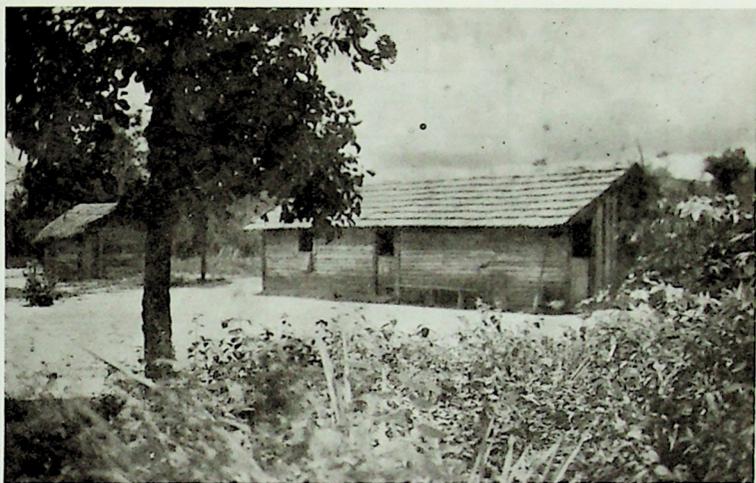
Os demais estabelecimentos rurais, ainda que numericamente mais expressivos, representando 93,0% do total, abrangiam apenas 41,0% da área total das propriedades rurais do município, confirmando assim as constatações sobre o domínio da distribuição das grandes unidades rurais em 1972 (Tabela 8).

A essa categoria de propriedades, localizadas principalmente no setor norte do município em menor escala ao sul, corresponde as grandes unidades rurais que se dedicam quase que exclusivamente à pecuária para corte (engorda), além de atividades agrícolas. Destas, a maioria 90,9% se dedicavam também a atividades vinculadas à pecuária leiteira e de criação. As demais, correspondendo a 9,1% dos grandes estabelecimentos, dedicavam-se exclusivamente à pecuária. Nesses estabelecimentos rurais, onde o capital acumulado sugeria uma exploração tecnicamente superior, esta não ocorria necessariamente.

As unidades voltadas para as atividades agropecuárias, no geral cultivavam milho, cana, mandioca e, excepcionalmente, feijão e soja, com destino quase que exclusivo para a alimentação do gado e a própria subsistência, com exceção da soja perene. Essas culturas, com exceção da primeira, raramente ultrapassavam 20,0 ha, esporadicamente 50,0 ha e, em casos excepcionais, 100,0 ha. Nas propriedades que se dedicavam em menor escala às culturas comerciais, como algodão, mamona e abacaxi, as áreas ocupadas por estas culturas em geral ultrapassavam 50,0 ha e e não raramente 100,0 ha. Nessas propriedades, as áreas de matas eram menos representativas, ocupando até 50,0 ha e, excepcionalmente, 100,0 ha. As áreas ocupadas com pastagens correspondiam entre 500,0 até 4.400,0 ha. A essa grande área corresponde a Fazenda Clotilde, localizada a quinze quilômetros do núcleo urbano de Presidente Venceslau.

Os médios estabelecimentos rurais, pertencentes à classe de 100,0 ha a menos de 500,0 ha, nessa época (1972), perfaziam 24,2% da área total do município, abrangendo 17,0% dos estabelecimentos existentes (Prancha XII). Tais propriedades concentravam-se na porção sul, num raio superior a 10 km no núcleo urbano; mas ocorria também na porção central e norte do município.

Nessa categoria, encontramos a maior parte das propriedades que explorava a terra com pastagens e agricultura, ou seja, 91,6% do total.



Fotos 24, 25 e 26. Colônia da Fazenda Dovagi. Parte dos arrendatários vindos da Baixada Santista e Vale da Banana (Itariri).

TABELA 8

CATEGORIAS DIMENSIONAIS DAS PROPRIEDADES RURAIS — MUNICIPIO DE PRESIDENTE VENCESLAU

Anos: 1962, 1971, 1972.

Classes de área em Ha	Estabelecimentos						Área média em Ha			Área total em Ha			Porcentagem em Ha		
	1962		1971		1972		1962	1971	1972	1962	1971	1972	1962	1971	1972
	N.º	%	N.º	%	N.º	%									
DE 0 a -30	335	51,4	216	39,2	199	41,0	15,6	16,0	15,5	5.257,7	3.476,9	3.091,6	4,8	4,7	4,1
De 30 a -100	178	27,3	205	37,2	170	35,0	52,4	55,7	56,6	9.332,0	11.436,5	9.632,6	8,6	15,7	12,7
De 100 a -500	94	14,4	97	17,6	83	17,0	206,3	216,9	221,9	19.393,8	21.040,6	18.421,1	17,8	28,9	24,2
De 500 p/mais	45	6,9	33	6,0	34	7,0	1.661,7	1.118,5	1.317,3	74.777,5	36.912,7	44.789,5	68,8	50,7	59,0
TOTAL	652	100,0	551	100,0	486	100,0	1.936,0	1.407,1	1.611,3	108.761,0	72.866,7	75.934,8	100,0	100,0	100,0

FONTE: INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

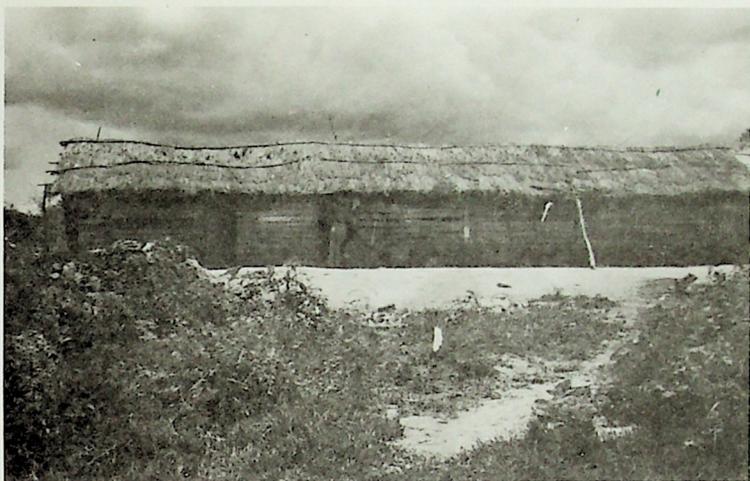


Foto 27. Casa de meeiro, onde reside o casal e onze filhos. Dezembro-1975.
Foto M. A. T. R. Bastos.

Destas, 41,6% eram ocupadas por matas. As demais dedicavam-se a outras atividades de exploração de terras.

Dentre as que se dedicavam a atividades agropecuárias, visando a alimentação do gado cultivavam o milho, cuja área ocupada variava entre 1,0 e 4,8 ha; excepcionalmente atingindo 43,5 ha; a cana, tão inexpressiva como o milho, não ultrapassava a 9,6 ha, predominando as áreas de 1,2 a 5,0 ha; a mandioca, com menos ainda, era cultivada em áreas em torno de 1,0 ha.

Dentre as outras culturas, que visavam quase que exclusivamente as atividades comerciais, temos a mamona, cultivada em apenas dois estabelecimentos rurais inquiridos, onde ocupava, respectivamente, 2,4 e 7,3 ha; o amendoim, mais significativo que as demais culturas, pouco ultrapassava 5,0 a 10,0 ha.

O algodão, a mais significativa de todas as culturas já analisadas, sendo cultivado com predominância em áreas de 5,0 ha, excepcionalmente ocupando 50,0 ha ou mesmo mais de 150,0 ha. Outras culturas de pouca expressão, como abacaxi, com 1,2 ha e cultivos de eucaliptos com 30,0 ha faziam-se presentes.

As áreas ocupadas por capim, nessa classe, correspondiam, na maioria dos casos, a mais de 65,0 ha, chegando a atingir 160,0 ha e, em

menor escala áreas superiores a esta, não ultrapassando a 240,0 ha. Portanto, capim, matas naturais e reflorestamentos com eucaliptos correspondiam a 110,0, 30,0 e 1,0 ha, respectivamente.

Nas pequenas e muito pequenas propriedades, cujas classes correspondiam de 0 a menos de 30 ha e de 30 a menos de 100 ha, encontramos o seguinte:

As áreas agrícolas ocupadas com culturas comerciais e de subsistência mais significativas, entre elas o amendoim, algodão e milho, ocupavam nessa classe de propriedades de 0 a menos de 30 ha as seguintes áreas: o amendoim atingia a área máxima de cultivo, raramente ultrapassando a 9,0 ha e, excepcionalmente, 20,0 ha. O algodão esporadicamente ultrapassava a área de 7,0 e, excepcionalmente, 14,0 ha. O milho raramente ultrapassava 4,0 ha. As demais culturas — mamona, mandioca, feijão, arroz, tomate, cana, banana e uva —, com exceção da primeira todas de subsistência, ocupavam áreas que pouco ultrapassavam a 1,0 ha. A mamona em apenas uma dessas propriedades inquiridas apresentou-se com uma área de 9,2 ha.

As áreas exploradas por pastagens eram mais representativas, devido ao fato desses estabelecimentos rurais se dedicarem à criação leiteira, para o próprio consumo ou com finalidade lucrativa. Ocupavam grande parcela do estabelecimento, considerando-se a pequena área. Essas modalidades de exploração encontravam-se, também, na classe cujas propriedades possuíam áreas equivalentes de 30 a menos de 100 ha, conforme veremos adiante. As áreas ocupadas por capim correspondiam, na maioria dos casos, à área máxima de 14,0, raramente ultrapassando 20,0 ha, para a classe de 0 a menos de 30,0 ha.

A essa classe correspondiam numericamente 41,0% das propriedades rurais do município, representadas por apenas 4,1% da área total. Desta forma, apesar da incidência numérica não podiam ser consideradas como muito representativas para a economia agrícola municipal.

Na classe, cujas unidades rurais encontravam-se entre 30 a menos de 100 ha, estavam as que, em números, representavam 35% das unidades do município, cabendo apenas 12,7% da área global do município.

São mais representativas que as primeiras (de 0 a menos de 30 ha), não somente na questão de área ocupada como também da explorada. Cultivavam o algodão, amendoim, milho e mamona. Nesta classe começavam a surgir as atividades agropecuárias, pois eram significativas as áreas ocupadas por capim, isto é, superiores a 20,0 ha, chegando a ultrapassar 50,0 ha em mais de 25% dos casos. Além de desenvolver atividades agropecuárias, desenvolviam a agricultura de produtos comercializados e de subsistência. Dentre as culturas observadas, o algodão raramente ultra-

passava a 10,0 ha; o amendoim, em menor proporção, excepcionalmente 10,0 ha e o milho raramente era cultivado em áreas superiores a 9,0 ha, acompanhado da mamona, que em alguns casos ocupava áreas maiores de 5,0 ha, com exceção de apenas uma propriedade entrevistada, que explorava 58,3 ha. As demais culturas, quase que exclusivamente de subsistência, como o arroz, feijão, mandioca, cana e café não ultrapassavam a área ocupada de 2,0 ha.

Ambas as classes, de 0 a menos de 30 ha e de 30 a menos de 100 ha, assim enquadradas nas categorias de muito pequenas e pequenas unidades, localizavam-se nas proximidades do núcleo urbano, representadas por chácaras e sítios dedicados, na maioria das vezes, a atividades agrícolas (Prancha XII). Visavam, na maioria dos casos 53,3%, à comercialização do produto e em 21,3% à subsistência, sendo que 51,0% das propriedades incluídas nessas classes de áreas dedicavam-se a ambas formas de exploração, porém, como pequena produção servia de apêndice à grande, de domínio pleno, expressa nas atividades de pecuária.

Cabe lembrar que ambas as unidades rurais em 55,3% dos casos dedicavam-se à exploração de pastagem com vistas à produção leiteira, para consumo próprio ou com finalidade lucrativa. Nos demais casos enquadravam-se as propriedades que se dedicavam à criação propriamente dita ou com vistas ao corte.

A área ocupada pela atividade pecuária, na classe II (de 30 a menos 100 ha), era superior à da classe I (inferiores a 30 ha), em detrimento da agricultura, que se tornaria mais viável considerando-se o aumento areolar da propriedade. Além das categorias de exploração citadas, essas unidades comportavam de forma quase insignificante outras atividades, como hortigranjeiras, olarias etc., as quais não atingiam a 4,2% do total dessas pequenas propriedades.

De um modo geral, as unidades acima analisadas eram servidas por energia elétrica pública, oriunda da Cia. Elétrica Caiuá, que abastecia o núcleo urbano e 24,3% dos estabelecimentos rurais, principalmente os localizados num raio de mais ou menos 12 quilômetros da cidade de Presidente Venceslau. Os demais, 21,4%, serviam-se de energia elétrica própria, produzida através de geradores a querosene ou a gás, na maioria dos casos. As restantes, ou seja, 54,3% do global, não usufruíam da rede de energia elétrica (Prancha XII).

2. Regime de Exploração e de Trabalho

A exploração direta do estabelecimento rural era predominante em 67,1% dos proprietários rurais do município. Se concentrava em maior proporção nas muito pequenas e grandes propriedades, cabendo às primei-

ras 70,4% da classe e 81,8% às últimas. Nas pequenas e médias, o proprietário preferia explorar diretamente sua propriedade, em 55,0% das pequenas e 66,7% das médias. Optavam, em todas as classes, pela forma mista de exploração, cabendo 25,9% às muito pequenas; 45,0% às pequenas; 33,3% às médias e 18,1% às grandes. Da totalidade dos estabelecimentos apenas 31,4% optavam por essa modalidade de exploração. De forma indireta, apenas 3,7% das muito pequenas propriedades exploravam a terra, através de arrendamentos ou sistemas de parceria.

Em suma, observamos que a predominância do regime de exploração direta de propriedades, concentradas nas muito pequenas e grandes propriedades, estava ligada a diversos fatores. Entre eles, o fato de nas muito pequenas unidades o proprietário aí residir com sua família, explorando diretamente o solo. Nas grandes unidades, no entanto, o absenteísmo era bastante significativo (Tabela 10) (72,7% da classe) e com residência local (27,3%). O proprietário, em geral pecuarista, não precisando de muitos "braços" para explorar sua propriedade, o fazia sozinho, ou apenas com o auxílio de um "capataz".

O absenteísmo se fazia presente de forma bastante significativa também nas médias propriedades. Nestas, ou seja, 83,3% delas, os proprietários preferiam manter sua moradia também no núcleo urbano (com residência no imóvel rural apenas 16,6% das propriedades), e serem auxiliados pelo trabalho do administrador e sua família, que em geral moravam no próprio local de trabalho e executavam as mais diversas tarefas.

Nos pequenos estabelecimentos rurais, os proprietários residiam no local em 45,0% dos casos, e nos muito pequenos em 48,1%.

O proprietário rural, na sua maioria, era originário do Exterior (31,4%), de descendência portuguesa, japonesa, espanhola, alemã, síria e russa. Do próprio Estado (28,5%), do município (24,3%) e de outros Estados da Federação (15,7%) (Tabela 11). O baixo índice de escolaridade era evidente, pois 42,9% dos proprietários eram semi-analfabetos, 32,8% tinham instrução primária completa, 2,8% secundária, 12,9% com nível superior e 8,6% analfabetos, refletindo o estágio cultural da população entrevistada (Tabela 12).

Os regimes de trabalho da população rural (Tabela 13) seguiam várias modalidades. O trabalho assalariado ocorria em todas as classes de área dos estabelecimentos rurais: 44,4% à 1ª; 35,0 à 2ª; 33,3% à 3ª e 41,4% às grandes. As formas mistas (temporário e permanente) correspondiam 3,7% à 1ª; 5,0% à 2ª; 8,3% à 3ª e 7,1% às grandes. Empregados bóias-frias e permanentes eram mais comuns no quadro de trabalho rural. Ocorria em 18,5% da 1ª; 40,0% da 2ª; 50,0% da 3ª; e 28,5% da 4ª classe. Incluindo os três sistemas (bóia-fria, temporário e permanentes) somente as pequenas, em 15,0%; médias 8,3% e grandes 18,2%. Não possuíam empregados de um modo geral, 33,3% da 1ª classe e 5,0% da 2ª. Em suma, destacava-se a modalidade de contratação de empregado permanente

em 41,4% de todas as classes de estabelecimentos rurais. Com dupla forma (bóia-fria e permanente) em 28,5% daqueles.

Tais regimes de trabalho eram difundidos em todas as classes de área das propriedades rurais do município. Porém, o regime de trabalho permanente era mais significativo nas grandes propriedades, ou seja, em 54,5% da classe, motivado pelo absenteísmo do proprietário rural. Nas muito pequenas, também, o trabalho assalariado permanente se sobressaía em relação aos demais, correspondendo a 44,4% da classe.

Nas médias propriedades, onde se concentravam as classes de propriedades que mais se dedicavam à lavoura, aparecia em mais de 50,0% dos casos o regime de trabalho assalariado permanente e do "bóia-fria". Ora permanente, permanente mais temporário, permanente mais "bóia-fria", permanente mais "bóia-fria" mais temporário; analisou-se, porém, o que é mais significativo dentro do conjunto.

Ainda com respeito ao trabalhador permanente assalariado rural, tínhamos a importante figura do "peão", que chegava a exercer atividades múltiplas ou triplas. Isso ocorria quando o estabelecimento rural de categoria de exploração dupla, ou seja, ligada à agropecuária, por ocasião do cultivo e colheita dos produtos agrícolas, necessitava de maior número de braços. Desta forma, ele e sua família dirigiam-se para o campo.

A mão-de-obra rural, além de ser composta pelos assalariados permanentes, temporários e "bóias-frias", conforme foi visto, apresentava-se também com alto índice de trabalho ocupado pela mão-de-obra feminina, que chegava a atingir 91,6% das propriedades que possuíam empregados (Tabela 14).

TABELA 9
REGIME DE EXPLORAÇÃO

CLASSES DE ÁREA EM Ha	Direto		Indireto		Misto	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
0 a 30 N = (27)	19	70,3	1	3,7	7	25,9
30 - 100 (20)	11	55,0	—	—	9	45,0
100 - 500 (12)	8	66,6	—	—	4	33,3
+ q. 500 (11)	9	81,8	—	—	2	18,1
Total (70)	47	67,1	1	1,4	22	31,4

Fonte: Pesquisa de Campo — Bastos, M. Antonieta T. R., 1972.

TABELA 10
RESIDÊNCIA DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS

CLASSES DE ÁREA EM Ha	Res. local		Res. urbana	
	N.º	%	N.º	%
0 a 30 N = (27)	13	48,1	14	51,8
30 a 100 (20)	9	45,0	11	55,0
100 a 500 (12)	2	16,6	10	83,3
+ q. 500 (11)	3	27,2	8	72,7
Total	27	38,5	43	61,4

Fonte: Pesquisa de Campo — Bastos, M. Antonieta T. R., 1972.

TABELA 11
LOCAL DE ORIGEM DO PROPRIETÁRIO RURAL

Do Município	Do próprio Estado	De outros Estados	Do Exterior
Número	Número	Número	Número
17	20	11	22
% 24,2	% 28,5	% 15,7	% 31,4

Fonte: Pesquisa de Campo — Bastos, M. Antonieta T. R., 1972.

TABELA 12
NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO PROPRIETÁRIO RURAL

Classes de área	número analfabeto		n.º semi- analfabeto		primária		secundária		superior	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
0 a 30	5	18,5	13	48,1	7	25,9	2	7,4	—	—
30 a 100	1	5,0	12	60,0	5	—	—	25,0	2	10,0
100 a 500	—	—	4	33,3	4	33,3	—	—	4	33,3
500 p/ +	—	—	1	9,0	7	63,6	—	—	3	27,2
Total	6	8,5	30	42,8	23	32,8	2	2,8	9	12,8

Fonte: Pesquisa de Campo — Bastos, M. Antonieta T. R., 1972.

TABELA 13
REGIME DE TRABALHO ASSALARIADO

Permanente		Temporário + Permanente		Bóia Fria + Perman.		B.F. + Tempor. + Perman.		Sem Empregado		
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
12	44,4	1	3,7	5	18,5	—	—	9	33,3	
7	35,0	1	5,0	8	40,0	3	15,0	1	5,0	
4	33,3	1	8,3	6	50,0	1	8,3	—	—	
6	54,5	2	18,1	1	9,0	2	18,1	—	—	
Total	29	41,4	5	7,1	20	28,5	6	8,5	10	14,2

Fonte: Pesquisa de Campo — Bastos, M. Antonieta T. R., 1972.

TABELA 14
MÃO-DE-OBRA FEMININA, INFANTIL E NORDESTINA
(valores relativos às propriedades que possuem empregados)

Ano 1972

Classes de Área — Ha.	n.º de propriedades com empreg.	Menores		Menores em Escola		Mulheres		Propried. com Nordestinos	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
0 a 30	18	15	83,3	7	38,8	18	100,0	8	44,4
30 a 100	19	13	68,4	7	36,8	19	100,0	8	42,1
100 a 500	12	11	91,6	5	41,6	12	100,0	9	75,0
+ 500	11	14	36,3	2	18,1	6	54,5	5	45,4
Total	60	43	71,6	21	35,0	55	91,6	30	50,0

Fonte: Bastos, M. Antonieta T. R., 1972: pesquisa de campo.

A mão-de-obra feminina era utilizada em todas as classes de propriedades (na totalidade destas) com exceção das grandes, onde apenas 54,5%

da classe ocupava essa mão-de-obra em atividades ligadas a cultivos agrícolas em geral.

O menor, de forma menos representativa que as mulheres, se fazia presente em 71,7% das propriedades que possuíam empregados (Tabela 14). Nas médias propriedades esse quadro era mais representativo, pois com maior frequência dedicavam-se a atividades agrícolas, acolhendo portanto maior número de mão-de-obra na lavoura. Esse percentual tendia a aumentar, em função da diminuição areolar dos estabelecimentos. Esse aspecto, já foi observado outras vezes, quando explicávamos o processo de expansão da atividade agrícola em áreas menores. Lacoste define muito bem essa situação, afirmando que "a criança que trabalha desde idade precoce, contribui significativamente com a ajuda na agricultura. Dos vários fatores, entre eles o caráter não obrigatório da escolaridade, o desemprego crônico dos pais provocam essa demanda de mão-de-obra infantil... compondo as massas volumosas dos 'bóias-frias'". Continuando, o autor ressalta que nas cidades "a criança exerce com mais sucesso que o adulto numerosas tarefas (mendigo, transportador, vendedor de balas, engraxate) e com menor risco as atividades ilegais" (Lacoste, 1966:120).

Caberia um estudo específico sobre a mão-de-obra feminina e infantil na área em estudo e suas implicações produtivas ⁽²⁰⁾.

-
- (20) A vida escolar do menor, como trabalhador rural tornava-se prejudicada, pois este, além de ir para o campo principalmente na época das colheitas do algodão e do amendoim, que corresponde ao período letivo, prejudicando sua atividade escolar, chegava, em alguns casos, a abandonar as aulas. Outro fator, que levava o aluno rural ao abandono de suas atividades escolares, estava vinculado ao fenômeno da mobilidade rural, comum na paisagem agrária do município. Este fenômeno notabilizava-se principalmente quando a terra era explorada por arrendatários que, na maioria das vezes, estabeleciam contrato com o proprietário por 1 ou 2 anos, com a finalidade de explorar a terra através da agricultura. Nesses casos, era comum o proprietário arrendar parte de suas terras, principalmente as que necessitam de adubação para melhoria de pastagens. Assim, o arrendatário comprometia-se logo após a exploração agrícola que vinha sendo efetuada, a entregar a terra plantada com capim, trazendo desta forma a renovação das pastagens. Desta forma, o menor rural que por razões de mudança para outro lugar, ao findar o contrato de arrendamento que havia sido feito, acabava interrompendo suas atividades escolares.

Para atender a esse problema da mobilidade rural, a Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau mantém escolas de "emergência", que se mudam de um para outro lugar dependendo das necessidades, acompanhando o movimento dos arrendatários dentro do espaço rural.

De acordo com os dados levantados pela Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau, observa-se que, no ano de 1971, as escolas rurais possuíam alunos matriculados nas quatro séries do primeiro grau, distribuídos da seguinte forma: 49,4% do total de alunos frequentavam a 1.ª série do 1.º grau; 24,2% a 2.ª; 15,0% a 3.ª e 11,5% a 4.ª série. Dos 695 alunos matriculados naquele ano, 35,7% possuíam idade superior a 10 anos, agravando o problema do escolar rural que, além do baixo índice de escolaridade, possuía elevada faixa etária, isto é, com idade mais velha que o normal das escolas urbanas.

3. O Uso do Solo e os Condicionantes Geo-Econômicos:

As formas de uso do solo no Município de Presidente Venceslau seguiam um padrão de relativa homogeneidade quanto às categorias de exploração dentro da região. A predominância das pastagens, que se estendiam de um modo geral em toda extensão do espaço rural do município, eram justificadas pela presença determinante das atividades pecuárias de exploração extensiva na quase totalidade. Favorecidas pela constância da topografia de relevo suave, que dominava 78,5% da área regional, as pastagens distribuíam-se ora intercaladas por pequenas áreas de culturas, capoeiras e matas ocupando as várias feições morfológicas do município, (fotos 1 a 5) ora nas baixas colinas que não ultrapassavam 500 metros (e ocupavam 35% da área total do município), em suas encostas cuja variação altimétrica oscilava entre 300 e 400 metros ou mesmo nas baixadas e planícies aluviais, que se estendiam em menor área, ou seja, 29%, com variação altimétrica entre 200 e 300 metros (Prancha II).

Ao elaborarmos a carta de uso do solo (Prancha V) consideramos as áreas de pastagens onde não havia a presença de campos sujos. Isso não implica que estes não fossem utilizados, na alimentação do gado, apesar de ocuparem menor área que as pastagens propriamente ditas. Estas e aqueles estavam presentes nas áreas de menor movimento do relevo, onde o Latossol Vermelho-Escuro Fase Arenosa, oriundo da Formação Bauru, composto por arenitos, siltitos conglomerados e argilitos, ocupavam 55% da área do município. Os solos dessa formação caracterizavam-se pelo baixo teor em argila, matéria orgânica de baixíssima capacidade de retenção de fertilizantes e grande facilidade de erosão. Localizados na porção norte e na oeste-sudoeste do município (onde a variação altimétrica oscila entre 300 e 400 metros), área em que com maior frequência apareciam as capoeiras, vestígios da antiga ocupação de matas da área. Somente na porção oeste, também ocupada pelo Latossol Vermelho-Escuro Fase Arenosa, encontravam-se algumas áreas ocupadas por culturas. Essas culturas, de um modo geral anuais e de meia-estação, eram formadas pelas lavouras de algodão, amendoim, mamona e milho, principalmente. Poucas eram as áreas ocupadas por matas nessa porção do município, porém a maior delas, localizada a noroeste, próxima à cabeceira do ribeirão Afluente Grande, em sua maior parte revestia a superfície do Latossol Vermelho-Escuro Fase Arenosa (Prancha V).

Nessas áreas, constituídas por esse tipo de solo, a escassez da rede de drenagem era uma das suas características principais. Desta forma, devido ao fato de terem sido ocupadas por "cerrados", onde a característica marcante do solo é a ausência de calcário, apesar de normalmente férteis necessitavam de calagem, conservação e eram restritos para mecanização. Assim, devido à inexpressiva presença da rede de drenagem, as proprie-

dades rurais aí localizadas, com predominância de exploração pecuária, recorriam a técnicas artificiais de abastecimento de água para o gado (fotos 6, 7 e 8).

As culturas, de um modo geral, distribuídas em pequenas parcelas esparsas e intercaladas por extensas pastagens, estavam presentes com maior intensidade nas áreas de maior movimentação do relevo, cujas altitudes oscilavam entre 400 e 500 metros.

Portadores de relativo grau de fertilidade, os solos de Lins e Marília, variação Marília, aí presentes e classificados na categoria de "bons", ocupavam posições topográficas superiores, sendo menos profundos que a variação Lins. Nessas áreas, predominava a ocupação do solo pelas culturas agrícolas, grandes áreas de pastagens e em menor escala os campos sujos. As parcelas cultivadas em geral estavam localizadas próximas aos cursos d'água. Estes, em maior número nessa área, devido à significativa rede de drenagem comum aos solos da variação Marília.

A variação Lins ocupava menor área do município (18%), numa extensa faixa localizada ao sul, percorrendo o curso do rio Santo Anastácio e ribeirão Saltinho, além de uma pequena porção situada a oeste, na direção centro-leste do município. Nestes solos a ocupação era mais diversificada, quebrando a monotonia usual dos demais de variação Marília e Latossol Vermelho-Escuro Fase Arenosa. Eram em geral utilizados, em grande parte, pelas culturas anuais, concentradas mais a oeste numa pequena mancha desse solo, nas proximidades das cabeceiras dos córregos Água da Colônia e Andorinha. Esse tipo de solo também caracterizava-se pela presença de maior número de matas, distribuídas pelo município, além de campos sujos e algumas manchas de capoeiras. Essas diversas formas de ocupação coincidiam com as áreas de topografia mais suave, composta na maioria das vezes pelas baixadas e planícies aluviais (que variavam entre 200 e 300 metros de altitude) (Prancha IV).

As áreas de inundação das bacias do rio do Peixe e parte do Santo Anastácio, compostas pelos solos hidromórficos, em geral pouco aproveitadas, continham a presença da vegetação de várzea (fotos 11, 12 e 13).

Apesar dos solos do Município de Presidente Venceslau apresentarem algumas restrições quanto ao seu uso, eram considerados, de um modo geral, de acordo com o Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado de São Paulo, efetuado pelo Ministério da Agricultura, como solos de padrão bom em 58,7% da área da sub-região de Presidente Venceslau e de regulares para não adequados em 40,3%. Em relação aos das outras sub-regiões (Dracena, Presidente Prudente, Adamantina e Osvaldo Cruz), eram os que apresentavam maior capacidade de uso. Essa classificação foi feita considerando a fertilidade natural, erosão, maior ou menor

capacidade de retenção das águas e problemas ligados à mecanização. Mesmo assim, necessitavam do emprego de técnicas conservacionistas de caráter edáfico, mecânico e vegetativo, visando obter maior produção.

Outros condicionantes físicos, além do solo, relevo, hidrografia etc., contribuíam para uma maior ou menor intensidade do uso do solo no Município de Presidente Venceslau. Dentre eles, o clima era um dos elementos que apresentava maior restrição quanto à viabilidade ou não do cultivo de determinados tipos de plantas, além das tradicionalmente existentes na área. Estas, de acordo com as condições hídricas normais para a região, encontravam-se bem adaptadas, apesar de ocorrer a presença de "déficit" pluviométrico, chegando a atingir mais de um mês de seca no período vegetativo dessas plantas, ocasionando sérios problemas na produção agrícola local e regional.

Na região ⁽²¹⁾, as referidas plantas de meia-estação e culturas anuais eram plantadas de acordo com o seguinte calendário agrícola (Tarifa, 1970:47):

Culturas	Plantio	Cuidados	Colheita
Algodão	out/nov	dez/fev	fev/mar/abr
Amendoim (seca)	mar/abr	mai/jun	set/out
Amendoim (águas)	out/nov	dez/jan	fev/mar
Feijão (águas)	setembro	out/nov/dez	janeiro
Batata (águas)	set/out	nov/dez/jan	fev/mar
Feijão (seca)	abril	mai/jun	julho
Batata (seca)	abril	mai/jun/jul	agosto

Para o Município de Presidente Venceslau observamos que o calendário de atividades agrícolas (Prancha XIII) apresentava-se com uma pequena variação em relação ao da região de Presidente Prudente, no tocante à época favorável ao cultivo, tais como: preparo da terra, plantio, tratamentos culturais e pousio, para as culturas de amendoim e algodão.

Além dessas culturas constantes no calendário agrícola do Município de Presidente Venceslau e da região, Tarifa (1970:48) sugeria a viabilidade

(21) Região Fisiográfica de Presidente Prudente.

de introduzir-se na região outras plantas. Apresentava, porém, possíveis restrições ao sucesso do empreendimento, a saber:

Para o café, colocava a problemática dos solos esgotados e de umidade, apesar desta última ser de menor proporção. Para a cana-de-açúcar, propunha estudos mais acurados, a respeito do rendimento econômico dessa planta em relação a outras áreas produtoras.

Para as culturas da seringueira, do coqueiro da Bahia, da laranja, do milho, da soja e do girassol, não estabelecia restrições. Porém, para o cultivo da videira, esclarecia que somente a americana encontrava condições favoráveis de cultivo na região, sendo esta inapta para a videira européia.

Quanto ao cultivo do trigo, estabelecia viabilidade com relação à utilização de espécies precoces, como as cultivadas na Índia e no México, em latitudes semelhantes à da região.

Entre outras, especificava a cultura do abacaxi, banana, mamão e caqui, como viáveis de serem cultivadas, posto que favorecidas pelas condições climáticas.

Sugeriu estudos mais completos para todo o Sudoeste Paulista, visando uma valorização e ocupação mais efetiva das terras, através de uma racionalização da agricultura.

4. As atividades agrícolas: o significado destas no Município e Região

Baixos índices de produtividade da terra e do trabalho caracterizavam o espaço agrário venceslauense e região de Presidente Prudente, de forma semelhante ao observado por Ceron (1972:10), para o planalto norte-ocidental paulista. Porém, ao observarmos o baixo índice de aproveitamento da mão-de-obra rural, deparamos com altas rentabilidades brutas, ocasionadas pela pecuária. No entanto, se a rotação de pastagens for insuficiente, baixas rentabilidades e densidades poderão também ser constatadas. No caso específico de Presidente Venceslau, observamos notadamente para as grandes propriedades a subutilização das pastagens, com 0,957 cabeças/ha., sendo as pequenas e médias mais produtivas, com 1,6 cabeças/ha (Bastos, 1984:90).

No município a atividade policultora das culturas anuais e de meia-estação, distribuía-se de forma difusa no espaço rural (dentre elas o algo-

ção, amendoim, milho, feijão, etc.) e foram englobadas como uma única e importante forma de utilização da terra (culturas), as quais, na grande maioria, estavam combinadas a outras formas de uso, a exemplo do que ocorreu na região norte-ocidental do Estado (Ceron, 1972:18).

Cita o autor que é comum observar-se que “a retirada de um dos cultivos basicamente comerciais do sistema, como é o caso do algodão, que se efetua quando as cotações de preços do ano em curso, para o produto, são consideradas insatisfatórias ou quando o agricultor não possui condições financeiras naquele ano para levar avante o cultivo de um produto de custo de produção relativamente elevado”. Justifica ainda Ceron (op. cit.:22), que esta é uma das razões de ter optado pela classificação dessas culturas como cultivos anuais, levando em consideração o sistema agrícola e não a lavoura isoladamente. Desta forma, resolvemos adotar o mesmo critério quando nos referimos a culturas anuais no transcórre deste capítulo.

Antes de analisarmos o gráfico de rendimento por hectare, área ocupada e preço médio para cada cultura nos anos agrícolas do período de 1968 a 1973 (Prancha XIV) para o Município de Presidente Venceslau e microrregião, veremos como essas culturas e a pecuária se comportavam no ano agrícola de 1962, no Planalto Ocidental em geral e no Município de Presidente Venceslau em particular, de acordo com o mesmo autor (1973:55).

Este cita a atividade cotonicultora como de destaque há mais de duas décadas no Planalto Ocidental, afirmando que ela trouxe notável papel social, como o “produto único de caráter comercial, dentro do sistema de rotação provocado pelos parceiros ou arrendatários sem terras” (Ceron, 1972:22). Realmente, em 1953, a produção do algodão atingiu 4.885.420 arrobas (73.281.300 quilos), sendo os Municípios de Santo Anastácio, Presidente Venceslau e Pacaembu os maiores produtores (Lopes, 1957:170).

Em 1951, devido ao domínio de grandes áreas de pastagens, o tamanho médio da propriedade agrícola nessa época era de 341,2 ha, sendo a referida área (do Sertão da Alta Sorocabana), segundo Lopes (op. cit: 170), a de maior média do Estado.

Comportava, em 1953, 539.200 cabeças de gado bovino, onde mais de 80% delas concentravam-se nos Municípios de Presidente Venceslau, Presidente Epitácio e Santo Anastácio, apesar de serem os mais próximos do rio Paraná os que mais se dedicavam à pecuária (Idem, 1957:170).

Nas décadas de 70 e 80 no Município de Presidente Venceslau e região, ainda predominavam grandes extensões fortemente orientadas para a produção do rebanho bovino, destinado ao abate, em detrimento das áreas agrícolas que se dedicavam ao cultivo de plantas tropicais comerciais,

as quais obedeciam dentro da microrregião e Município de Presidente Venceslau comportamentos semelhantes em algumas culturas (Prancha XIII).

Ceron classificava a cultura algodoeira, na intensidade de terceira classe para o Município de Presidente Venceslau, em termos de áreas mais representativas, no ano de 1962, para o Estado de São Paulo. Estabelecia para o município uma faixa entre 9.560 a 5.620 hectares ocupados por essa cultura (Ceron, 1972:55).

Dentro do Sudoeste Paulista, de um modo geral, somente os Municípios de Martinópolis e Caiabu equiparavam-se à intensidade de área ocupada para o Município de Presidente Venceslau. Os demais estavam enquadrados na intensidade de primeira, segunda e quarta ordem. Na categoria de primeira ordem encontravam-se os Municípios de Santo Anastácio, Mirante do Paranapanema, Estrela do Norte, Narandiba, Tarabaí, Pirapozinho, Presidente Prudente e Rancharia. Para a categoria de segunda ordem, Santo Anastácio, uma parte do Município de Teodoro Sampaio, Presidente Bernardes, Maracaí, Cruzália e Iepê. Na categoria de quarta ordem, os Municípios de Regente Feijó, Anhumas, Indiana, Sandovalina, Piquerobi, Dracena, Ouro Verde, Presidente Epitácio e grande parte de Teodoro Sampaio.

Os demais Municípios de Caiuá, Taciba, João Ramalho e Paraguaçu Paulista não estavam enquadrados como participantes das áreas mais representativas do cultivo do algodão, em 1962, para o Estado de São Paulo.

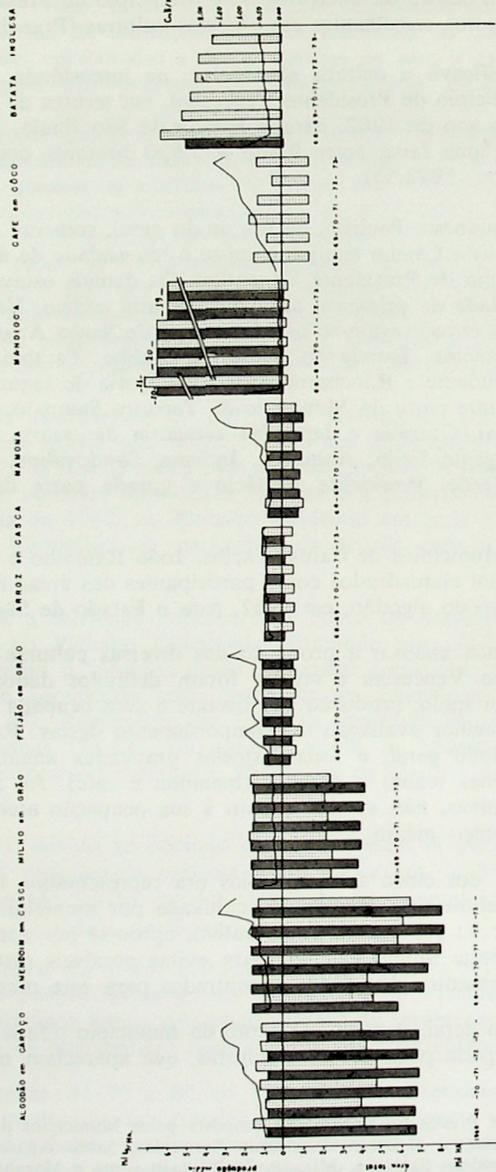
Ao procurarmos analisar a produção das diversas culturas no Município de Presidente Venceslau e região, foram definidos dados relativos ao preço médio por quilo, produção por hectare e área ocupada por cultura, visando uma melhor avaliação do comportamento destas. Referimos a cultura, de um modo geral, a todas aquelas praticadas anualmente (na maioria), semiperenes (cana) e perenes (mamona e café). As anuais são as mais representativas, não apenas quanto à sua ocupação areolar, como sua produção e preço médio.

No decorrer dos cinco anos agrícolas ora representados no município e região⁽²²⁾ definiu-se a área média cultivada por município (Prancha XIII) por se tratar de um gráfico comparativo, optou-se por excluir Presidente Venceslau deste último cálculo, para evitar possíveis distorções no valor médio, provenientes dos dados encontrados para este município.

De um modo geral, o comportamento do município diferia da região quanto à área ocupada pelas diversas culturas, que apareciam mais repre-

(22) Microrregião de Presidente Venceslau, composta pelos Municípios de Presidente Venceslau, Presidente Epitácio, Presidente Bernardes, Santo Anastácio, Piquerobi, Caiuá, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema e Marabá Paulista.

ÁREA TOTAL, PRODUÇÃO E PREÇO MÉDIO dos PRODUTOS AGRÍCOLAS no MUNICÍPIO de PRES. VENCESLAU E MICRO REGIÃO — período de 1968 a 1973 —



Ficha - Departamento de Estatística, de I. S. Paulo
 - Serviço de Economia e Planejamento
 - Sistema de Estatística de Indústria, Produto e Anual

Org. e desenho - R. Almeida

sentativas no município. Dentre essas de maior expressão destacava-se o algodão, que, quanto à área e produção, permaneceu estável, ocupando quase o dobro da área verificada para a região, na qual sua oscilação era maior. Apesar de se destacar com maior área ocupada, sua produção por hectare era inferior à da região. O preço médio dessa cultura, no entanto, sofreu sensíveis aumentos consecutivos, sem se refletir no aumento de produção e na área total.

O amendoim sobressaiu também em relação à região, porém em menor proporção que o algodão, sofrendo aumentos gradativos consideráveis na área ocupada no município e na região. Saliente-se que o desempenho dessa cultura foi melhor no município que na região, pois a produção por hectare apresentou-se constante no município, sendo maior que na região, onde esta permaneceu mais instável. Seu valor médio por quilo também aumentou consideravelmente, apesar de ocorrer em menor escala que o algodão, sendo bastante significativo no ano agrícola de 1972/73, tal como se observa também para o algodão.

O milho, também de significativa expressão, apesar de sua área cultivada ser bem menor que as do algodão e do amendoim, tem sua produção por hectare quase equiparada àquelas, tanto no município como na região. Sua área ocupada no município permaneceu, no período, maior que na região, com pequenos aumentos consecutivos. Se analisarmos essa cultura em relação às demais, observamos que também o arroz e a mandioca eram as únicas que não sofreram oscilações no valor de mercado, permanecendo estáveis. O aumento observado na área ocupada pela cultura do milho, que se caracterizava no município como atividade agropecuária, acredita-se estar diretamente ligado ao predomínio cada vez mais significativo da criação bovina, servindo, pois, de alimento ao gado.

As demais culturas de meia-estação (feijão, arroz) e semiperenes (mamona), de pouco significado para a economia local e regional, apresentavam-se com comportamento estável no tocante à área ocupada e produção média por hectare. Ressalve-se, a mamona e o feijão com respeito ao preço médio, que oscilava sensivelmente, acompanhando provavelmente o valor do mercado, principalmente no ano agrícola de 1972-73 e de 1969-70, para o caso específico do feijão. Das culturas citadas acima, somente o arroz era insignificante no tocante à área ocupada no município, não atingindo 200 hectares, ao passo que na região sua área cultivada oscilava em torno de 500 hectares por município.

A mandioca, de pouco significado para a economia local e regional, apresentava valor bastante estável, não só em relação ao preço e área cultivada como na produção por hectare. Apesar de ser uma cultura quase totalmente inexpressiva, era também utilizada, como o milho, para alimento do gado. No entanto, na região, sua área cultivada era maior que no município.

As culturas de café e batata (inglesa), praticamente inexistentes no município, somente se fizeram presentes na região, exceção feita ao ano agrícola de 1968-69 para a batata quando, no município se fez representar atingindo uma produção média por ha equiparável às obtidas na região nos demais anos agrícolas. Apesar de sua área permanecer insignificante e sem oscilações na região, acusando decréscimo na produção, seu valor no mercado era ascendente dentro do período.

De um modo geral, a análise da evolução dos preços atingidos por todas essas culturas representadas deverá ser feita considerando-se as desvalorizações da moeda durante o período observado (1968-1973).

Os picos apresentados de forma considerável para as diversas culturas, com exceção do milho, arroz, mandioca e batata, no ano agrícola de 1972-73, são provavelmente de ordem econômica, ou seja, de interferência no mercado nacional e externo. Dessa forma, essas oscilações não se refletem na produção e área ocupada para cada cultura.

As culturas analisadas durante o período de 1968 a 1973, no município e microrregião, seguiam no espaço agrário do município, em particular, uma série de etapas quanto ao cultivo propriamente dito.

Constatamos dois períodos mais ou menos distintos. O primeiro, correspondente ao preparo da terra, plantio e tratos culturais, em geral de junho a dezembro, estendendo-se em alguns casos até janeiro e fevereiro, dependendo das necessidades de cada planta. Outro período, bem mais distinto, refere-se às atividades de colheita dos produtos agrícolas, de janeiro a junho, em geral, estendendo-se, em alguns casos, até julho e agosto (Prancha XIV).

Cabe ressaltar que o período de pousio da terra, na prática do sistema de cultivos anuais, ocorria no período de janeiro a julho em apenas 7% dos estabelecimentos rurais.

Esses cultivos estavam sujeitos, na quase totalidade dos estabelecimentos rurais, ao sistema de rotação de culturas. Ora por rotação de culturas anuais sem pousio, ora com pastagens periodicamente renovadas.

Seguia-se, em menor escala, difundida em mais de 50% dos estabelecimentos rurais, a técnica de adubagem de terra, a qual visava também a melhoria da produção.

Para esse fim são empregados adubos de origem animal, vegetal e química. Ainda com a mesma finalidade e visando a melhoria da qualidade, 24,5% das propriedades rurais adotavam a técnica do enxerto.

Aproximadamente 70% dos estabelecimentos rurais selecionavam as espécies através de mudas, na maioria dos casos (73%), e também através de sementes (em 67% deles).

Observamos, porém, que, apesar de adotarem as mais variadas técnicas, o agricultor, em geral, não deixava de servir-se das primitivas e tradicionais. Isto pudemos constatar em 60% dos estabelecimentos rurais.

Para o combate às pragas, comuns em toda região e que trazia sérias ameaças à vida agrícola, os agricultores empregavam fungicidas, inseticidas e outros. Utilizavam-se do primeiro 64% dos estabelecimentos e 74% dos demais. Ocorriam maior aplicabilidade destes nas médias e grandes propriedades, que se dedicavam às culturas do algodão e do amendoim.

Para suprir as deficiências climáticas advindas da escassez de chuvas, apenas alguns municípios próximos beneficiavam-se com a técnica de irrigação. Para Presidente Venceslau não se encontrou nenhum caso significativo. O trabalho mecanizado, favorecido pela topografia suave, era difundido, porém, em pouco menos da metade dos estabelecimentos rurais (45%). A mecanização aparecia com maior expressão conforme aumentava a área dos estabelecimentos, de maneira a observar-se nas médias e grandes propriedades a presença de maior número de implementos agrícolas. Nas pequenas propriedades esse sistema era insignificante, sobressaindo-se o trabalho manual ou por animais de tração. Evidenciava-se o grau de mecanização vinculado ao poder aquisitivo do fazendeiro, arrendatário ou sítian-te, bem como o padrão sócio-cultural destes.

Em geral, o uso da mecanização era favorecido por incentivos agrícolas, de âmbito federal ou estadual. Nossa pesquisa constatou que 55% dos casos utilizava-se de financiamentos, sendo o restante efetuado através de recursos próprios.

A respeito do calendário de atividade de preparo da terra, plantio, tratos culturais, colheita e pousio, observamos o seguinte para cada cultura (Prancha XIV).

No tocante à cultura do amendoim das secas, constatamos que o período de aplicação das técnicas de cultivo diferem bastante das adotadas na região, pois as atividades de preparo da terra e plantio começavam mais cedo ainda que o algodão (janeiro/fevereiro), advindo a colheita no período de abril a maio. A seguir, preparava-se a terra novamente (junho/julho) para o plantio de amendoim das águas (julho/agosto), recebendo tratos culturais durante o período que se seguia, para ser colhido em dezembro e janeiro.

Os cotonicultores iniciavam as atividades de cultivo do algodão nos meses de agosto e setembro, época em que a terra era preparada para seu plantio ser efetivado em setembro e outubro; recebendo tratos culturais em novembro, dezembro e janeiro, para logo após ser iniciada a atividade de colheita, que se estendia até meados de abril, ficando a terra em pousio de abril a julho.

Para as demais culturas, como o milho, mamona, cana para forragem e crotalária, observamos o seguinte:

O milho era plantado durante o período seco (julho/setembro), antecedido pelo preparo da terra nos meses de junho e julho, para ser colhido no período chuvoso de janeiro/março, ficando a terra em pousio durante o período de abril a maio. Esta cultura era quase que exclusivamente utilizada para a alimentação do gado, animais de custeio, porcos, galinhas, etc. Era usado no período seco do ano, em forma de concentrado⁽²³⁾ (torta de algodão, milho e outros). Esse tipo de alimentação era utilizado em apenas 10% dos estabelecimentos rurais.

No ano de 1962, sua área representativa era demarcada pelos Municípios de Presidente Venceslau, parte de Teodoro Sampaio, Marabá Paulista, Santo Anastácio, Martinópolis e Caiabu, classificados na quarta categoria de intensidade de ocupação. Na terceira categoria encontrava-se apenas o Município de Mirante do Paranapanema.

A cana para forragem, devido sua aplicação, era de sistema de cultivo semiperene⁽²⁴⁾ e utilizada em mais de 24% dos estabelecimentos rurais, para suprir a falta de alimento ao gado, no período seco, como ingrediente da capineira⁽²⁵⁾. Depois de preparada a terra, durante o período de julho a outubro, plantada nos meses de setembro, outubro e novembro, recebendo tratamentos culturais por um período bem longo: de novembro a maio. Colhida em junho e julho, época em que se tornava escasso o alimento comum ao gado, principalmente capim e leguminosas.

O capim, base da alimentação bovina na região e especialmente no Município de Presidente Venceslau, era plantado no período chuvoso, quando da reforma das pastagens, não requerendo período de descanso da terra.

Esses cultivos formados pelo capim correspondiam às pastagens que, de um modo geral, ocupavam os topos e meias encostas das colinas, circundando quase sempre os pequenos e médios cursos d'água.

Entre outras culturas, de aplicação direta na pecuária, notava-se a soja e a mandioca, que não constavam do calendário agrícola por não serem significativas na economia agrícola do município e pelo fato de serem cultivadas em apenas alguns estabelecimentos rurais.

(23) O alimento *concentrado* era composto pela torta de algodão, milho e outros alimentos.

(24) Classificamos a cana para forragem como de cultivo semiperene, pois, após a sua colheita, ocorre o período de rebrota para nova colheita. Essas fases processavam-se consecutivamente durante um período de 5 a 6 anos, quando ocorria novo plantio.

(25) A *capineira* era composta pela mistura da cana, mandioca e outros alimentos.

Outras culturas, também de pouco significado na economia regional, também cultivadas anualmente para atender às necessidades de autoconsumo, eram em parte comercializadas. Entre elas, feijão, arroz, batata e girassol. O arroz, também insignificante na economia agrária do município e da região, somente foi expressivo na década de 50, quando no ano de 1953 atingia 438.000 sacas na denominada zona do sertão da Alta Sorocabana, destacando-se como maiores contribuintes os Municípios de Dracena e Pacaembu (Lopes, 1957:170).

A mamona e a crotalária visavam a comercialização direta, atendendo às indústrias como matéria-prima para a fabricação do óleo e papel, respectivamente. A última leguminosa, de ciclo vegetativo curto (4 meses), tinha sido introduzida recentemente no Município de Presidente Venceslau e em outros da região (Piqueroji, Caiuá, Presidente Epitácio, Marabá Paulista) e demais áreas circunvizinhas da Alta Noroeste, de Araçatuba e Penápolis, além do Município de Presidente Prudente. Ocupava em cada um dos municípios citados a área média de 242 ha, exceção feita ao Município de Caiuá, com 605 ha aproximadamente.

A crotalária ocupava lugar de destaque entre as demais culturas tradicionais na região pelas características peculiares da planta, quanto ao seu aproveitamento, mercado e transporte.

O cultivo da crotalária apresentava rendimento econômico baseado em três etapas diferentes: semente, fibra e adubo vegetal. Quando utilizada visando o aproveitamento de sementes, o plantio e a colheita eram antecipados dentro do calendário normal dessa planta. Nesse particular, a planta chegava a atingir o porte de mais de 2,50 metros de altura. Quando para fins de exploração da fibra vegetal, a colheita ocorria antes da planta atingir o referido porte. Devido aos graves problemas de “doenças do solo”, entre elas o fungo, essa cultura necessitava de constante rotação de terras, contribuindo conseqüentemente para a adubação vegetal. Observa-se comumente o arrendamento de terras para o cultivo dessa planta em áreas de estabelecimentos que visavam, mais tarde, a reforma das pastagens, a “polimização”; quando feita por processo natural, era prejudicada pelo extermínio de insetos, por ocasião do ataque às pragas através de inseticidas e fungicidas, nas áreas onde se cultivava o algodão e o amendoim, principalmente. Quando, por esse motivo, a “polimização” deixava de ser natural, tornando-se necessária a intervenção da mão do homem, acarretando mais uma vez distúrbios ecológicos e de proteção ambiental, como ocorria nas culturas do algodão e amendoim principalmente.

O cultivo da crotalária, entre outros problemas, enfrentava constantemente a falta de área, pois para se tornar rentável requeria áreas mínimas de 70 hectares. Devido à falta de áreas para o seu cultivo, aproveitava-se

áreas bem menores, de até 12 hectares. Isto se explicava pela grande ocupação das áreas pela pecuária em moldes extensivos, no município e na região. Assim, procurava-se constantemente outras áreas próximas, em municípios pertencentes à região de Presidente Prudente ou fora dela, mesmo em outro Estado, como o caso de Mato Grosso. Nesta área, o cultivo da crotalária não vinha trazendo bons resultados, devido principalmente à grande distância do centro consumidor. Considerada como uma cultura economicamente baseada em "trust", encontrava mercado consumidor direto na indústria de papéis finos (como o de cigarros), localizada em Santanésia (RJ). Esta companhia, de acionistas ingleses, além de financiar os equipamentos mecânicos necessários ao cultivo da referida planta, garantia também sua produção e transporte. Não sofria, conseqüentemente, as oscilações de mercado como as demais culturas tradicionais na região.

Outra condição imprescindível para obter-se bom rendimento econômico dessa cultura consistia na necessidade de mecanização. Desta forma, era necessário que o cultivador possuísse reservas financeiras, que atendessem às exigências estabelecidas, para a obtenção de financiamentos.

Os proprietários e arrendatários, que se dedicavam a essa atividade agrícola, eram na maioria de origem japonesa (80,0%). Os demais, descendentes de europeus, já fixados há tempos na região.

A mão-de-obra ocupada, no geral era feminina e infantil (de 8 a 10 anos) por ser mais barata e estar desocupada no período em que terminavam as colheitas do algodão. Dedicavam-se à colheita da crotalária no período de março a junho, cujo trabalho era mecanizado.

De um modo geral, as atividades agrícolas de cunho comercial por excelência, como o caso do algodão, amendoim e, em menor escala, a mamona, obedeciam ao sistema indireto de vendas em 57% dos casos.

Os cotonicultores e cultivadores de amendoim e mamona entregavam sua produção às Companhias de Beneficiamento: Sanbra, Matarazzo, Anderson Clayton, Saad e outras⁽²⁶⁾. As primeiras dominavam o consumo local. A seguir, em menor escala, a Mayama⁽²⁷⁾, Cooperativa Agrícola de São Paulo e outras pequenas indústrias de beneficiamento de propriedade particular.

Os demais produtores (43%), que se dedicavam a outras atividades agrícolas, preferiam vender sua produção diretamente ao consumidor.

(26) Essas companhias de beneficiamento do algodão compravam também a produção de alguns municípios de Mato Grosso (sem a atual divisão norte-sul). (Jornal *Folha da Tarde*, 22/04/75, p. 7).

(27) A indústria de beneficiamento de amendoim, denominada Mayama, correspondia à antiga Cia. Wooley-Dixon, que beneficiava o algodão.

A produção agrícola no município sofreu, principalmente nos últimos anos, sérios problemas decorrentes também do agravamento do potencial do uso do solo. Uma das graves causas consiste nos lastimáveis efeitos da erosão. Procurava-se superar este problema através de técnicas corretivas. Entre elas, as curvas de nível, difundidas em 38,5% dos estabelecimentos rurais; a drenagem, em 24%; e o terraceamento, em 20% dos casos (Fotos 28 e 29).

Apesar da predominância da ocupação do solo pelas pastagens, a quase totalidade dos estabelecimentos rurais (96%) se ocupava do cultivo agrícola, mesmo que pouco expressivo. Porém, dedicavam-se a essa modalidade de exploração mais de 68% deles. Mesmo levando-se em consideração a pequena diversificação das formas de ocupação e exploração da terra, coube às muito pequenas, pequenas e médias propriedades rurais o papel de estruturar o uso do solo agrário. Constatamos que talvez exista uma dimensão adequada (em torno de 50,0 ha), para a prática agrícola (Bastos, 1984:92).

Deve-se ressaltar que as técnicas empregadas nos sistemas de cultivo do espaço agrário do município seguiam uma série de etapas, como se observou, num ciclo contínuo de grande notabilidade na paisagem agrária local, quebrando a monotonia das grandes extensões de pastagens.

A comercialização direta da produção foi constatada em 33,0% dos casos; indireta em 32,0%; e ambas as modalidades em 10,0%, tanto nos estabelecimentos rurais que se ocupavam com a exploração agrícola, como com os que se dedicavam à pecuária. Os demais, não comercializavam sua produção.

O transporte rodoviário era utilizado pela totalidade dos estabelecimentos rurais, apesar do mesmo sofrer sérios problemas por ocasião das grandes chuvas, em decorrência das estradas ficarem interditadas por vários dias. O caminhão constituía-se no meio de transporte mais comum para o escoamento dos produtos, em toda região, ora atendendo ao escoamento dos produtos agrícolas e da pecuária, ora servindo como meio de locomoção aos trabalhadores rurais, em sua maioria "bóias-frias", por ocasião das colheitas. Em menor escala, também para o transporte de passageiros utilizava-se o "jeep", a caminhonete, o "pick-up" e mesmo o trator, além de ônibus intermunicipais.

Estes meios de transporte enfrentavam as precárias condições das estradas secundárias e municipais, as quais buscavam o contato com os Municípios de Caiuá (a oeste), Piqueroibi (a leste), Marabá Paulista (ao sul), Dracena (ao norte), além de servirem aos bairros rurais do Campinal, Santa Maria, Lagoa Seca, Ribeirão Claro e Rio do Peixe. O primeiro, pertencente ao Município de Presidente Epitácio, destacava-se dos demais



Fotos 28 e 29.. Panorama de uma pequena propriedade onde se desenvolve a pecuária leiteira; Traçado em curvas de nível (técnica preventiva usual contra sulcos erosivos). Município de Presidente Venceslau, dezembro, 1975. Foto M. A. T. R. Bastos.

pelas altas taxas de densidades demográficas, devido à maior incidência de cultivos algodoeiros.

A população sofria com a carência de produtos hortifrutíferos e, para suprir as suas necessidades, recorria a outras regiões vizinhas, principalmente as de Assis e Marília. Devido ao problema da precariedade de meios de transporte e das distâncias, esses produtos, sendo perecíveis, chegavam ao comércio local em estado às vezes precário.

No ano de 1972, ocasião da aplicação do inquérito rural, observou-se que as plantas de cultivo perenes, no geral representadas pelos pomares, na grande maioria de subsistência, restringiam-se ao plantio da banana, abacaxi, mandioca, manga e outras, em menor escala ⁽²⁸⁾.

O cultivo e “reforma de pastagens” ⁽²⁹⁾ eram feitos através do plantio de uma variedade de capim no período chuvoso, ocupando em geral grandes extensões. Essa atividade caracterizava-se pela predominância da explo-

(28) Anterior ao extermínio das frutas cítricas na região (provocado pelo combate ao cancro-cítrico), a partir da década de 60, os pomares eram compostos na sua grande maioria por essas culturas perenes, além de cítricas, naturalmente.

(29) Termo usual na região, que significa renovação de pastagens.

ração extensiva. Tal fato era comum nas pequenas, médias e grandes propriedades. Outro método de exploração das referidas pastagens consistia no "voisin", comum em apenas 5,0% dos estabelecimentos rurais. Corresponde à rotação permanente do gado, ocupando áreas pequenas, denominadas de "piquetes". Tal prática, porém, requer boa orientação técnica para adibir resultados satisfatórios, o que não ocorria com o outro método de exploração, mais difundido e tradicional de prática extensiva, usual no município e região, conhecido como de rotação simples.

Observou-se outro sistema de criação, agora em moldes intensivos, através de estábulos, e semi-intensivo, que era de uso pouco difundido no espaço rural do Município de Presidente Venceslau.

No período das secas, as pastagens ofereciam um decréscimo de rendimento, sendo necessário recorrer a complementos alimentares, além dos utilizados no período normal, tais como leguminosas (em 16% dos estabelecimentos) e consorciadas (em 10%). Para atender à carência de alimento normal no período das secas, além desses complementos, observamos outros também com bons resultados, utilizados nos estabelecimentos rurais que se dedicavam à pecuária. Entre eles, os já citados como a capineira, de uso em mais de 36% dos estabelecimentos rurais; o concentrado, em mais de 16%; o mineralizado, em mais de 65% e o sal comum, na totalidade deles.

A distribuição da produção do milho, juntamente com a atividade de criação bovina, contribuíram para o estabelecimento de correlações significativas de forma empírica ou não (Ceron, 1973:62). "O fato se explica, talvez, em virtude da prática usual dos sistemas de rotação de cultivos anuais com pastagens plantadas, ou então, em conseqüência das análises de correlação quantificada, entre as duas distribuições, em pequenas porções do espaço paulista." Continuando, Ceron observa que "a correlação entre as duas distribuições poderá alcançar valores positivos elevados, principalmente nas áreas onde predominam sistemas de rotação de cultivos anuais com pastagens ou sistemas de criação bovina semi-extensiva... ", como ocorria, conforme foi visto, na região de Presidente Prudente e mesmo no Município de Presidente Venceslau.

Assim, os mais elevados percentuais de área ocupada pela lavoura do milho eram mais freqüentes nos municípios criadores (Ceron, 1973:58 e 62; 1972:20).

Constatamos grande incidência de áreas mais representativas, ocupadas com rebanhos bovinos, no ano de 1962, no Município de Presidente Venceslau, grande parte de Teodoro Sampaio, Presidente Epitácio, Santo Anastácio, Mirante do Paranapanema e Rancharia, classificados, segundo Ceron, como de primeira ordem, ou seja, inclusos no limite entre 90.000 e 334.000 cabeças de gado. (Idem, 1973:62).

Caso curioso observado foi que, quanto mais nos afastávamos da região da Alta Sorocabana, em direção à Média e Baixa, a tendência de diminuição numérica da população aumentava, atingindo desta forma a categoria de terceira ordem, ou seja, de 19.500 a 51.600 cabeças de gado bovino nessas regiões.

Os municípios classificados como de segunda ordem, quanto às áreas mais representativas da atividade da pecuária, na região de Presidente Prudente, estavam representados por Caiuá, Marabá Paulista, parte de Teodoro Sampaio, Estrela do Norte, Narandiba, Tarabaí e Martinópolis.

Para a classe de terceira ordem, entre 19.500 e 51.600 cabeças, estavam representados os Municípios de Piqueroibi, Dracena, Presidente Bernardes, Sandovalina, Presidente Prudente, Narandiba, Taciba, Iepê, Maracaí, Cruzália, Assis, Platina, Cândido Mota, Lutécia, Quintana e outros, em direção à região da Paulista.

Ceron lembra que, “no conjunto do espaço paulista, entretanto, a correlação demonstrou que as porções que pertencem às primeiras ordens de uma distribuição, dificilmente pertencem às primeiras ordens de outras distribuições”. Acrescenta que “a correlação ao nível de uma unidade municipal é muito freqüente. Estamos nos referindo, contudo, às correlações em termos de espaços compostos por um ou mais municípios e que pertencem a uma determinada ordem, ou seja, a espaços internamente diferenciados” (Ceron, 1973:62).

Para a região, de acordo com o citado autor apenas os Municípios de Santo Anastácio, Mirante do Paranapanema e Rancharia coincidiam na categoria de primeira ordem, quanto às áreas mais representativas de cultivo do algodão e do número de cabeças de gado.

Para Presidente Venceslau, em particular, observamos de um modo geral, a classificação de primeira ordem, quanto ao número de cabeças de gado bovino; de terceira ordem no tocante à área ocupada pelo cultivo do algodão e de quarta ordem para a cultura do milho.

Cabe lembrar que a produção da pecuária já se fazia sentir sensivelmente antes da década de 60 no Estado, atingindo altos valores, seguidos pela produção agrícola e, em menor escala, pela industrial. Assim, no ano de 1953, o valor de Cr\$ 1.097.450.000,00, correspondente a 7,1% do valor total do Estado, estava destinado à produção da pecuária. A produção agrícola correspondia Cr\$ 752.476.000,00, representando 3,3% do total do Estado em 1952; e, em bem menor escala, a industrial, que ocupava a quantia de Cr\$ 217.721.000,00, correspondendo a 0,3% do total do Estado, também no ano de 1952. Ressalte-se que, nessa época, a população regional compreendia apenas 1,6% da de todo o Estado (Lopes, 1957:170).

A produção cafeeira, que já se tornava decadente nesse período, ou seja, em 1953, no Estado ocupava 474.455 toneladas (*Estado de São Paulo*, 1954:293). Na zona do sertão da Alta Sorocabana “correspondia a 9.280 toneladas, onde os principais produtores eram Gracianópolis, Junqueirópolis e Pacaembu” (Lopes, 1957:170).

A atividade pecuarista no Município de Presidente Venceslau tem alcançado, gradativamente, altos índices de produtividade. No ano de 1968, a criação bovina participava com 55% da produção animal total do município, correspondendo a Cr\$ 1.527.501,25, seguida pela criação de suínos com Cr\$ 555.455,00 (20%), a de equinos Cr\$ 277.727,00 (10%), muares Cr\$ 242.172,00 (8%) e outros Cr\$ 194.409,25 (7%), totalizando Cr\$ 2.777.275,00 a produção animal do município.

A produção agrícola, no entanto, chegou a atingir Cr\$ 6.945.488,00, destacando-se a produção de amendoim (8.896.500 quilos, equivalentes a Cr\$ 2.432.920,00 ou 35% da produção agrícola total do município nesse ano), seguidos pelo algodão (8.305.500 quilos, correspondentes a Cr\$ 2.083.646,40, portanto 30%), o milho (5.364.000 quilos, cujo valor foi de Cr\$ 1.041.823,00 — 15%), a mamona, com 997.700 quilos, correspondendo a Cr\$ 883.458,56 (12%), reservando-se para outras culturas, de um modo geral, a cifra de Cr\$ 555.639,04 (8%) (Fontolan, 1969:9 e 10).

Esse significativo fenômeno de pecuarização no Município de Presidente Venceslau tornou-se mais expressivo a partir da década de 60, quando essa atividade sofreu incentivos governamentais, principalmente com a implantação do frigorífico Kaiowa (localizado próximo ao núcleo urbano de Presidente Venceslau). Este absorvia quase toda a produção do município e grande parte dos limitrofes, encarregando-se do abate e do destino da produção, que iria abastecer os grandes centros, além de atender ao mercado externo.

Com freqüência bem menor, as atividades ligadas à pecuária leiteira e de criação encontravam mercado consumidor no próprio município e região.

III. CONCLUSÃO

A partir de 1920, a região e o Município de Presidente Venceslau sofreram intensas convergências demográficas, motivadas pela desencadeada exploração de matas. No entanto, a partir da década de 1960, passaram a ser intensos fornecedores de população para novas áreas agrícolas e cidades. Paralelamente, o reagrupamento de pequenas e médias propriedades tornou-se cada vez mais expressivo e usual, perdurando por mais de duas décadas.

A mobilidade atual da população não é só característica das classes menos favorecidas, mas de todas as que compõem o quadro de pequenos, médios e grandes proprietários rurais. Estes, procuram em outras áreas vizinhas, principalmente do Estado do Mato Grosso do Sul, Goiás e norte do Paraná, terras virgens que permitam a continuidade desse processo de pecuarização, que vem ocasionando o esgotamento das pastagens, decorrente do caráter extensivo da atividade pastoril.

No decorrer das diversas fases econômicas pelas quais passaram o município e região, a mobilidade maior ou menor do contingente populacional estava na direta proporção das necessidades de braços para a lavoura. Portanto, além de cada fase econômica determinar o acréscimo ou decréscimo demográfico, ocasionou oscilações na organização da estrutura fundiária do espaço rural. Neste particular, como exemplo, temos a fase do desmatamento e pastoreio, que propiciou a abertura de grandes glebas, que passaram a ser ocupadas pela policultura de subsistência e pela referida atividade pecuária. Mais tarde, com o domínio da monocultura cafeeira, a malha fundiária adquiriu características diferentes, determinadas pelo parcelamento dos estabelecimentos rurais, ao mesmo tempo em que fixava o povoamento e propiciava uma certa capitalização por parte do colono. Com a policultura comercial que se instalou após a crise cafeeira, novos contingentes populacionais dirigiram-se para a área, não mais com o intuito de serem proprietários de terras, pois não havia condições sócio-econômicas para tais empreendimentos, mas para trabalharem como diaristas nas colheitas de algodão e, em menor escala, nas de amendoim. Eram provenientes de outros Estados, com predomínio do Nordeste brasileiro.

A pecuária, de princípio restringia-se à engorda do gado vindo de Mato Grosso do Sul, pela estrada boiadeira (primeira via terrestre de penetração na região, aberta com essa finalidade). Com a fixação do homem no campo, advindo do processo de aquisição e posse de terras, derrubadas e sistemas de cultivo diversos, passou-se a vincular a engorda à criação bovina, prática comum até os dias atuais, ultrapassando um cinquentenário de atividades pastoris, notadamente, em detrimento da agricultura.

Portanto, no início, enquanto a agricultura e a pecuária coexistiram, esta última deu início à formação de entrepostos do gado matogrossense para a região e iniciaram-se então, lentamente, a instalação de núcleos de povoamento, que atraíram progressivamente migrações de diversas origens: futuros cafeicultores e colonos, além de proprietários de terras. Porém, com o decréscimo da produção cafeeira, oriunda da crise do mercado externo, efetuou-se a ampliação de cultivos de outras atividades policultoras, a exemplo do amendoim, algodão, batata, feijão e mamona, que em 1951 acusavam grande produtividade no Município de Presidente Venceslau e alguns da sub-região de mesmo nome. A pecuarização, porém, passou a monopolizar a ocupação do espaço agrário, sem no entanto se incorporar a ele e após a década de cinquenta o município e sub-região experimen-

taram a expansão das áreas ocupadas com pecuária, sobressaindo-se os latifúndios improdutivos, também notabilizados pela subutilização das pastagens. Conseqüentemente, acentuavam-se os movimentos migratórios campo-cidade, pela dispensa de braços que a pecuária acarretava. Essa massa humana expulsa do campo foi sendo gradativamente absorvida ou não pelos grandes centros urbanos que se industrializavam ou marginalizava-se a estes; ou em outras áreas contíguas de exploração recente do norte do Paraná e sudeste do Matogrosso do Sul notadamente, como já observamos; ou ainda transformada em mão-de-obra temporária, concentrando-se na periferia das cidades, a exemplo dos "bóias-frias", para atender, quando necessário, principalmente aos cultivos de safras intercaladas de algodão, amendoim e, mais recentemente, da cana para abastecer as usinas de álcool da região. O quadro de arrendatários e meeiros foi difundido graças ao sistema de pastagem-lavoura. Porém, após a legislação trabalhista (1963), a mão-de-obra assalariada e os "volantes" passaram a ser preferenciais acentuando-se a mobilidade e instabilidade da população rural.

Ao estudarmos esse processo de ocupação e conseqüentemente de organização do espaço agrário do Município de Presidente Venceslau, e de sua sub-região, observamos que esse fenômeno ocorreu espontaneamente, sem um planejamento prévio, sempre atendendo aos interesses e motivações momentâneas do mercado consumidor interno e externo. Resultaram das contradições entre as resistências estruturais de uma organização moldada em função dessa economia de exportação e as novas necessidades geradas por um acelerado crescimento urbano-industrial.

Constatamos que, em fase nenhuma de ocupação houve uma preocupação coerente, a nível de planejamento regional, que buscasse a integração do espaço como um todo ou ainda num contexto mais amplo do sudoeste paulista. Desta forma, a área estudada caracterizou-se como um exemplo típico da situação político-econômica e social brasileira, onde a pecuária de corte emerge como um dos principais agentes de desintegração espacial.

Segue também este exemplo a construção das estradas de ferro e de rodagem que em hipótese nenhuma visavam a estruturação ordenada do espaço regional, eram meras vias de penetração e de escoamento de produtos de exportação. Isoladas ou em concomitância, a produção de madeira, inicialmente, café, algodão, amendoim, pecuária de corte e mais recentemente a cana assistiram, e ainda o fazem, às conveniências do mercado, já observadas.

Ora fixando núcleos de povoamento no início da ocupação de espaço, ora expulsando as massas do campo pela dispensa de braços que a pecuarização do sudoeste paulista acarretou há mais de três décadas, a área estudada representa um exemplo nítido da política agrária do oeste, sudoeste e norte paulista, inserida na denominada área do Brasil Central

Pecuário, que equivale a 35% do território nacional, e que por sua vez reflete a conjuntura nacional, do poder político sobre a produção do espaço.

A má distribuição e utilização da terra nessa porção do planalto ocidental paulista, com predomínio das grandes propriedades, pode ser constatada ao verificarmos que 59% do espaço agrário do Município de Presidente Venceslau, em 1972, estava concentrada em grandes imóveis com dimensões superiores a 500 ha, chegando a ultrapassar 4.000 ha. Quanto às atividades agrícolas, constatamos que estas tendiam a diversificar sua produção em áreas inferiores a 100 ha, apesar de incluírem extensas áreas com pastagens (considerada a dimensão areolar destas). Esse processo era comum em 75% dos estabelecimentos rurais registrados em 1971, os quais participavam de apenas 20,4% da área total das propriedades rurais no Município de Presidente Venceslau naquele ano. Representavam, no entanto, com grande expressão a estrutura agrária local, mostrando-se economicamente produtivas, sugerindo viabilidade de expansão areolar dessas culturas. Essas categorias de exploração, por não atenderem às necessidades básicas da população, acarretaram uma constante migração campo-cidade ou para regiões contíguas mais novas, ou mesmo para outras cidades.

As baixas densidades registradas, acarretadas pela prática da pecuária em moldes extensivos, provocando a subutilização das pastagens, exoram por uma política de planejamento regional que vise a fixação do homem no campo, através de uma distribuição de terras de forma mais equilibrada, transformando áreas pastoris agricultáveis em áreas economicamente produtivas, voltadas para o consumo interno.

Áreas pastoris, economicamente improdutivas, devido à baixa rotatividade de terras, poderão encontrar maiores rentabilidades com exploração técnica mais avançada, considerado o capital acumulado e investido na aquisição de terras desses grandes estabelecimentos rurais.

A revalorização do meio natural deveria ser avaliada, visto que não se concebe um verdadeiro desenvolvimento econômico com a degradação das condições ecológicas. A recuperação de coberturas vegetais e fauna extintas, protetoras de mananciais, e que dificultam o processo erosivo do solo dessa região, restabelecendo o potencial hídrico e orgânico do mesmo, visivelmente depauperado, deveriam ser práticas constantes de manejo do solo do espaço agrário.

As disparidades de renda do homem do campo, oriundas de uma seletividade de atividades, ocasionou uma hierarquização de situações. O agrupamento de terras e de propriedades paralelamente sugere o domínio sobre os recursos econômicos em detrimento dos interesses do pequeno proprietário ou agricultor, que possui na terra sua única forma de subsistência e de renda. Essa situação tende a perdurar, visto que essa região contribui com os registros de maiores índices de produtividade do Brasil Tropical, apesar da transformação qualitativa da pecuária não ser condi-

zente com a expansão em área. Portanto, essas formas de organização e reorganização do espaço sempre estiveram voltadas a interesses distantes, de necessidades exógenas. A produção agrícola propriamente dita, com vistas a suprir as necessidades alimentares da população, torna-se cada vez menos expressiva servindo como um apêndice da grande produção dirigida para o mercado externo, com destaque aos cultivos de algodão e amendoim (culturas temporárias utilizadas para formação ou renovação de pastagens), dirigidos para o mercado externo, além da cana e das cultivadas para alimentar o gado.

A diversidade de ocupação ocorrida na área estudada originou contrastes progressivos e evidentes de atividades e rendimentos em constante desarmonia e discordância com as teorias básicas do desenvolvimento. Tais aspectos estimulam os estudiosos do assunto a promoverem pesquisas mais aprofundadas, de forma a buscar elementos que visem em amplitude a análise da problemática regional, a fim de se proporem soluções mais equilibradas que contribuam para a integração do quadro regional e minimize as formas de desorganização espacial constatadas.

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA E FOTOGRÁFICA UTILIZADA

Uma vez concluído o levantamento bibliográfico preliminar sobre a área estudada, partimos para a busca de documentação cartográfica. Infelizmente, constatamos a escassez de trabalhos específicos sobre o município, acrescidos, no entanto, à medida em que o tema abrangia o aspecto regional, principalmente quando ligados aos de ordem física e humana, o que pode ser observado pelo levantamento bibliográfico.

De cunho regional, encontramos subsídios principalmente nas obras de Monbeig ("Pionniers et Planteurs de São Paulo"); de Abreu ("Formação histórica de uma cidade pioneira, Presidente Prudente"); e de Leite ("A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente").

1. Folhas do Pontal do Paranapanema (17, 18, 19, 24 e 25), com levantamento planimétrico. Órgão: I.G.G. Escala: 1:50.000.
2. Carta de distribuição das propriedades rurais de Presidente Venceslau por setores, ano de 1964. Órgão: Casa da Agricultura de Presidente Venceslau. Escala aproximada: 1:125.000.
3. Planta de loteamento de chácaras localizadas próximas ao núcleo urbano de Presidente Venceslau. Órgão: Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau. Sem data e sem escala.
4. Mapa Rodoviário — Secretaria dos Transportes. Órgão: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Escala aproximada: 1:1.000.000, ano de 1971.
5. Carta do Município de Presidente Venceslau, baseada em requisitos de 1938. Órgão: Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau. Escala aproximada: 1:100.000, sem data.
6. Carta de localização de algumas propriedades, escolas, bairros e povoados rurais. Órgão: Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau. Escala: 1:100.000, sem data.
7. Carta de distribuição de energia elétrica pública rural. Órgão: Companhia Elétrica Caiuá, sede em Presidente Venceslau. Sem escala, sem data.
8. Carta de Solos do Estado de São Paulo. Ministério da Agricultura — Estado de São Paulo — Comissão de Solos. Escala: 1:500.000, ano 1960.
9. Folhas Topográficas de Presidente Venceslau e do Vale do Rio do Peixe. Órgão: I.B.G.E. Escala: 1:50.000, ano 1975.

10. Folha Topográfica de Araçatuba. Órgão: I.G.G. Escala: 1:250.000, ano 1954.
11. Folha nº 21 do D.E.R. — Ante-Projeto nº 112 da Estrada da Integração. Órgão: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo. Escala: 1:50.000, sem data.
12. Fotografias Aéreas da U.S.A.F. de 1968/1969. Órgão: I.G.G. Escala: 1:50.000.
13. Fotografias Aéreas de 1962. Órgão: A.F.A. Escala: 1:25.000.

ÓRGÃOS E ENTIDADES CONSULTADOS

- Casa da Agricultura de Presidente Venceslau
- Campo de Aviação de Presidente Venceslau
- Banco do Brasil, sede em Presidente Venceslau
- Banco do Estado de São Paulo, sede em Presidente Venceslau
- Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau
- Núcleo regional do I.B.G.E. em Presidente Venceslau
- Cartório de Registros Imobiliários de Presidente Venceslau
- Companhia Elétrica Caiuá, sede em Presidente Venceslau
- Departamento de Estatística do Estado de São Paulo, da Secretaria de Economia e Planejamento, Seção de Estatística de Produção Vegetal e Animal
- Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo
- Secretaria de Transportes do Estado de São Paulo, Departamento de Estradas de Rodagem
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, regional de São Paulo.

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

Pranchas

I. Localização do Município de Presidente Venceslau — Microrregião da Alta Sorocabana de Presidente Prudente	39
II. Esboço Topográfico do Município de Presidente Venceslau ..	44
III. Alta Sorocabana — geologia e áreas florestais (1967)	46
IV. Perfil Topográfico do Município de Presidente Venceslau ..	48
V. Pedologia e uso do solo do Município de Presidente Venceslau	56
VI. Chuvas e temperaturas médias mensais da região de Presidente Prudente	62
VII. Evolução da população no Município de Presidente Venceslau	86
VIII. Composição da população de Presidente Venceslau e região por idade e sexo	93
IX. Localização dos bairros rurais, povoados e escolas	100
X. Histogramas da evolução das áreas das propriedades rurais no Município de Presidente Venceslau	107
XI. Gráfico das frequências acumuladas — 1970/1971	109
XII. Distribuição areolar, ocupação e infra-estrutura dos estabelecimentos rurais, 1972	114
XIII. Área total, produção e preço médio dos produtos agrícolas no Município de Presidente Venceslau e Microrregião, período de 1968 a 1973	128
XIV. Calendário das atividades agrícolas no Município de Presidente Venceslau	130

Tabelas

1. Pluviosidade média para o sudoeste do Estado de São Paulo — zona de Presidente Prudente	64
2. Composição da população do Município de Presidente Venceslau e sub-região por faixas etárias e sexo. 1940	84
3. Composição da população, em 1940, por faixas etárias	85

4. Estabelecimentos rurais no Município de Presidente Venceslau ano 1972	90
5. Idade dos proprietários rurais no Município de Presidente Venceslau — ano 1972	94
6. População potencialmente ativa em 1940	96
7. População potencialmente ativa em 1970	97
8. Categorias dimensionais das propriedades rurais em 1962, 1971 e 1972	112
9. Regime de exploração	118
10. Residência dos proprietários rurais	119
11. Local de origem do proprietário rural	119
12. Nível de escolaridade do proprietário rural	119
13. Regime de trabalho assalariado	120
14. Mão-de-obra feminina, infantil e nordestina	120

Fotos

1. Cultivo de milho	42
2. Paisagem agrária	42
3, 4, 5. Vista parcial de uma propriedade rural que desenvolve pecuária	49
6, 7, 8. Abastecimento d'água	51/52
9. Sede de uma pequena propriedade	54
10. Pastagem de campo sujo	54
11, 12. Várzea do Rio do Peixe	57
13. Meandro e mata ciliar no Rio do Peixe	58
14. Colônia Arpad	79
15, 16, 17. Colônia Aymoré — Vistas parciais	80
18, 19. Sede de grande propriedade	102
20, 21, 22, 23. Sede de grande propriedade	104
24, 25, 26. Colônia da Fazenda Dovagi	111
27. Casa de meeiro	113
28, 29. Pequena propriedade de pecuária leiteira	137

AGRADECIMENTOS

Somos gratos a todos que contribuíram para a elaboração deste trabalho:

Aos nossos orientadores Profs. Drs. Charles Octave André Libault (in memorian) e Mário De Biasi. Às Profas. Dras. Iraci Gomes V. Palheta e Maria Elena Ramos Simielli. Às Profas. Maria Neuma Ribeiro de Toledo Barros e Yná Andrighetti. Aos Profs. Drs. Antonio Cláudio B. Vasques e Wanda Navarra, da banca examinadora. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pela concessão de bolsas nos períodos de 1971/72 e 1973/74 (proc. nº 71/456). À Casa da Agricultura de Presidente Venceslau, em especial ao Eng. Agr. Bruno Luiz Leonardi e funcionários. Aos funcionários amigos do Museu Paulista: Profa. Maria José Elias, Profa. Miyoko Makino, Profa. Sonia T. Ferraro Dorta, Profa. Dra. Thekla O. Hartmann, Profa. Dra. Vera Penteadó Coelho, Roberto Miguel Damus, Dorival Pegoraro Jr. e Therezinha Blachsen. Aos queridos Mauro Ribeiro de Assis Bastos, Maria Helena Rangel Ribeiro e Carlos Roberto de Toledo Ribeiro, pelo apoio indispensável e compreensão nas horas mais difíceis.

Especiais agradecimentos aos proprietários de estabelecimentos rurais e agricultores entrevistados no Município de Presidente Venceslau. Ao Carlos Henrique Xavier de Souza, companheiro dessas tarefas.

BIBLIOGRAFIA

- ÁREAS NATURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO. CONSEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente). São Paulo, 1985.
- ABREU, Dióres Santos. O desbravamento da Sorocabana por um bandeirante moderno — cap. Francisco Whitaker. *Revista de História*, XXXI(62):447-462, ano XVI. São Paulo, 1965.
- . *Formação histórica de uma cidade pioneira, Presidente Prudente*. Presidente Prudente, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1972.
- AB'SABER, Aziz Nacib. A geomorfologia do Estado de São Paulo. *Aspectos geográficos da terra bandeirante*:1-97. Rio de Janeiro, 1954.
- . Os baixos chapadões do Oeste Paulista. *Geomorfologia*, (17). São Paulo, Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1969.
- ALMEIDA, F.F.M. de. Fundamentos geológicos do relevo paulista. *Geologia do Estado de São Paulo, Séries Teses e Monografias*, (14). São Paulo, Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1974 (reedição).
- ANÔNIMO. *Publicação da Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau*, 18 páginas, 19 de junho de 1969.
- BALDUS, Herbert. Sinopse da história dos Kaigáng paulistas. *São Paulo em quatro séculos, 1*. São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953.
- BASTOS, M. Antonieta T.R. Alguns aspectos da ocupação do solo agrário do Município de Presidente Venceslau. *Anais do Museu Paulista da USP (XXXIII)*:75-95. São Paulo, 1984.
- BOSCO, Santa Helena & NETO, Antonio Jordão. *Migrações*. São Paulo, Departamento de Imigração e Colonização, 1967.
- CAMARGO, A. Paes de. *Contribuição ao estudo da evapotranspiração potencial no Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado apresentada na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 1962.
- CERON, A.O. & SANCHEZ, M.C. Alguns problemas de análise das distribuições espaciais: exemplo de variáveis agrícolas no espaço paulista. *Boletim Paulista de Geografia*, (48):45-64. São Paulo, 1973.

- CERON, Antonio Olivio. Alguns padrões de utilização da terra agrícola no Planalto Ocidental de São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, (47):3-29. São Paulo, 1972.
- . Distribuição da propriedade da terra e sua classificação. *Tipologia da Agricultura: questões metodológicas e problemas de aplicação ao Estado de São Paulo*:19-24. Rio Claro (SP), 1970 (inédito).
- COLE, J.P. *Geografia Quantitativa*. Rio de Janeiro, I.B.G., 1972.
- DEFFONTAINES, Pièrre. Regiões e paisagens do Estado de São Paulo. *Boletim Geográfico*, (24), (25). Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1945.
- DEMANGEON, Albert. *Problèmes de Géographie Humaine*. Paris, Librairie Armand Colin, 1947.
- DIAGNÓSTICO. *Divisão territorial e regiões administrativas do Estado de São Paulo, I e II* (10a. região administrativa). São Paulo, Secretaria de Economia e Administração, Coordenação de Ação Regional, 2a. edição, 1971.
- DOLLFUS, Olivier. O espaço geográfico. *Coleção Saber Atual*, (153). São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
- ESTADO DE SÃO PAULO. *IV Centenário de Fundação da Cidade de São Paulo (1554 - 25 de janeiro de 1954)*. Rio de Janeiro, Irmãos Di Giorgio e Cia., 1954 (homenagem do Banco do Brasil S/A.).
- FAIRBANKS, João Carlos. Ensaio antropogeographico sobre a região da Alta Sorocabana. *Revista Panorama*, ano I, (1):22-32, jan., (2):12-21, fev., São Paulo, 1936.
- FAUCHER, Daniel. *Géographie Agraire — Types de Cultures*. Paris, Librairie de Medicis, 1949.
- FRANÇA, Ary. A marcha do café e as frentes pioneiras. *Guia de Excursão*, (3). Rio de Janeiro, Congresso Internacional de Geografia, União Geográfica Internacional, 1960.
- GROHMANN, F. & CATANI, R.A. O empobrecimento causado pela erosão e pela cultura algodoeira no solo arenito Bauru. *Bragantia*, 9:125-132, 1949.
- HARTSSHORNE, Richard. Questão sobre a natureza da Geografia. *Textos Básicos*, (4). Rio de Janeiro, Instituto Panamericano de Geografia e História, 1969.
- KARMEL, P.H. & POLASCK, M. *Estatística geral e aplicada para economistas*. São Paulo, Ed. Atlas e EDUSP, 1972.

- KELLER, Elza C. de Souza. Notas sobre a evolução da população no Estado de São Paulo de 1920 a 1950. *Aspectos geográficos da terra ban-deirante*: 209-236. Rio de Janeiro, 1954.
- LACORTE, M. Helena in Becker, Bertha K. *et alli*. Changing Land Use Patterns in Brazil: the Spread of cattle Raising in São Paulo State. *Revista Geográfica* (71). Rio de Janeiro, Comissão de Geografia do Instituto Panamericano de Geografia e História, 1969.
- LACOSTE, Yves. Geografia do Subdesenvolvimento. São Paulo, Difusão Européia do Livro/EDUSP, 1966.
- LECOCQ, Nice Magalhães. Exploração da madeira na Alta Sorocabana. *Anais do Congresso Brasileiro de Geografia, IV*:691-707. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1944.
- LEITE, José Ferrari. *A Alta Sorocabana e o Espaço Polarizado de Presidente Prudente*. Presidente Prudente (SP), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1972.
- . As reservas florestais da Alta Sorocabana. *II Encontro Nacional de Geógrafos — A.G.B.* Resumos de Comunicações e Guias de Excursões. Belo Horizonte (MG), julho de 1976.
- LIBAULT, André. *Atlas do Estado de São Paulo*. São Paulo, EDUSP, s/d.
- . Geocartografia. *Biblioteca Universitária, Série 6a., Geografia e História, 1*. São Paulo, Editora Nacional e EDUSP, 1975.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. Zonas ecológicas do Estado de São Paulo. *Educação e Ciências Sociais*, 2(5):81-178, ano II. Rio de Janeiro, 1957.
- MAACK, Reinhard. Devastação das matas do Estado do Paraná — suas conseqüências e problemas de reflorestamento. *Boletim Geográfico*, (178):40-48. Rio de Janeiro, C.N.G., 1964.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *O desenvolvimento da rede ferroviária e a expansão da cultura do café em São Paulo*. São Paulo, edição especial dos Diários Associados dedicada ao café, julho de 1954.
- MEGALE, Januário Francisco. Geografia Agrária: objeto e método. *Boletim Geográfico*, 34(247):63-72. Rio de Janeiro, out/dez. de 1975.
- MELATTI, Delvair Montagner. *Aspectos da organização social dos Kain-gang paulistas*. Brasília Fundação Nacional do Índio, Departamento Geral de Planejamento Comunitário — Divisão de Estudo e Pesquisa, 1976.
- MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Imigração e colonização. *Geografia*, (4):25-49, ano I. São Paulo, 1935.

- MELLO, Maria Conceição d'Incao e. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. Petrópolis, Editora Vozes, 3a. edição, 1976.
- MONBEIG, Pierre. A zona pioneira do norte do Paraná. *Boletim Geográfico*, (25), ano III, abril de 1945.
- . *Pionniers et planteurs de São Paulo*. Paris, Lib. A. Colin, 1952.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A dinâmica climática e as chuvas no Estado de São Paulo. *Atlas do Instituto de Geografia*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1973.
- MÜLLER, Nice Lecocq. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. *Boletim Paulista de Geografia*, (22):55-97. São Paulo, março de 1956.
- MUSSO, Antonio José de Mattos. Os ciclos econômicos do Brasil. *Boletim Geográfico*, (207):67-83, nov/dez. de 1968.
- NAVARRO, Wanda S. O uso da terra em Itatiba e Morungaba. *Série Teses e Monografias*, (29). São Paulo, Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1977.
- PASCOALICK, Romeu. Uma ferrovia paulista: a Sorocabana. *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, IV*:681-690. Rio de Janeiro, C.N.G., 1944.
- PETRONE, Pasquale. No rio Paraná de Porto Epitácio a Guaíra (relatório de viagem). *Boletim Paulista de Geografia*, (27):54-94. São Paulo, outubro de 1957.
- PINTO, Hilton Silveira; ORTOLANI, Altino Aldo & ALFONSI, Rogério Remo. Estimativa das temperaturas médias mensais no Estado de São Paulo em função da altitude e latitude. *Cadernos de Ciências da Terra*, (23). São Paulo, Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1972.
- QUEIROZ, M. Isaura de. *Bairros rurais paulistas — dinâmica das relações bairro-cidade*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1973.
- RAMOS, Roque. O entreposto de engorda de Presidente Venceslau. *Revista dos Criadores*, (2):16, ano XV, fevereiro de 1944.
- SAITO, Hiroshi. *O japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação*. São Paulo, Editora Nacional, 1961.
- SALGADO, F.C. Fonseca. *As colônias Bastos e Pedrinhas. Estudo Comparativo de Geografia Agrária*. Presidente Prudente (SP), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1971.
- SERRA, Carlos Alberto Teixeira. Pequeno glossário de Geografia Agrária. *Boletim Geográfico*, (207), ano 27, nov/dez. de 1968.

- SETZER, José. O problema dos campos cerrados. *Digesto Econômico*, (82), (83), (84). São Paulo, set/nov. de 1951.
- . Distribuição normal das chuvas no Estado de São Paulo. *R.B.G.*, (1):3-70, ano 8, jan/mar. de 1946.
- SOUZA, Antonieta de Paula. Impressões de viagem ao longo do rio Paraná. *Revista de Geografia*, (4):30-41, ano II. A.G.B., 1936.
- SOUZA, Roberto Pinto de. Deslocamento da população rural (conferência pronunciada em Marília, SP). *Digesto Econômico*, (83):133-139, ano VII, outubro de 1951.
- SUÁREZ, José Martins. Geologia do Extremo Oeste do Estado de São Paulo. *B.G.*, ano 34, (247):128-160 e (248):16-155, out/dez. de 1975 e jan/mar. de 1976.
- TARIFA, José Roberto. Estudo preliminar das possibilidades agrícolas da região de Presidente Prudente E.S.P., segundo o balanço hídrico de Thornthwaite (1949-1955). *Boletim Geográfico*, (217):34-55, ano 29, jul/ago. de 1970.
- TARIFA, José Roberto & MONTEIRO, C.A.F. Balanço de energia em seqüência de tipos de tempo — uma avaliação do Oeste Paulista (Presidente Prudente), 1968/1969. *Climatologia*, (5). São Paulo, Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1972.
- TROPFMAIR, Helmut. A cobertura vegetal primitiva do Estado de São Paulo. *Biogeografia*, (1). São Paulo, Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1969.
- VALVERDE, Orlando. *Geografia Agrária do Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, MEC, 1964.
- VÁRIOS AUTORES. *O Brasil, a Terra e o Homem, as Bases Físicas, I; A Vida Humana, II*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1970 e 1972.
- VASQUES, Antonio C.B. A evolução da ocupação das terras do Município de Teodoro Sampaio. Tese de Doutorado. F.F.C.L. Franca, São Paulo, 1974.
- VIEIRA, Francisca Izabel Schuring. *O japonês na frente de expansão paulista — o processo de absorção do japonês em Marília*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora e EDUSP, 1973.
- WAIBEL, Leo. As zonas pioneiras do Brasil. *R.B.G.*, (4):389-417. G.N.B., out/dez. de 1955.
- WAGLEY, Charles. Brazilian community studies: a methodological evaluation. *Symposium Etno-Sociológico sobre Comunidades Humanas no Brasil*. São Paulo, 1955.